



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS  
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO**

**DÁRIO AZEVEDO DOS SANTOS**

**A MACRODRENAGEM DA BACIA DO UNA EM QUESTÃO:**  
percepções sociológicas sobre os impactos socioespaciais na área urbana de  
Belém

Belém  
1998

**DÁRIO AZEVEDO DOS SANTOS**

**A MACRODRENAGEM DA BACIA DO UNA EM QUESTÃO:**  
percepções sociológicas sobre os impactos sócioespaciais na área urbana de Belém

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre em Planejamento do Desenvolvimento, Núcleo de Altos estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria José Pompílio.

Belém  
1998

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Biblioteca do NAEA/UFPa.)

---

Santos, Dário Azevedo dos

A Macrodrenagem da Bacia do Una em questão: percepções sociológicas sobre os impactos socioespaciais na área urbana de Belém / Dário Azevedo dos Santos ; Orientadora Maria José Pompílio. – 1998.

113 f. il.; 30 cm

Inclui bibliografias

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 1998.

1. Ecologia humana – Belém (PA). 2. Bacias hidrográficas – Belém – (PA). 3. Saneamento - Aspectos ambientais - Belém. (PA). 4. Planejamento urbano – Belém (PA). 5. Política governamental – Belém (PA). I. Pompílio, Maria José, orientadora. II. Título.

---

CDD 21. ed. 304.288115

## DÁRIO AZEVEDO DOS SANTOS

### **A MACRODRENAGEM DA BACIA DO UNA EM QUESTÃO:** percepções sociológicas sobre os impactos socioespaciais na área urbana de Belém

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre em Planejamento do Desenvolvimento, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria José Pompílio.

Aprovado em: \_\_\_\_\_

#### **Banca Examinadora:**

Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria José Pompílio  
Orientadora – NAEA/UFPA

Prof.<sup>o</sup> Dr. Saint – Clair Cordeiro da Trindade Jr.  
Examinador – NAEA/UFPA

Prof.<sup>a</sup> Dra Janete Coimbra de Oliveira  
Examinador – CFCH/UFPA

**Resultado:** Aprovado

Para  
Neusa Azevedo dos Santos,  
Mãe e companheira  
Em todos os momentos

A minha família  
Pelas silenciosas contribuições, por tudo que  
Fizeram por mim.  
Pelo amor, carinho e incentivo  
Transmitidos nos momentos  
Mais difíceis.

## AGRADECIMENTOS

À minha querida mãe Neusa Azevedo dos Santos (velhinha), pelo amor, carinho e Educação indiscutivelmente insubstituíveis.

Ao meu querido pai Raimundo Nonato dos Santos, por ter sido importante na construção do alicerce de minha formação e de minha vida.

Ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos e aos Coordenadores do PLADES, pela oportunidade de participar desta importante Instituição na Amazônia.

À professora Dra. Maria José Pompílio, pela paciência e orientações bastante sérias, oportunas e decisivas.

Aos colegas, Nilson Oliveira, Jorge Costa, Jefferson Santa Brígida, Américo canto e igualmente ao Instituto ACERTAR pelo apoio e contribuições dadas.

À Mylene Carvalho, Caio Tobit, Mona Kafla, Nina Daia, Júlio Alexandre, pelo prazer que sinto em ser e estar nessa família.

Ao Padre e amigo Francisco Rubeaux por tê-lo como exemplo de um formador engajado na luta sociais, e igualmente ao Instituto de Pastoral Regional (IPAR) na pessoa dos alunos, Diretores, Docentes e equipe de apoio.

Aos amigos Jairzinho, Francisca Carvalho e Angélica, por suas valiosas contribuições na digitação e correção do texto final.

Aos amigos Mauro Andrade, Márcia Monteiro e igualmente a todos representantes dos movimentos sociais e técnicos do projeto, pelas informações cedidas e atenção dispensadas quando de minhas visitas a sede do Projeto de Macrodrenagem reuniões nos Centros Comunitários e Associações de Moradores de Belém.

À Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE) e a Comissão dos Bairros de Belém (CBB), pelo atendimento dispensado quando de minhas visitas para pesquisa e levantamento de informações.

A todos meus irmãos, e em especial ao Lindolfo Azevedo dos Santos, por tudo de bom que representou para nós.

À Larissinha, por nossa especial amizade,

À Valdenira Moreira, bibliotecária do NAEA, pelo paciente trabalho de normatização bibliográfica da dissertação.

A todos que de forma direta e indireta contribuíram para a realização deste trabalho.

Aos que por algum esquecimento deixei de citá-los

No fundo, a única condição das minhas pesquisas é a de preservar Aquilo mesmo que me esmaga, e de respeitar, conseqüentemente, o que julgo haver ali de essencial [...] Meu raciocínio pretende ser fiel à evidência que ele despertou. Essa evidencia é absurda. É esse divórcio entre o espírito que deseja e o mundo que ilude, minha nostalgia de unidade, esse universo disperso e a contradição que os encadeia.

**(Albert Camus)**

Os indivíduos não têm as mesmas possibilidades de acesso aos diferentes bens e serviços. Essa situação varia de uma cidade para outra, dentro de um mesmo país. As diferenças de consumo são qualitativas e quantitativas. Há, portanto, uma desigualdade social ou uma seletividade econômica no que concerne à aceitação das modernizações.

**(Milton Santos)]**

## RESUMO

O propósito deste estudo é analisar os impactos socioambientais causados pelo Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una, cujo empreendimento destina-se a recuperar algumas das muitas baixadas de Belém. Iniciado no começo desta década, por iniciativa do Governo do Estado do Pará com a participação da Prefeitura Municipal de Belém e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), entre outras instituições da sociedade civil, o referido projeto vem sendo objeto de críticas, por parte da comunidade científica e da população em geral, face à maneira como o mesmo vem sendo conduzido. O projeto de Macrodrenagem abrange sete sub-bacias, envolvendo nove bairros de Belém onde residem 540.000 pessoas, das quais 180.000 em áreas alagadas. Enquanto projeto de Reforma Urbana, a Macro-drenagem da Bacia do Una é entendida, pelo poder público Estadual e Municipal como “o pagamento de uma antiga dívida social com a população local”, conforme afirmação constante do projeto. Portanto, busca-se mostrar as contradições do referido projeto, enfatizando a percepção e a reação da população diretamente envolvida. Em síntese, este estudo tem por meta mostrar os impactos sociais e ambientais do projeto da Macro-drenagem da bacia do Una. Daí justificar que a escolha do tema deve-se a nossa aproximação com os movimentos sociais urbanos de Belém, dos quais participamos de forma direta e indireta, em particular da Comissão dos Bairros de Belém (CBB), na década de 80, quando experimentamos de certa forma, os avanços, conquistas e desafios vivenciados pelos militantes e participantes da luta pela qualidade de vida nas áreas urbanas de Belém. A participação dos movimentos organizados da época sistematizou-se experiências, que colocadas como ações históricas, permitiram melhor conhecimento da realidade local e das dificuldades da população, fundamentalmente as de baixa renda. Por essa razão, consideramos que o projeto de Macro-drenagem da bacia do Una abre de um lado novas perspectivas de luta pela reforma urbana, e de outro, novos conflitos sócio-ambientais. O trabalho está dividido em quatro capítulos. O primeiro apresenta a área de abrangência do Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una. Esta área ocupa um espaço de 3.664 hectares sendo área de igapó, terra firme e várzea. No segundo capítulo são apresentados os procedimentos da metodologia utilizada e a coleta de dados conta com residências marcadas para serem remanejadas no processo de implementação da Macrodrenagem; e o cenário sócioambiental contextualizado no tempo e no espaço. O terceiro, apresenta a Macrodrenagem como fonte de transformação, procurando focar os seguintes aspectos: (1) Suas características gerais; (2) As transformações sócio-ambientais; (3) A Macrodrenagem e suas implicações políticas, tendo como alvo as representações do estado e da sociedade civil. No quarto capítulo apresentamos as percepções e as reações da população local em relação ao projeto de Macro-drenagem no contexto das condições de moradia, beneficiamentos, negociações, indenizações e remanejamento. Finalmente, apresento as conclusões, procurando apontar as dificuldades de superação dos graves problemas gerados pelo processo de Macrodrenagem, sem possibilidades em curto prazo, de serem solucionados, seja por iniciativas de governos, seja pela falta de políticas pública prioritárias para atender as demandas decorrentes do referido processo. Estes quatro capítulos são uma tentativa de avaliar o projeto de macro-drenagem, baseando-se nos seguintes fatores: (A). Perspectivas do projeto; (B). Condições sócio-econômicas; (C). Nível de aceitação e rejeição do projeto; (D). Participação popular no projeto.

**Palavras - chave:** Macrodrenagem. Urbanização. Bacia do Una. Impactos socioambientais.

## ABSTRACT

The purpose of this study is to analyze the social - caused by the Project for Macro drainage basin of *Una*, whose venture is intended to recover some of the many casualties of Bethlehem started at the beginning of this decade at the initiative of the Government of *Pará* with the participation of the Municipality of Bethlehem and the Inter-American Development Bank - IDB, among other civil society institutions, this project has been the object of criticism by the scientific community and the general public, given the way the same is being conducted. The project of Macro-drainage included seven sub-basins, involving nine districts of Bethlehem where 540,000 people, including 180,000 in flooded areas live. While Urban Reform Project of the Macro-drainage basin of A is perceived by state and municipal public power as "the payment of an old social debt with the local population" as affirmation of the project. So try to show the contradictions of this project, emphasizing the perception and reaction of the population directly involved.. In summary, this study is to show the target social and environmental impacts of the project's Macro-drainage basin of the *Una*. It justified the choice of topic is due to our proximity with the urban social movements of Bethlehem, of whom participate in direct and indirect, particularly the committee of the neighborhoods of Bethlehem (CBB) in the 80s, when they try to some ways, progress, achievements and challenges experienced by activists and participants of the fight for quality of life in urban areas of Belem The involvement of organized movements of the time it is codified experience, which placed shares as historic, have better knowledge of local reality and the difficulties of the population, mainly those of low income. For this reason, we believe that the design of the Macro-drainage basin of A opens new perspectives on one side of struggle for urban reform, and other, new socio-environmental conflicts. The work is divided into four chapters. The first, introduced the area of coverage of the Draft of Macro-drainage basin One. This area occupies an area of 3664 hectares of area being *igapó*, land and lowland. In the second chapter shows the procedures of the methodology and data collection of homes account marked to be reshuffling in the process of implementing the Macro-draining, and socio-environmental scenario contextualized in time and space; The third, introduced the Macro-drainage as a source of transformation, seeking focus on the following: (1). Their general, (2). The social and environmental transformations, (3). The Macro-drainage and its political implications, with the target the offices of the state and civil society. In the fourth chapter presents the perceptions and reactions of the local population in relation to the macro-drainage project in the context of the conditions of housing, benefiting negotiations, and re reparations. Finally, presenting the findings, trying to point the difficulties of overcoming the serious problems generated by the process of Macro-drainage, with no possibility in the short term, to be resolved, either by initiatives of governments, is the lack of public policy priority to meet the demands arising out of that process. These four chapters are an attempt to assess the macro-drainage project based on the following factors: (A). Prospects for as project; (B). Socio-economic conditions, (C). Level of acceptance and rejection of the project, (D). Popular participation in the project.

**Keywords:** Macrodrainage. Urbanization. Basin of One. Impacts – you set partner.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 – Vias com Sistema Viário Implantado.....	13
Quadro 1 - Valores de precipitações médias mensais e anuais.....	17
Quadro 2- Demonstrativo das subáreas, canais e bairros atingidos pelo Projeto.....	21
Quadro 3 - População dos bairros de Belém atingidos pelo projeto de Macrodrenagem 1990-1995.....	22
Mapa 2 - Canais da Bacia do Una (sem escala).....	28
Fotografia 1 – Evento de assinatura de ordem de serviço para dar início ao projeto de Macrodrenagem.....	33
Fotografia 2 - Área da CDP, para edificações.....	52
Fotografia 3 - Área da CDP para edificações.....	58
Fotografia 4 - Canal da Bacia do Una.....	60
Fotografia 5 - Sub- área 01 – loteamento – Rua Diogo Moía.....	66
Fotografia 6 - Canal da Visconde de Inhaúma.....	68

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Conhecimento da área para remanejamento (Em números absolutos e percentuais).....	48
Tabela 2 - Sobre especulações imobiliárias (Em números absolutos e percentuais).....	49
Tabela 3 - Condição de moradia (Em números absolutos e percentuais).....	50
Tabela 4 - Sexo por beneficiado após a conclusão da obra (Em números absolutos e percentuais).....	55
Tabela 5 - Condição de moradia (Em números absolutos e percentuais).....	59
Tabela 6 - Sobre como deve ser as negociações (Em números absolutos e percentuais).....	61
Tabela 7 - Quem deve acompanhar as negociações (Em números absolutos e percentuais).....	61
Tabela 8 - Sobre como tem reagido (Em números absolutos e percentuais).....	63
Tabela 9 - Distribuição de percentuais dos indivíduos envolvidos com conhecimento das áreas para remanejamento das famílias.....	68
Tabela 10 - Sobre o que achou de ser remanejado (Em números absolutos e percentuais).....	69

## LISTA DE ABREVIATURAS

ABES - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária.

BID - Banco Inter Americano de Desenvolvimento.

CDP - Companhia das Docas do Pará S/A.

CENTUR - Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves.

CODEM - Companhia de Desenvolvimento e Administração da área metropolitana de Belém.

COHAB - Companhia de Habitação do Estado do Pará.

CONDUMA - Conselho de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

COSANPA - Companhia de Saneamento do Pará.

CURA - Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística Sócio-Econômica.

DNOS - Departamento Nacional de Obras e Saneamento.

FAE - Fundo de Água e Esgoto.

IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IDESP - Instituto de Desenvolvimento Econômico – Social do Pará.

IPMB - Instituto de Previdência do Município de Belém.

IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano.

MRU - Movimento de Reforma Urbana.

ONGS - Organizações não Governamentais.

PDU - Plano Diretor Urbano.

PMB - Prefeitura Municipal de Belém.

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

PT - Partido dos Trabalhadores.

RIMA - Relatório de Impacto de Meio Ambiente.

SAAEB - Sistema de Abastecimento de Água de Esgoto de Belém.

SECTAM - Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente.

SEGEP - Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão.

SESAN - Secretaria Municipal de Saneamento.

SESMA - Secretaria Municipal de Saúde.

SESPA - Secretaria Estadual de Saúde Pública do Pará.

SEURB - Secretaria Municipal de Urbanismo.

SOPREN - Sociedade de Preservação aos Recursos Naturais e Culturais da Amazônia.

SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia.

UFPA - Universidade Federal do Pará.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PROJETO DE MACRODRENAGEM DA BACIA DO UNA.....</b>	<b>15</b>
2.1	BAIRROS, SUB - ÁREAS E CANAIS.....	15
2.2	POPULAÇÃO.....	17
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA DA PESQUISA.....</b>	<b>19</b>
3.1	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	19
3.2	ENTREVISTAS	20
3.3	APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS	21
3.4	AMOSTRA	23
<b>4</b>	<b>A MACRODRENAGEM COMO FONTE DE TRANSFORMAÇÕES</b>	<b>24</b>
4.1	MACRODRENAGEM COMO FONTE DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	24
4.2	CARACTERÍSTICAS GERAIS	29
4.3	TRANSFORMAÇÕES SÓCIOAMBIENTAIS	34
4.4	MACRODRENAGEM E AMPLIAÇÕES POLÍTICAS	37
<b>5</b>	<b>PERCEPÇÕES E REAÇÕES DA POPULAÇÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO PROJETO</b>	<b>47</b>
5.1	PERCEPÇÕES E REAÇÕES DA POPULAÇÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO PROJETO	47
5.2	CONDIÇÕES DE MORADIA	48
5.3	BENEFICIADOS	54
5.4	NEGOCIAÇÃO	60
5.5	INDENIZAÇÃO	63
5.6	REMANEJAMENTO	65
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>73</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>77</b>
	<b>ANEXOS</b>	<b>85</b>
	<b>APÊNDICES</b>	<b>88</b>



O primeiro capítulo apresenta a área de abrangência do Projeto de Macro drenagem da Bacia do Una com o intuito de situá-la no contexto de sua geopolítica.

No segundo, são apresentados os procedimentos da metodologia utilizada e a coleta de dados. Estes dados contam de residências marcadas para que os atuais proprietários ou moradores residentes sejam remanejados durante o processo de implementação da Macro drenagem; e o cenário socioambiental contextualizado no tempo e no espaço;

O terceiro apresenta a Macro drenagem como fonte de transformações, procurando enfocar os seguintes aspectos: (1) suas características gerais; (2) as transformações socioambientais; (3) a Macro drenagem e suas implicações políticas, tendo como alvo as representações do Estado e sociedade civil.

No quarto capítulo, apresentamos as percepções e reações da população local em relação ao projeto de Macro drenagem no contexto das condições de moradia, beneficiados, níveis de negociações, indenizações e remanejamentos.

Finalmente, apresentamos as conclusões, procurando apontar as dificuldades de superação dos graves problemas gerados pelo processo de Macro drenagem. Sem possibilidade em curto prazo, de serem solucionados, seja por iniciativas de governos, ou pela falta de políticas públicas prioritárias e capazes para atender a demanda decorrente do referido processo.

Esses quatro capítulos são uma tentativa de avaliar o Projeto de macro drenagem, baseando-se nos seguintes fatores: a) perspectivas para com o projeto; b) condições sócio-econômicas; c) nível de aceitação e rejeição do projeto; d) participação popular no projeto.

## **2 ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PROJETO DE MACRODRENAGEM DA BACIA DO UNA**

### **2.1 BAIRROS, SUB-ÁREAS E CANAIS**

O Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una ocupa um espaço de 3.664 hectares, constituindo 60% do município de Belém, com estimativa populacional total de 543.543 habitantes. De acordo com o Plano de Reassentamento (BELÉM, 1997, p. 88):

Esta população, que habita mais de 100 mil domicílios, espalha-se tanto pelas zonas centrais como pelas zonas periféricas da cidade, as quais, compondo um espaço da ordem de 3.644 hectares, perfazem uma área em torno de 50% das terras continentais urbanizadas da capital paraense.

Costa (1979, p. 88) acrescenta:

[...] dentre estes, 187.404 habitantes moram em áreas alagadas/alagáveis, compreendendo uma porção de terras que se prolonga desde a Baía do Guajará até as áreas de ocupações mais recentes, próximas à Rodovia BR-316 e Avenida Augusto Montenegro, o restante pertence às demais bacias. A Bacia do Una compreende onze bairros: Telegráfo, Umarizal, Nazaré, Sacramento, Pedreira, Fátima, São Brás, Marco, Souza, Marambaia e Benguí.

“Dos onze bairros nove serão atingidos pelo projeto, sendo exceção os bairros de Nazaré e São Brás” (MONTEIRO, 1997, p. 34). Os referidos bairros estão dispostos em sete sub - áreas na zona urbana de Belém, cujas faixas de domínio são os canais da Bacia do Una: Canal do Visconde de Inhaúma (40,00 m), Canal do Pirajá (30,00 m), Canal da Rosa Lemos (22,00 m), Canal da Soares Carneiro (23,00 m), Canal São Joaquim (90,00 m), Canal Água Cristal (90,00 m) e Benguí (40,00 m).

A população residente nestes bairros concentra-se em áreas de terra firme, igapó e várzea. Nas áreas de várzeas, conhecidas como baixadas, passam os canais supracitados. Estes canais cortam as sub-áreas, das quais se constata infraestrutura urbana e bens de serviços insuficientes, tais como: escolas, postos de saúde, transportes, etc.

As áreas de baixadas foram povoadas basicamente por migrantes do interior do Pará e/ou Estados vizinhos. Essas áreas caracterizam-se, historicamente, pelos sucessivos processos contraditórios de concentração de renda e de terra e pela ocupação desordenada do espaço urbano. Em virtude disso, o índice da população de baixa renda aumenta

vertiginosamente neste local devido à falta de alternativas, políticas públicas e principalmente habitacionais, impossibilitando o desenvolvimento econômico local, intensificando as áreas de infraestrutura precária e tornando mais difícil ao poder público garantir serviços indispensáveis, como saneamento, segurança, áreas de lazer e atividades culturais.

Na área de terra firme está localizada a população de maior poder aquisitivo, indiferente dos demais, também enfrentam problemas sociais e ambientais, como poluição sonora e do ar, ruas congestionadas, entupimento dos canais, valas e meios fios devido à quantidade de dejetos atirados de forma inconseqüente por falta de formação e informação socioambientais e consciência cidadã. Mas são nas áreas de baixadas que os problemas se acentuam, as quais constituem, segundo Kowarick (1979, p. 31) “Aglomerados distantes dos centros, clandestinos ou não, carentes de infraestrutura, onde passa a residir crescente quantidade de mão-de-obra necessária para fazer girar a maquinaria econômica”.

Os moradores das áreas de baixadas enfrentam os mais sérios problemas sociais e ambientais, tais como: desemprego, violência urbana, precárias condições de moradia e transportes urbanos, dificuldades para o escoamento dos dejetos, precárias condições de higiene ambiental e sanitária, poluição, tráfico de drogas, alto índice de criminalidade, pobreza, exclusão social, entre outros. Numa perspectiva mais ampla, estas questões são oriundas principalmente da perversa concentração de renda, resultantes de conflitos estruturais próprios das grandes metrópoles.

Quanto à rede de esgotos, consultamos o Plano Diretor Urbano de Belém, (artigo 120, inciso 1. p. 39 e 40) este revela que: I) apenas 6% da população são atendidas pela rede coletora de esgoto cujo lançamento é feito “in natura” por bombeamento para a Baía do Guajará; II) 75% da população utilizam o sistema unitário constituído de fossas sépticas, cujos afluentes, na maioria dos casos, são interligados à rede de galerias pluviais; III) 19% da população lançam seus dejetos diretamente no solo; IV) O resultado disso é que os cursos d’água da cidade são quase todos, esgotos a céu aberto, representando uma afronta ambiental aos cidadãos belenenses de todos os níveis sociais.

Essa problemática torna-se ainda mais preocupante, no que diz respeito à saúde pública, quando se observa que: “A Bacia do Una está localizada numa área com elevadas precipitações durante o ano todo com média anual de 2828, 4 mm. O trimestre mais seco é o de julho – agosto – setembro, que corresponde a 12,7% do total anual, e os mais chuvosos é o de janeiro – fevereiro – março correspondendo a 42,6 do total anual” (BELÉM, 1991, p. 39).

<b>Período</b>	<b>Precipitação (mm) medidas mensais</b>	<b>Nº. de dias de chuva</b>	<b>Precipitação máxima em 24h (mm)</b>
Janeiro	350,9	25,6	118,0
Fevereiro	415,6	25,6	117,4
Março	438,1	26,9	95,2
Abril	345,3	25,7	112,8
Mai	283,8	24,7	103,5
Junho	160,8	18,6	63,0
Julho	143,7	16,6	111,0
Agosto	117,7	15,2	80,4
Setembro	134,0	17,0	67,4
Outubro	112,3	14,9	65,4
Novembro	114,2	14,5	66,4
Dezembro	212,0	19,8	92,0
<b>ANUAL</b>	<b>2828,4</b>	<b>245,2</b>	<b>118,0</b>

**Quadro 1** – Demonstrativo das precipitações em Belém  
**Fonte:** SUCAM; PHCA período (1960 -1980).

## 2.2 POPULAÇÃO

A população da Bacia do Una constitui-se de famílias de vários municípios do Estado do Pará. Estas famílias apresentam os seguintes aspectos ou perfil sócio – econômicos: São numerosas, registrando uma média de (4,43%) de pessoas por domicílio; poder aquisitivo e taxa de escolaridade baixa. Nesta última destacam-se pessoas apenas com o ensino fundamental, correspondente às séries iniciais de 1ª à 8ª séries do 1ª grau; conforme prevê as Leis de Diretrizes Básicas da Educação Brasileira. Por fim a renda mensal em média neste contingente populacional varia de um a dois salários mínimos.

Outro aspecto que merece destaque são as pessoas que desenvolvem atividades autônomas, como comércio varejista, exercendo funções de vendedores ambulantes, feirantes, sacoleiras em feiras livres, etc. e na construção civil, como mestre de obras, ajudantes de pedreiro, entre outras atividades em busca de sua sobrevivência e o sustento da família. Portanto, é significativamente no mercado informal que há esta concentração de mão-de-obra disponível no aglomerado urbano das cidades.

Dados sócio-econômicos da Prefeitura Municipal de Belém (PMB) revelam que:

Em termos de geração de empregos e renda interna a mão de obra feminina é a que possui a maior importância econômica para o município de Belém. O setor que, em 1995, possuía 29.000 estabelecimentos comerciais, em 1996, apresentou mais de 30.500 estabelecimentos formados, em sua maioria por empresa de pequeno porte. Soma-se a isso o fato de existirem no município aproximadamente 2.539 ambulantes que além de permitirem uma ocupação direta no mercado informal, seguramente contribuíram para o aumento do número de empresas neste setor, em 1997 (BELÉM, 1977, p. 80).

Outra característica relevante e expressiva é quanto aos direitos trabalhistas da população estudada, pois muitos estão situados em seu desempenho para o trabalho profissionalmente no mercado informal. Os estudos de (MONTEIRO, 1997) curiosamente nos serve de alerta, ao referir-se a esta situação nos apresenta os seguintes dados: “A cidade apresenta um quadro com um número altíssimo de trabalhadores situados no mercado informal em relação ao número de outras funções exercidas” (BELÉM, 1977, p. 19).

Corroborando com estes dados acima, acrescenta o jornal O Liberal (1996) “[...] o número de pessoas empregadas alcança 51,2%. Os que trabalham com carteira assinada são 19,3% da população, os militares e estatutários compõem com 12% e 19,9% pertencem ao setor informal”.

As famílias ameaçadas de remanejamento, as quais residem nas áreas de baixadas vivem em condições precárias e praticamente desassistidas pelo poder público, ainda enfrentam problemas sócioambientais, como falta de segurança, taxas de desemprego altíssimo, alto índice de gravidez na adolescência, freqüente consumo de drogas por parcela significativa de jovens que entram em conflito com a lei, além de conviverem com os períodos de enchentes e poluição das águas que causam alagamentos, difícil acesso e constantes problemas de saúde principalmente nos períodos mais chuvosos.

Em decorrência disso, de acordo com o documento oficial de reforma urbana, vis a vis o Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una, pretende realizar uma reforma urbana em Belém e como novidade remanejar as famílias para áreas com infra-estrutura de prestação de bens e serviços e equipamentos urbanos.

Com relação a este quadro, as péssimas condições de moradia e insalubridade, a Secretaria Estadual de Saúde Pública do Pará (SESPA) (BELÉM, 1991, p. 40), faz o seguinte comentário: “provocam o surgimento de doenças ligadas ao lixo em exposição, como a leptospirose”.

### 3 METODOLOGIA DA PESQUISA

#### 3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos para a coleta de dados passaram pelas seguintes etapas: pesquisa bibliográfica e documental; entrevistas e aplicações de questionários à população da área em estudo.

Os estudos bibliográficos e documentais foram realizados em várias instituições de ensino, pesquisa e centros de formação na cidade de Belém. Mencionam-se os seguintes: Instituto de Desenvolvimento Econômico Social do Pará (IDESP), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM), Departamento Intersindical de Estatística Socioeconômica (DIEESE), Universidade Federal do Pará (UFPA) e FASE. Foram pesquisados também, arquivos de documentos cedidos gentilmente por técnicos e gestores da própria sede do Projeto de Macrodrenagem, da lista de documentos constam entre eles: atas das reuniões do comitê assessor, programas de realocação de famílias, planos de reassentamentos, mapas e fotos da área do projeto.

Foi pesquisado ainda, um acervo significativo de obras prioritariamente que tratam da temática em foco: a urbanização do ponto de vista de autores regionais e nacionais. Para a abordagem documental retiramos notícias dos jornais de grande circulação da cidade de Belém, com destaque para O Liberal e a Província do Pará. Foi criado um acervo de panfletos, dossiê, cartilhas educativas, folder e fotografias da área estudada através de doações feitas por entidades de programas de intervenção social como o PARU da UFPA, e entidades como a FASE.

Delimitamos o corpo do estudo a partir dos seguintes critérios: canais próximos aos bairros, onde reside grande parte das famílias a serem remanejadas. Consideramos como fator principal as condições de vida da população e o espaço sócio – ambiental. Estas áreas são urbanas/alagáveis, com graves problemas ambientais como, por exemplo: deficiente sistema de drenagem, péssimos serviços de esgoto, coleta de lixo e iluminação pública.

Foram estudadas sete sub-bacias, particularmente a população de baixa renda residente em seu entorno. Porém, na escolha dos locais estratégicos levamos sempre em consideração aqueles próximos aos centros comunitários, associação de moradores e outras formas de organização sociais coletivas envolvidas com a qualidade da reprodução social do espaço.

A partir desses fatores, propusemo-nos verificar também se a percepção e as reações dos moradores destas áreas coincidem ou não com as perspectivas dos representantes dos movimentos sociais comprometidos com a reforma urbana, com os dirigentes e gestores públicos que respondem pelo projeto e os membros efetivos e suplentes dos canais de pactuações como o comitê assessor do projeto.

### 3.2 ENTREVISTAS

As entrevistas foram realizadas com técnicos, moradores residentes nas sub-áreas, lideranças comunitárias, gestores e estudiosos que acompanham as discussões do processo de urbanização de Belém. Este método foi útil na organização das idéias e do domínio do tema a ser estudado.

A entrevista teve como objetivo:

a) Consultar pessoas envolvidas diretamente com a Macrodrenagem na condição de lideranças comunitárias, membros do comitê assessor (instrumento, instância de pactuação) paritário composto por 18 pessoas que representam a sociedade civil e as entidades governamentais), ou seja, pessoas envolvidas e influentes nas deliberações e decisões do projeto.

b) Levantar informações mais precisas e consistentes partindo de um roteiro que viesse questionar, principalmente, os trâmites burocráticos, os encaminhamentos acerca do projeto, a credibilidade da gestão e a efetiva participação popular protagonizando seus interesses durante processos decisórios relativos à condução do mesmo. Neste sentido questionou-se sobre as condições socioeconômicas da população afetada, o significado da macrodrenagem e a política de relocação (remanejamento e indenização) das famílias envolvidas.

c) Acompanhar as principais discussões das reuniões do Comitê assessor (Fórum Deliberativo do projeto de Macrodrenagem) existentes na cidade de Belém sobre a reforma urbana promovida por entidades governamentais e não governamentais e a problemática da urbanização e o saneamento da cidade.

A opção pela coleta de informações através da introdução da técnica de entrevistas deu-se pela necessidade de perceber, através de depoimentos de diversos atores sociais envolvidos, as convergências e diferentes contradições nos discursos dos informantes envolvidos direta ou indiretamente com o projeto e de procurar saber, com especial atenção,

sobre questões referentes ao nosso foco central de investigação, sobretudo que envolvem a noção de impactos sociais e ambientais e seus efeitos para a cidade de Belém.

Esta iniciativa nos foi gratificante pelo fato de ter possibilitado uma percepção ampliada acerca dos principais problemas acima mencionados, além de conhecermos de perto as lideranças e os movimentos sociais urbanos que estavam à frente das discussões em torno do projeto.

Vale ressaltar que muitas entrevistas informais foram realizadas com o propósito de colher informações que pudessem facilitar a percepção do fenômeno estudado e que permitissem acompanhar todo o processo das discussões e deliberações centrais do projeto detectando assim, os principais fatores responsáveis pelos encaminhamentos procedidos no sítio Urbano da cidade.

### 3.3 APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS

A aplicação dos questionários teve por meta:

(1) Consultar os moradores tendo em vista registrar e observar suas opiniões a respeito das atividades de execução do projeto, procurando efetivar uma análise sociológica da situação constatada e dos depoimentos transcritos;

(2) Verificar as diferentes opiniões dos moradores através dos registros de seus relatos enquanto participe diretos ou indiretos do processo, levando em consideração as situações espaciais e socioeconômicas que estão situados.

Estes questionários foram aplicados nas sete diferentes sub-bacias, atingindo diretamente os nove bairros (quadro 2).

<b>SUB – AREAS</b>	<b>CANAIS</b>	<b>BAIRROS</b>
<b>I</b>	Boaventura da Silva, 03 de Maio e Antônio Baena	Fátima e Pedreira
<b>II</b>	Visconde de Inhaúma	Pedreira e Marco
<b>III</b>	Pirajá	Pedreira e Sacramento
<b>IV</b>	Galo, Jacaré, Uma, Rosa Lemos	Telégrafo e Umarizal
<b>V</b>	São Joaquim	Sacramento
<b>VI</b>	Água Cristal	Souza
<b>VII</b>	São Joaquim, Nova Marambaia e Benguí	Benguí

**Quadro 2** - Demonstrativo das sub - áreas, canais e bairros atingidos pelo projeto

**Fonte:** Monteiro (1997).

Com isso, verificamos a percepção das famílias envolvidas com relação às etapas da execução do projeto e da realidade social na qual estão inseridas. Averiguamos também, através destes depoimentos, as formas e modalidades de remanejamentos a serem aplicadas as famílias beneficiadas.

As pessoas questionadas foram moradores a serem remanejados que passariam a residir em áreas desapropriadas pelo poder público estadual, precisamente 14 loteamentos disponíveis à relocação das famílias, comportando 2.667 lotes. Desse total, 468 correspondem a 12 loteamentos de pequeno porte, situados num raio de 1.500 metros do local de origem das famílias na área urbana de Belém, que devem ser assentadas através de um sorteio em local público e de fácil acesso para que todos os envolvidos possam participar.

Estes locais conforme prevê o projeto oficial, contarão com toda infraestrutura básica, como: loteamentos urbanizados com serviços de terraplanagem, sistema de água potável, esgoto sanitário, água pluvial, estradas viárias de acesso asfaltadas e iluminação pública.

Vale ressaltar que o critério para remanejamento inclui o sorteio das residências, sendo que alguns moradores não precisam ser remanejados, mas, recuar suas casas, isto é, conceder ao poder público a demolição de parte de seu imóvel mediante indenização, a fim de que possam ser garantidas as áreas referentes à implantação do projeto oficial cumprindo a rigor com o planejamento de execução previsto (quadro 3).

BAIRROS	POPULAÇÃO					
	1990	1991	1992	1993	1994	1995
<b>Marambaia</b>	47179	48566	49979	51413	52873	54364
<b>Marco</b>	74510	76700	78931	81196	83501	85855
<b>Fátima</b>	15871	16337	16812	17294	17785	18286
<b>Pedreira</b>	74911	77113	79356	81633	83951	86318
<b>Sacramenta</b>	32508	33463	34436	35424	36430	37457
<b>Souza</b>	10316	10619	10928	11241	11760	11885
<b>Telégrafo</b>	49508	50963	52446	53951	55483	57047
<b>Umarizal</b>	43299	44571	45868	47184	48523	49891
<b>Bengui</b>	26047	26812	27592	28383	29189	30012

**Quadro 3** - População dos bairros de Belém atingidos pelo projeto de Macrodrenagem (1990-1995).

**Fonte:** IDESP/CEE (1991)

Os questionários padronizados reuniam os seguintes aspectos de interesses de estudo: a) condições socioeconômicas da população envolvida; b) participação e acompanhamento das discussões sobre o projeto, credibilidade ou não ao mesmo; c) forma de indenização, ou seja, valor real a ser pago as famílias remanejadas.

Estes instrumentos de pesquisa supracitados foram suficientes para aprofundar a noção de impacto e mostrar os efeitos positivos e/ou negativos ocorridos no espaço de influência da Macrodrenagem.

### 3.4 AMOSTRA

Foram questionadas 140 famílias estratificadas por sexo, faixa etária, nível de escolaridade, local de origem, renda (ver apêndices). Sendo questionado apenas um indivíduo por família. As residências selecionadas foram as que já tinham sido sorteadas pelo projeto para serem remanejadas, conforme o parecer da gerência de relocação, reiterando sobre tais informações em entrevista concedida, afirma:

No qual se prevê que 4.800 famílias serão desapropriadas e destas apenas 2.800 serão removidas de sua antiga casa para lotes urbanizados, em terrenos desapropriados pelo Governo do Estado e mais 2.000 famílias serão indenizadas pelo valor de parte do terreno atingido pelas obras o que corresponde a cerca de 3% da população afetada (O LIBERAL, 1993, p. 11-12).

## 4 A MACRODRENAGEM COMO FONTE DE TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS

### 4.1 A MACRODRENAGEM COMO FONTE DE TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS

O avanço do capitalismo na Amazônia tem conduzido a uma transformação não apenas no aspecto fundiário, mas, e principalmente, no aspecto social [...] (ABELÉM, 1988, p. 26).

A Macrodrenagem como fonte de transformação do espaço urbano na cidade de Belém provocará, com certeza, progressivos impactos sociais e ambientais. Tais impactos podem ser positivos ou negativos, cujos critérios encontram-se na dependência da percepção da população afetada diretamente ou indiretamente pelo projeto, principalmente se esta tiver clareza do que compete ao Estado no que tange a implementação de políticas sociais e de sua cidadania como direito assegurado constitucionalmente.

Convém lembrar que as áreas mais diretamente afetadas são as baixadas, como nos ensina a seguinte afirmativa:

Os estudos que tratam das baixadas de Belém procuram defini-las como sendo os trechos do sítio urbano cujas curvas de nível não ultrapassam a cota quatro, e que chegam a compor cerca de 40% da área mais valorizada da cidade [...] ou ainda como áreas inundadas ou sujeitas às inundações – decorrentes, em especial, dos efeitos das marés e ficaram conhecidas [...] por serem espaços de moradia das camadas sociais de baixo poder aquisitivo (TRINDADE JÚNIOR, 1993, p. 33).

Por outro lado, a definição de baixada, segundo o autor acima citado:

Deve extrapolar o simples significado geomorfológico. Inclusive porque as alterações substanciais que tem ocorrido nessas áreas, devido à construção de canais, tratamento urbanístico, aterros, etc., estabelecem um novo perfil a essas frações do espaço urbano, seja no sentido fisiográfico, seja no caráter do uso do solo e da apropriação das mesmas pelas diversas atividades e camadas sociais (TRINDADE JÚNIOR, 1993, p. 33).

Portanto, as mudanças nessas áreas podem consistir em melhorias ou não do espaço urbano, dependendo do ângulo em que possa estar percebendo essas alterações e de acordo com os interesses em jogo dos diversos atores sociais.

Deste modo compreende Abelém (1988, p. 18)

Não possuindo um sistema de decisão unitário, o planejamento urbano põe em jogo uma ampla gama de interesse à volta dos quais se afirmam as alianças e se desencadeiam os conflitos. Não se trata, pois, de apenas uma resposta pública a certas necessidades individuais e coletivas, estas só são tratadas socialmente na medida em que são socialmente expressas por meio de um jogo político.

Neste sentido, podemos considerar que todo jogo político pode modificar as características sociais e ambientais dos diferentes espaços. Estas modificações por sua vez, forçam outras formas de convívios e relacionamentos sociais, inclusive, quebrando antigos laços de convivência social e introduzindo novos valores, costumes, hábitos, crenças, formas de lazer, etc. Ou seja, introduzindo, reinventando e construindo novas relações sociais nos espaços urbanos.

Por isso conferimos sobre o que diz o Plano de Reassentamento (BELÉM, 1997, p. 4)

A implantação de um projeto de saneamento objetivando a recuperação das áreas de baixadas de Belém, e conseqüentemente a melhoria na qualidade de vida da população residente, implica em intervenções físicas que possibilitem a drenagem das áreas e sua urbanização. Para sua execução, faz necessário o remanejamento de um número significativo de famílias situadas, principalmente, nas áreas alagáveis.

Foram estabelecidos critérios, cuidadosamente elaborados, de forma a viabilizar o referido processo de remanejamento e procedeu-se a estudos de ordem físicos, territoriais, sócio – econômicos e jurídicos como instrumentos de apoio e norteadores para a realização das diversas etapas que o constituem. “Plano de Reassentamento é a diretriz mestra do remanejamento e foi desenvolvido de forma a garantir o resgate do nível de salubridade do sitio urbano sem a geração de ônus para as famílias a serem remanejadas” (BELÉM, 1997, p. 4).

Nossa hipótese central, infelizmente é a de que os impactos sociais sejam mais negativos do que positivos a população principalmente de baixo poder aquisitivo, em que pese considerarmos algumas melhorias, sabemos que a luta por moradia nos espaços urbanos da cidade passam efetivamente por mudanças estruturais.

Para a implementação do projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una foi preciso um esforço de organização no sentido de criar e difundir metas menos impactantes dentre as quais as encontradas nas citações abaixo, que confirma:

Através de estudos de avaliação dos projetos já executados nas áreas de baixadas, foram estabelecidas condições facilitadoras para o seu desenvolvimento. Priorizam-se a disponibilidade de áreas próximas a habitação anterior, para a oferta de lote de terras as famílias remanejadas, de maneira a permitir a continuidade das relações vigentes da população envolvida, preservando, principalmente, suas relações de vizinhança, acesso ao trabalho e escola como também, seu usufruto de benefícios advindos com o saneamento da área (BELÉM, 1997, p.7).

E prossegue:

Dentre os resultados mais significativos destaca-se a redução de 29,2% em relação ao número total das desapropriações previstas inicialmente, em consequência da revisão e atualização dos projetos de Engenharia. Em relação aos custos finais de reassentamento, observa-se um acréscimo de 59,4% em relação ao previsto em 1992, em razão dos reajustes das indenizações dos imóveis e, principalmente, dos custos das obras de infraestrutura dos loteamentos utilizados no reassentamento das famílias remanejadas.

Embora as metas previstas no cronograma inicial das desapropriações não tenham sido alcançadas, os resultados obtidos com a implementação dos projetos são, visivelmente perceptíveis, em termo de melhoria de qualidade de vida da população atingida. Atualmente, 99,5% das famílias indenizadas que residiam em imóveis tipo palafitas, construíram suas moradias em alvenarias, em áreas urbanizadas com toda infraestrutura básica. As populações remanescentes das áreas já trabalhadas pelo projeto foram beneficiadas com a melhor qualidade dos serviços de saneamento, principalmente com a drenagem das vias, acesso normalizado pelo sistema viário implantado, ensejando de forma espontânea, o aprimoramento dos padrões construtivos de suas residências (BELÉM, 1997, p. 4).

Esse conjunto de informações importantes qualifica nossa percepção sobre o projeto e nos propiciam compreender e destacar os impactos no espaço urbano de Belém. Revela, por outro lado, que a reprodução social do espaço urbano por ser bastante disputado possa constituir-se em um dos fatores determinantes de novas formas de impactos socioambientais de pouca visibilidade, porém sem soluções a curto prazo, caso não pareça claro a noção de interdependência e interconectividade na relação homem – natureza, tendo como preocupações o desenvolvimento sustentável das cidades.

Vale lembrar o que nos ensina Trindade Júnior (1993, p. 8) ao afirmar que:

O espaço é socialmente produzido quando leva em conta a produção dos bens materiais de que o homem necessita para sua sobrevivência. Assim, uma noção mais consistente implica no entendimento do espaço como produto social, resultado do trabalho do homem no bojo das relações que se estabelece entre si e com a natureza.

Essa observação serve para questionarmos acerca do processo de transformação no espaço urbano da bacia do Una na cidade de Belém, uma vez que com os serviços efetivados nestas sub-áreas exigem a relocação da população, a drenagem para a abertura de canais, e a incorporação de novas infra – estruturas. Isto, certamente provocará impactos sociais e ambientais que podem estender-se muito além da população envolvida. Todavia o processo de transformação também gera expectativas sobre a melhoria da qualidade de vida, por exemplo, em depoimento para o Jornal a Província do Pará, de 21/03/ 1993, o Governador do Estado do Pará na ocasião, fez o seguinte pronunciamento sobre uma das áreas para reassentamento:

Em uma área localizada próximo ao terreno da CDP, no bairro da Sacramenta, será construído o primeiro CAIC de Belém. O CAIC é uma reformulação dos antigos CIACs. Jader disse que a instituição aparecerá como a escola mais moderna de Belém e a intenção do governo é que ela possa ser construída a curto prazo de modo que no máximo no próximo período letivo já esteja em funcionamento. Ele observou que o CAIC funcionará de forma integrada, de modo que além da educação serão desenvolvidos simultaneamente os serviços para a área de segurança pública, entre outros (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 1993).

E reiterou:

A área contará com um sistema D'água, projetado especialmente para suprir a demanda do loteamento e das áreas carentes de abastecimento das circunvizinhanças. Haverá, ainda, energia elétrica, esgoto sanitário, drenagem pluvial, coleta de lixo, sistema viário, educação, saúde, proteção ambiental, segurança pública, centro comercial e centro comunitário. O local contará com um bosque que será maior que o Museu Emílio Goeldi. (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 1993).

Todavia, este local ainda não foi dotado de toda essa infraestrutura como acentuou o Governador em entrevista na época, inclusive contrariando tais argumentos, esta área constitui-se como de maior resistência da população envolvida, por desconfiarem que a infraestrutura prevista, conforme demonstra a planta de urbanização de uma destas áreas, venha a se concretizar dentro do previsto como afirmou o Gestor acima citado. Vejamos o que nos mostra o mapa 2.



Em relação à localização do indivíduo no espaço urbano agindo socialmente como cidadão, sujeito de direitos, Trindade Júnior (1994, p. 275), ainda assevera que:

O padrão de expansão territorial do tecido urbano reflete contradições que esbarram no direito à cidade, isto porque o lugar revela o valor do indivíduo e o território também é uma condição de cidadania. Esse processo visualiza-se basicamente de duas maneiras: quando o indivíduo muda para um bairro onde as condições de vida são ainda piores ou quando, no seu próprio bairro, vê as suas condições piorarem.

Ou ainda, acrescido por Santos (1987, p. 81) nesta mesma linha de raciocínio ao afirmar:

Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando, incessantemente, para melhor ou pior, em função dos diferentes níveis de acessibilidades no tempo, independentemente de sua própria condição. Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo, o mesmo salário tem valor diferente segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não são as mesmas. Por isso, a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está. Enquanto um lugar vem ser condição de sua pobreza, outro lugar poderia, no momento histórico, facilitar o acesso aqueles bens e serviços que lhes são teoricamente devidos, mas que, de fato, lhes faltam.

Considerando esses aspectos, destacamos a importância da participação da comunidade envolvida durante as diferentes fases do projeto, afim de garantir seus direitos e ao mesmo tempo confirmar o exercício de sua cidadania frente ao estado de direito que interveio em vários períodos com medidas paliativas revestido de assistencialismo, paternalismo ou esteve ausente. Neste sentido, esta participação é importante porque provoca a saída da população envolvida de seu estado de passividade, conformismo e inércia, tornando - a mais dinâmica, propositiva e fiscalizadora das ações do Estado.

Entretanto, considerando o conjunto de metas relevantes ao projeto, parece que a Macrodrenagem da Bacia do Una tem capacidade de atender, principalmente necessidades imediatas da maioria da população residentes nestas áreas atingidas diferenciando-se assim, das propostas anteriores de reforma urbana, cujo, objetivos e metas pareciam-nos escusos frente às necessidades das famílias de baixo poder aquisitivos.

#### 4.2 CARACTERISTICAS GERAIS

O Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una surgiu oficialmente, em meados da década de 80, quando Jader Barbalho (PMDB) exercia a função de Governador do Estado do

Pará e, Fernando Coutinho Jorge (PMDB), prefeito de Belém, através do decreto de nº. 18.185/86 – PMDB de 28 de Agosto de 1986, que em pronunciamento:

Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, todas as benfeitorias existentes na área de terra que menciona, incluindo terrenos porventura pertencentes a particulares, com a finalidade de possibilitar a execução do plano de recuperação das baixadas de Belém, e estabelece providencias correlatas (FEITOSA, 1994, p. 237).

Assim como reitera o presidente da Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA) em exercício na época, Valério Vinagre, ao afirmar:

A história desse programa vem desde o prefeito Coutinho Jorge, fim do Governo Jader Barbalho, atravessou o GOVERNO Hélio Gueiros e, na prática está sendo retomado agora. Teve um tempo de maturação muito maior do que a média, eu diria que a média é de dois anos. Esse teve cerca de sete anos. Durante esse período, a ocupação dessas áreas foi aumentando (MONTEIRO, 1993, p. 5).

A Macrodrenagem da Bacia do Una pode ser entendida como um conjunto de atividades que envolvem melhorias nos níveis de bens e serviços, visando sanear a cidade e garantir infra-estrutura básica, evitando a insalubridade nos locais de moradia, o agravamento e transtorno nas condições de vida das populações devido à falta de melhores serviços de esgoto, pontes, estivas e fossas biológicas.

Torna-se oportuno acrescentar que os serviços que caracterizam tecnicamente os trabalhos profissionais a serem executados e que, portanto definem a macrodrenagem, conforme definições dos próprios técnicos dos projetos são: retificação e revestimento de 19.90 Km de canais (gabião de pedras mantas, concreto armado, argamassa armada sem revestimento), galerias retas singulares em concreto armado e adaptação de tubos coletores, revestimento de sarjeta, sistema de esgoto com a implantação de 13.268 fossas sanitárias e 24 fossas coletivas com capacidade entre 750 e 2.250 pessoas/unidade ligadas à tubulações coletores em PVC e em concreto armado, tubulação em PVC para ramais com capacidade de 22.117 ligações domiciliares de ÀGUA POTÁVEL com rede de distribuição em tubulações PVC e ferro fundido, sistema viário com 14,21 km de vias com pavimento asfáltico dos quais 148,62 km com revestimento primário, 33 pontes de concreto, 14 pontes de madeira, 23 passarelas metálicas.

A realização destes serviços, segundo os gestores, tem por meta garantir a qualidade de vida, a otimização dos espaços e dos serviços urbanos da área de abrangência para recuperação das áreas de baixadas de Belém, prevista no projeto. Para a execução dos serviços de macrodrenagem da Bacia do Una o governo dispõe de recursos financeiros na ordem de US\$ 85.000.000,00 a serem utilizados nos serviços de drenagem e relocação, porém parceira firmada através de convênios de colaboração que celebram o governo do Estado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) rendeu o acrescido apoio financeiro na ordem de US\$ 150 milhões, portanto totalizando a soma de US\$ 225 milhões para a execução de um dos maiores projetos de urbanização de baixadas da América Latina.

Vale ressaltar que o projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una não é a primeira experiência de reforma urbana para Belém. Com o propósito de resgate histórico, pode-se afirmar que o primeiro trabalho de política de reforma urbana da capital paraense nesse nível, aconteceu nos anos 40, deste século.

De acordo com os documentos oficiais, há registros de que o Departamento Nacional de Obras e saneamento (DNOS) já manifestava interesse em sanear partes das áreas alagadas da cidade de Belém, criando uma nova infra-estrutura para as baixadas, visando à tranquilidade, maior segurança e controle de endemias as pessoas residentes nestas áreas constantemente ameaçadas de alagamento e desabamento de suas moradias principalmente no período de inverno, devido também a precariedade de sistemas de água, esgoto, e transporte. Nessa perspectiva é o primeiro programa oficial com o propósito de “manter as populações na própria área de intervenção, oferecendo-lhes condições ambientais favoráveis para uma vida sadia e confortável” (BELÉM, 1997, p. 4).

Trazendo ao enfoque aspectos do recente Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una, o Governador do Estado do Pará, para assegurar os serviços que dariam início às obras do projeto utilizou os procedimentos legais, desapropriando áreas de reassentamento. Com efeito:

A aquisição das áreas para a relocação, através do processo de expropriatório, teve início em maio de 1992 com a expropriação da área da, CDP/ENASA, através de Decreto nº 901, de 08 de maio de 1993, que declara a referida área de utilidade pública e interesse social para fins de desapropriação. Posteriormente, com o ajuizamento da Ação de desapropriação, foi concedida pela justiça a emissão de posse da dita área. Em 22 de dezembro de 1992, através do Decreto nº 1.336, foram declaradas de utilidade pública e interesse social para fins de desapropriação, 24 áreas de terras para atendimento às necessidades do Plano de Reassentamento. Em maio do ano seguinte, foram expedidos os mandados de Emissão de

posse das referidas áreas, a requerimento da companhia de Saneamento do Pará – COSANPA, através da ação de desapropriação”. “Com exceção de uma área de terras (parte do lote 04), as demais foram devidamente indenizadas através de acordo judicial, aguardando a sentença homologatória que transfere ao Governo do Estado a propriedade definitiva das terras (BELÉM, 1997, p. 67).

Nesse caso, das 06 bacias existentes em Belém, três já se encontram beneficiadas por processos de Macrodrenagem, são elas: Reduto, Armas e Tamandaré. Todavia, este trabalho não foi suficiente para inibir no mercado capitalista emergente, a especulação imobiliária, que acabou expulsando gradativamente a população residente naquele local para outras áreas de baixadas. A partir de 1970, a Prefeitura Municipal de Belém (PMB) através da Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM), incorporou-se aos órgãos – SUDAM, DNOS, COHAB e Ação Social, com o intuito de desenvolver estudo técnico dos problemas da habitação urbana.

Assim, em 1976 o projeto de recuperação das baixadas transfere a população da área do Barreiro para o conjunto Promorar e Providência. Entretanto, a população acabou entrando no sistema Nacional de Habitação e disso resultou o seu retorno a área de baixadas, uma vez que os mutuários não puderam arcar com os custos desse sistema.

O adensamento ocupacional das áreas de baixadas levou ao atual projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una a passar por sérios ajustes técnicos. Assim, em fevereiro do ano de 1991, iniciou-se a atualização dos trabalhos topográficos, do levantamento físico territorial e socioeconômico, cujos resultados foram transmitidos a através de relatórios que após serem analisados pelas instituições parceiras, possibilitou a autorização dos recursos financeiros pelo banco, entretanto, a assinatura do contrato de financiamento entre o Governo do Estado e o BID, somente realizou-se no dia 27 de janeiro de 1993, de acordo com notícias publicadas no jornal (MONTEIRO, 1993, p. 15) que confirma:

O Projeto de Macrodrenagem das baixadas de Belém, deverá ter início em Fevereiro próximo. Isto foi o que ficou definido ontem, em Washington, Estados Unidos, onde o Governador Jader Barbalho se reuniu com Henrique Iglesias, presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para assinar o contrato de financiamento do projeto, no valor de US\$ 145 milhões. O contrato foi assinado durante o café da manhã oferecido pelo BID à comitiva do chefe do poder executivo estadual, da qual fizeram parte o presidente da companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa), Valério Vinagre, o secretário de Estado da Fazenda, Roberto Ferreira, o Coordenador Geral do Projeto Fernando Castro Ribeiro, e Ângela Salles,

advogada da Consultoria Geral do Estado”, devido à dependência do governo federal em conceder o aval de empréstimo, o qual dependia do pagamento da dívida do Estado e da Cosanpa junto ao Midland e ao Fundo de Água e Esgoto (FAE).

Nesta ocasião, outro jornal de circulação local intitulado “Jornal Popular”, datado de 19 de fevereiro de 1993, também divulgou notícias sobre a formal solenidade em Washington, de assinatura do empréstimo, o teor da informação divulgava com ácido nível de crítica ao governador ironicamente que:

O caso maia me chegou aos Estados Unidos e pode melar um empréstimo de 225 milhões de dólares, solicitado pelo governo do Pará com o aval do Ministro da fazenda, Paulo Haddad, ao banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para as obras de Macrodrenagem das baixadas de Belém. Se o dinheiro for bloqueado, a culpa será do governador Jader Barbalho, que a menos de um mês esteve em Washington para a assinatura do empréstimo, levando seus assessores [...] O dinheiro assegura Jader, estará sendo liberado nos próximos dias. Mas, se depender do presidente da Preço, os dólares só deixarão os Estados Unidos depois que o governador explicar sua participação em algumas denúncias publicadas pela imprensa Brasileira, inclusive durante a sua passagem pelos Ministérios da Previdência Social e da reforma Agrária, governo Sarney (JORNAL POPULAR, 1993. p. 2).



**Fotografia 1** – Evento de assinatura de ordem de serviço para dar início ao projeto de Macrodrenagem.

**Fonte:** Evento de assinatura de ordem de serviço para dar início ao projeto de Macrodrenagem (1993).

#### 4. 3 TRANSFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS

Este capítulo, busca explicar um conjunto de elementos sobre o processo de urbanização que foram sendo construídos, historicamente, nas últimas quatro décadas pressionando o nível de desenvolvimento das comunidades humanas e suas relações com o meio ambiente urbano. Para alcançar esses objetivos, o estudo aponta os eixos principais do debate teórico em foco sobre urbanização e consciência ecológica visando os níveis de justificativas sobre os efeitos provocados ao meio ambiente e as possíveis mudanças nas condições da qualidade de vida das populações locais. Os aspectos acima mencionados servirão de referências para a compreensão do processo de urbanização de Belém, condicionada neste momento ao Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una.

Diante do exposto, pode-se afirmar que as teorias de desenvolvimento voltadas para a região Amazônica, intensificaram-se a partir da década de sessenta com aberturas de estradas e implantação de grandes projetos que ganham impulsos nas últimas décadas acelerando o processo de urbanização cujos índices mais dramáticos em termos ambientais apontam para a área metropolitana de Belém.

Segundo Abelém (1982, p. 22):

É a partir da década de 60, com a abertura da Belém-Brasília e com a extensão dos incentivos fiscais a projetos agropecuários, que vão se acentuar as tensões sociais com a corrida às terras da Amazônia, agravadas ainda mais com novas estradas que passam a cortar a região Cuiabá – Santarém e Transamazônica, por exemplo, além de estradas estaduais ligando núcleos urbanos.

Reiterando completa Abelém (1982, p. 23):

Além das facilidades de acesso oferecidas pelas novas estradas, vão propiciar uma corrida às cidades, seja às capitais sejam aos novos núcleos urbanos às margens das rodovias de integração e colonização ou ainda as proximidades dos grandes projetos, acelerando o crescimento dos bairros pobres e periféricos.

Nesse caso, o desenvolvimento da região pouco contribuiu com as reais possibilidades de serem resolvidos graves problemas sociais e ambientais enfrentados pelo homem amazônico, já sacrificado pelo histórico descaso e desrespeito aos seus direitos em consequência de um processo de industrialização da economia brasileira, ainda que tardio, porém, responsável pela “desordem” urbana com fortes reflexos para a Amazônia. No dizer

de Abelém (1982, p. 22): “O avanço do capitalismo na Amazônia tem conduzido a uma transformação não apenas no aspecto fundiário, mas, e principalmente, no espaço social [...]”

Numa perspectiva mais ampla, Santos (1979, não paginado) assevera que:

Em todo terceiro mundo, nestes últimos decênios, o processo de urbanização vem acompanhado de um processo de metropolização. Um salto quantitativo e qualitativo. Esse movimento é contemporâneo do processo de mundialização por que passa o planeta e envolve todos os aspectos da vida social. É resultado da modernização contemporânea, que a globalização tornou irrecusável, modernização que é, ao mesmo tempo, seletiva e não igualitária, privilegiando uma parcela da população com o desenvolvimento simultâneo de novas classes médias e de uma multidão de gente pobre, isto é, aquela parcela muito maior da população para quem a modernização é perversa.

E reitera Santos (1979, não paginado):

Ao mesmo tempo em que há uma modernização das atividades, há, também, como já vimos, uma expansão da pobreza. Daí identificarmos uma involução metropolitana já que, de um lado, existe crescimento, mas este paralelo a baixo do rendimento médio e à expansão do número de empregos mal remunerados com as correspondentes condições de vida.

No Pará, e particularmente em áreas metropolitanas de Belém, o avanço do capitalismo resultou no crescimento populacional das últimas quatro décadas principalmente face ao acelerado processo migratório campo/cidade na busca de melhores condições de vida. Esse processo abalou a infraestrutura social da cidade a considerar: saúde, saneamento básico, educação, habitação, transporte entre outros. Tornando-a incapaz de atender toda a demanda devido à situação caótica criada, agravando consideravelmente os problemas sócioambientais.

Assim, a falta de adequação de políticos desenvolvimentistas da região, principalmente a partir da década de 60, causou efeitos que agravaram os problemas enfrentados pela população regional, sacrificada pelos descasos e desrespeito aos seus direitos sociais não atendidos. Vale ressaltar que a falta de uma estratégia sócio – ecológica dos processos desenvolvimentistas no enfrentamento dos grandes problemas regionais, fortaleceu a reprodução social e economicamente desigual, tendo como exemplo a capital paraense, por ser o principal centro urbano da região.

Pode-se dizer que, paralelamente a implantação dos grandes projetos de desenvolvimento regional, Belém foi palco de um vertiginoso processo de mudanças intra - urbanas que resultou na falta de saneamento básico, drenagem e limpeza urbana, ocasionando

no aparecimento de vários problemas de infraestrutura. Essa transformação do espaço é compreendido, no presente trabalho, como impactos sócio-ambientais, uma vez que redefine a estrutura econômica regional, redireciona o sistema de transporte evitando congestionamento e inundação de áreas de maior fluxo de trânsito urbano, além de facilitar a introdução de novos equipamentos urbanos, deixar grande parte do espaço físico da cidade vulnerável, sobre isto Corrêa (1989, não paginado) nos diz:

O crescimento de Belém e das demais capitais Amazônicas, expressa, por um lado, a criação de novas atividades urbanas pelo Estado e pelas Empresas privadas e, por outro lado, a profunda decadência e transformação das atividades agropecuárias e extrativistas, que passam a desencadear correntes migratórias no sentido rural – urbano, definindo formas marcantes de apropriação do espaço da cidade e de constituição de sua paisagem.

Por outro lado, os problemas sociais e ambientais, tais como altas taxas de crescimento populacional, escassez de mão de obra qualificada, o desmatamento de áreas florestadas para a exploração das riquezas minerais e vegetais, a falta de infraestrutura urbana, etc., são reflexos de interferências socioambientais cujo enfrentamento implica o desafio da sustentabilidade das cidades e a formulação de novas estratégias de organização do espaço, dentro as quais se enquadra a Macrodrenagem da Bacia do Una.

Conforme no diz Correa (1989, p. 84-85):

O período que se inicia por volta de 60, implicou um poderoso processo de mudança da rede urbana da Amazônia, alterando a sua natureza e significado, e redefinindo o papel da região na divisão territorial do trabalho, através de sua incorporação ao processo geral de expansão capitalista no país. Não se trata mais da valorização de um ou outro produto no mercado internacional. Trata-se, isto sim, de uma efetiva integração que tem raízes e reflexos em todo país. O montante de capital investido – rodovias, aeroportos, usinas hidroelétricas, fábricas etc. O volume da força de trabalho que para lá se desloca e a apropriação de terras pelas grandes empresas transformaram a Amazônia na “fronteira do capital”. E isto acompanhado pela maciça atuação do Estado capitalista através de planos e instituições que, de modo complementar, viabilizavam a integração capitalista da região.; O PIN (Plano de Integração Nacional), INCRA (Instituto Nacional de Colonização na Reforma Agrária), RADAM (Projeto Radar da Amazônia), SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus), GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins) e agora o chamado Projeto Calha Norte.

#### 4.4 A MACRODRENAGEM: IMPLICAÇÕES POLÍTICAS

A não – passagem da subalternidade à hegemonia resulta da impossibilidade, para as classes subalternas, de se unificarem, de elaborarem um projeto totalizante, enquanto não conseguem tornar-se Estado, como ocorre com as classes dirigentes (SIMIONATTO, 1995, p. 47).

Esse interstício tem como referência o Projeto de Macrodreagem da Bacia do Uma que busca compreender os interesses políticos e sociais (da relação entre Estado e sociedade civil) no processo de transformação da cidade. Portanto, trata-se de aprofundar reflexões sobre a correlação política e social do padrão de gestão, controle e regulação no ambiente urbano.

Nesta perspectiva estudos recentes sobre o papel do Estado, Coutinho (1994, p. 64) ancorado na ciência Política nos ensina que:

[...] O Estado não é mais a encarnação direta e imediata dos interesses das classes dominantes (não é simplesmente o “comitê” dessa classe ou o seu “poder de pressão”), mas é também o resultado de um equilíbrio dinâmico e mutável entre classes dominantes e classes subalternas, no qual essas últimas conseguem (ou podem conseguir) implantar posições de poder no seio dos aparelhos do Estado.

E fortalecido por consistentes formulações teóricas Gramsciana do papel do Estado continua:

O Estado em sentido amplo [...] é definido como sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia escudada pela coerção. Neste sentido, as duas esferas servem para conservar ou transformar uma determinada formação econômica social, de acordo com os interesses de uma classe social no modo de produção capitalista [...] No âmbito da sociedade civil, as classes buscam exercer sua hegemonia, ou seja, buscam ganhar aliados para os seus projetos através da direção e do consenso. Por meio da sociedade política – que Gramsci também chama de modo mais preciso, de < Estado em sentido estrito > ou de < Estado – coerção >, ao contrário, exerce-se sempre uma (ditadura) ou, mais, precisamente, uma dominação fundada na coerção (COUTINHO, 1994, p. 54).

No que concerne ao Projeto de Macrodreagem da Bacia do Una, os objetivos do Estado, em tese, como fomentador de políticas públicas para as classes subalternas residentes nas áreas urbanas, tem por meta o combate e enfrentamento do alto índice de pobreza, exclusão social e da deteriorização ambiental na cidade.

Neste sentido, será de bom alvitre destacar os objetivos específicos oficiais do projeto que apontam nesta direção e foram brevemente comentadas acima:

- a) Resgatar uma antiga dívida social para com as parcelas mais carentes da população que hoje habita de forma precária as regiões denominadas de baixadas;
- b) Superar as dificuldades de ocupação desordenada das baixadas para evitar o foco de grandes e graves problemas de saneamento e conseqüente comprometimento da qualidade de vida;
- c) Implantar infraestrutura básica necessária, evitando alto índice de insalubridade e agravamento da degradação ambiental;
- d) Marcar o início de uma grande transformação a ser procedida na baixada do Una com reflexo na cidade de Belém como um todo.

O papel político do Estado na consecução desses objetivos envolve de forma integrada organismos oficiais do poder público, tais como: a COSANPA; Secretaria de Estado de Saúde Pública (SESPA); Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM); Secretaria Municipal de Saneamento (SESAN); Companhia de Desenvolvimento e Administração (CODEM) da área Metropolitana de Belém.

Por outro lado, compete a sociedade civil, ou seja, entendida por Gramsci apud Gruppi (1978) como “o conjunto dos organismos, vulgarmente ditos privados” estarem representada no contexto do projeto de Macrodrenagem pela Sociedade de Preservação aos recursos naturais e culturais da Amazônia (SOPREN); Associação Brasileira de Engenharia Sanitária, (ABES) e entidades comunitárias com representação de cada sub-bacias beneficiadas pelo projeto e que constituem o comitê assessor, que busca:

Solucionar o problema de inundações da área atingida pelo programa. Além disso, dotar de infra - estrutura área com via de acesso, rede de água e esgoto sanitário, coleta de lixo e demais serviços que poderão facilitar a vida da população da área, carentes desses serviços, beneficiando 38% da população da capital, com reflexo na cidade em geral (MONTEIRO, 1993, p. 33).

Sobre isso Monteiro (1993, p. 33) continua destacando:

Assessorar a gerência do projeto em relação às preocupações da comunidade e servir como órgão de consulta em relação ao desenho urbano dos lotes, cumprimento do código de normas mínimas de autoconstrução adaptado do projeto, procedimento de deslocamento, localização de pontes para pedestres. Ação de educação ambiental, campanhas de conscientização

dos grupos comunitários para evitar especulação imobiliária, através dos exames de informações relativas ao custo imobiliário da área do projeto, etc.

Na verdade, o Comitê Assessor órgão colegiado, constituído nos termos do Decreto N° 799, de 08 de Maio de 1992, por 18 membros paritários com representantes da sociedade e das entidades governamentais, envolvendo no caso, o governo do Estado e a Prefeitura Municipal de Belém.

O comitê reúne-se regularmente para aprovar ou refutar matérias de interesse do projeto. É no âmbito de suas discussões que ocorrem as principais implicações políticas a cerca do projeto dentre elas: as que envolvem os interesses políticos, a correlação de força, as polaridades na definição de estratégias, as divergências, os consensos possíveis e as pactuações entre os atores sociais envolvidos neste contexto, qualquer posicionamento que venha provocar comprometimento das regras acerca da dinâmica de encaminhamentos a fim de privilegiar interesses próprios, sejam eles pessoais ou particulares, podem aprofundar conflitos e contradições e inviabilizar avanços significativos na execução do projeto. Todavia como nos ensina Abelém (1993, p. 13):

[...] a luta de classe se dá em torno do poder do Estado, que vai garantir a unidade de formação social [...] isto não quer dizer, contudo, que os centros do poder, as diversas instituições de caráter econômico, políticos, militar, cultural, etc. sejam simplesmente instrumentos, órgãos ou apêndices do poder das classes sociais. Eles possuem a sua autonomia e especificidade estrutural que, enquanto tal, não pode ser redutível a uma análise em termos do poder.

Por outro lado, as discussões sobre o papel que exercem os representantes do Estado e da sociedade civil, nos moldes em que tem sido incorporado ao projeto, pode dificultar o entendimento do processo articulador do Estado na formação do tecido social, cujo modelo de produção hegemônico é o sistema capitalista. Portanto, torna-se compreensível entre os sujeitos sociais que protagonizam as disputas de interesses, o convívio com certos níveis de desconfiança, preconceitos, enfrentamentos sem mediação, sejam pela falta de maturidade política, sectarismos ou outros sentimentos às vezes não tão explícitos na disputa pela hegemonia do projeto.

Para entendermos o papel da hegemonia no contexto da política, recorreremos à definição de Gramsci (1973 apud GRUPPI, 1978, p. 19) quando aprofunda que:

[...] a necessidade de conquistar o consenso como condição sine qua nom da dominação impõe a criação e/ou renovação de determinadas instituições sociais, que passam a funcionar como portadores materiais específicos (com estrutura e legalidade próprias) das relações sociais de hegemonia [...] As duas funções estatais, de hegemonia ou consenso e de dominação ou coerção, existem em qualquer forma de Estado moderno: mas o fato de que o Estado seja menos coercitivo e mais consensual (ou que se imponha menos pela dominação e mais pela hegemonia) ou vice-versa, isso irá depender sobretudo do grau de autonomia relativa das esferas, bem como da predominância no Estado em questão dos aparelhos pertinentes a uma ou a outra. E essa predominância, por sua vez, depende não apenas do grau de socialização da política alcançada pela sociedade em tela, mas também da correlação de força entre as classes que disputam a supremacia.

Assim, as forças políticas ao criarem mecanismos de regulação e controle social visam garantir a estabilidade política no exercício de seu poder. Talvez por isto, a estratégia dos planejadores do projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una, ao constituírem o comitê assessor com este propósito, ainda que com restrições, garante legitimidade e consolida legalmente certo controle tanto de competência técnica como política sobre os encaminhamentos a serem proferidos.

Basta lembrar que o presidente do comitê assessor é representante do Estado, como prevê o estatuto do mesmo, que em entre seus artigos e parágrafos rezam o seguinte: “art.15. O comitê funcionará com a presença da maioria simples dos seus membros, art.16. Cada membro do Comitê terá direito a voz e voto; Parágrafo único: No caso de empate caberá ao presidente do Comitê o voto de desempate”

Por outro lado, Jacobi (1993, p. 10-12):

[...] Os movimentos reivindicatórios urbanos refletem a presença do antagonismo e a multiplicação dos espaços diversificados de ação e desafio ao Estado, representando a possibilidade de constituição de uma identidade social ou política e a explicitação de demandas relativas à reprodução social dos setores mais excluídos nas cidades [...]

Castells (1997, não paginado) também complementa: “estes movimentos são definidos ainda como um sistema de práticas sociais contraditórias que colocam em questão a ordem estabelecida, a partir de contradições específicas da problemática urbana”.

Neste sentido, podemos dizer que a estrutura de funcionamento do Projeto de Macrodrenagem, onde estão localizados interesses diversos, incorpora práticas sociais contraditórias, constituindo – se em espaço privilegiado de críticas, acirramento de posições e decisões políticas.

Para os movimentos sociais urbanos de Belém, dentre eles, a Comissão dos Bairros de Belém (CBB); o movimento unificado de reforma urbana e a central dos movimentos populares, existe uma série de encaminhamentos que são incompatíveis com seus interesses, sejam por princípios de ordem ideológica ou por intencionalidades políticas que passem ao largo das concepções ou visões dos coletivos, agrupamentos sociais ou tendências políticas a que pertencem, dada a incapacidade estrutural do Estado em absorver tais formulações.

Em conformidade com Gonh (1991, p.23):

A emergência dos movimentos sociais é vista em função da incapacidade estrutural do estado de atender as demandas coletivas no urbano, particularmente as relativas aos bens e equipamentos de consumo coletivo. Os movimentos sociais seriam a respostas dos grupos e das organizações à situação de carência e necessidade não atendida.

O documento intitulado “Compromisso com a gestão democrática para construir uma nova Belém”, apresentado em 04 de novembro de 1996, pelo movimento em defesa do projeto de Macrodrenagem e sindicatos dos urbanitários, destinado aos candidatos ao cargo de prefeito da cidade de Belém, formaliza um conjunto de propostas, intenções e compromissos referentes ao Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una e recuperação das baixadas de Belém e a urbanização da cidade, que devem ser assumidos pelos pretendentes em ocupar o cargo de executivo e legislativo municipal. Este documento constitui um exemplo das respostas sociais direcionadas aos dirigentes, gestores públicos e ocupantes de cargos públicos constituídos. O referido documento apresenta o seguinte texto:

O projeto de Macrodrenagem, ameaçado de interrupção pela não efetivação da contrapartida do governo do Estado, é fundamental para a urbanização de quase metade da área territorial do município, com reflexos em toda cidade. Daí nosso empenho no comprometimento dos candidatos a prefeito e os vereadores eleitos, com a implantação de uma política de inversão de prioridades, enfatizando a justiça e a função social da cidade. Para tal, ressalta-se a transparência nas informações, indispensáveis na (re) construção de uma esfera pública respeitável, inibidora do clientelismo e impulsionadora da democracia e da equidade (MOVIMENTO..., 1996, p. 8).

A participação dos membros do comitê assessor no projeto oficial também foi questionada, de onde surgiram as seguintes observações, algumas em forma de denúncia:

Não há referência a qualquer forma de fiscalização de recursos empregados e dos contratos firmados com as empreiteiras, por exemplo. Também não

garante o controle dessas informações por parte das autoridades e do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, constituindo-se num dos conflitos no interior do comitê assessor entre este e o governo do Estado (MOVIMENTO..., 1996, p. 8).

E completa: “Não é essa a PARTICIPAÇÃO que queremos imprimir, não somente em relação ao Projeto de Macrodrenagem, mas também a toda e qualquer política pública que diga respeito à melhoria das nossas condições de vida” (MOVIMENTO..., 1996, p. 8).

Tais respostas constituem mecanismos democráticos de gestão para romper com práticas anteriores com os seguintes propósitos:

Consideramos que a efetiva entrada da prefeitura de Belém na execução e acompanhamento do Projeto de Macrodrenagem poderá ainda reverter a lógica de um projeto descolado do conjunto da cidade, incorporado definitivamente numa política urbana municipal, com instrumentos urbanísticos e mecanismos de gestão democrática (MOVIMENTO, 1996, p. 8).

Propomos:

a) Que seja efetivamente implantado o Sistema Municipal de Planejamento e gestão através dos órgãos de planejamento, órgãos de gestão e conselhos conforme já inscritos no Plano Diretor Urbano, art.309, destacando-se a convocação e nomeação dos membros do Conselho de Desenvolvimento Urbano e Meio ambiente (CONDUMA), as administrações regionais e os conselhos setoriais. A Prefeitura deverá patrocinar a realização de conferências como fóruns deliberativos para determinar a composição e competência dos mecanismos de representação da sociedade civil;

b) Apoio decisivo à realização do Encontro entre todas as partes envolvidas no Projeto de Macrodrenagem (Governo do Estadual e Municipal, Assembléia legislativa, Câmara de Vereadores, BID, BNDES e sociedade civil), para um balanço geral e definição de prioridades;

c) Proceder à implementação do Programa de educação ambiental dentro do projeto, tendo como efeito o envolvimento das escolas municipais, posto de saúde da Bacia do Una e apoio à proposta de repassar às entidades da sociedade civil a coordenação deste programa o entendimento de que o Projeto de Macrodrenagem é uma parte da política urbana para Belém, sugerimos:

a) A implantação de processos democráticos que garantam a participação e o controle social em todas as políticas e decisões, através dos conselhos do orçamento participativo, audiências públicas e tribunas populares;

b) Implantação de mecanismo para que democratizem a informação – prestação de serviços, orientação sobre direitos e deveres, transparência na tomada de decisões através dos meios de comunicação, programas educacionais, criação de núcleos descentralizados de informações para a cidadania, acesso a banco de dados públicos com indicadores físicos, sociais e econômicos sobre a cidade;

c) Descentralizar administrativa e financeira planejada globalmente com a participação da sociedade civil;

d) Fim da impunidade, implementação de mecanismos de controle e fiscalização que combatam o clientelismo e a corrupção;

e) Profunda democratização dos órgãos e empresas responsáveis pela implementação das políticas públicas sociais, através do controle social e da gestão pública participativa;

f) Estimular a abertura do poder legislativo municipal à participação da sociedade, através da efetiva implantação de mecanismos constitucionais de referendun e projetos de iniciativa popular (MOVIMENTO..., 1996, p. 4).

Por outro lado, entendemos que o conjunto dessas propostas oriundas dos canais de decisões dos movimentos sociais e neste documento sintetizado expressa a unidade destes em torno de um objetivo comum, quando assunto em tela é a questão urbana. Portanto, o posicionamento expresso em vários enxertos acima apresentados aponta que estes imbróglis fazem parte do jogo político, reflexo da lógica capitalista e seus antagonismos. Como nos faz ver Santos (1984, p.10):

A lógica do capital é conflitual porque se consubstancia numa relação de exploração [...], além disso, é contraditória porque a relação de exploração tem lugar numa arena jurídico – política de igualdade e liberdade. Este duplo caráter da lógica do capital atravessa o Estado capitalista porque este não só assegura, ainda que em grau historicamente variável, a condição geral da reprodução das relações de exploração como garante a igualdade e a liberdade dos cidadãos no mercado. Daí que a forma do Estado capitalista seja duplamente contraditória. Por um lado, a exterioridade é condição de imanência (o que não significa fusão), isto é, faz parte do processo de acumulação capitalista na medida em que se afirma exterior a ele. Por outro lado, a superioridade do estado é condição de sua subordinação (o que não significa determinação), isto é, o processo de acumulação e as relações sociais que ele produz estabelecem os limites estruturais, historicamente variáveis, da atuação do Estado capitalista.

Essas questões são aprofundadas pelo referido autor, quando afirma que:

O Estado capitalista, [...] é a relação social em que se condensam as contradições do modo de produção capitalista e as lutas sociais que elas suscitam. A função política geral do Estado consiste precisamente em < dispersar > essas contradições e essas lutas de modo a mantê-las em níveis tensionais funcionalmente compatíveis com os limites estruturais impostos pelo processo de acumulação e pelas relações sociais de produção em que ele tem lugar. Não se trata, portanto, de resolver (superar) as contradições sociais ao nível de estrutura profunda da formação social em que elas se produzem, mas antes de mantê-las em estado de relativa latência mediante ações dirigidas às “tensões”, “problemas”, “questões” sociais por que as contradições se manifestam ao nível da estrutura de superfície de formação social (SANTOS, 1984, p.15).

Assim, embora sejam reconhecidos os posicionamentos conflitantes no projeto e os interesses principais dos grupos, os movimentos sociais urbanos de Belém nas acusações, negações e afirmações expressam a lógica capitalista. Contudo, novas formas de relação são estabelecidas no presente momento e apontam para inovação de tecnologias sociais e para uma modernização, dos diversos segmentos organizados nos espaços urbanos socialmente construídos na cidade de Belém, por isso:

A necessidade dos governos trabalharem juntamente com os setores da sociedade civil na elaboração e execução de políticas públicas tem sido tema de permanente debate, especialmente dos setores populares, a partir de 1988. Além de ressaltarmos a importância do poder local para a realização dos objetivos da gestão democrática, entendemos ser consenso que as políticas públicas devam ser elaboradas e executadas através de um amplo processo que envolva a participação dos interessados. A participação popular e a necessidade de parcerias na gestão urbana tornaram-se não apenas um princípio a ser seguido pela administração municipal, mas também como a melhor e a mais eficaz forma de se caminhar em direção aos objetivos de dar a todos o direito à cidade e implantarmos a sua função social. O governo deve criar as instituições públicas, sistemas que assegurem transparência, responsabilidade, justiça e eficácia. É necessário que se promovam pesquisas e estudos específicos que levem em conta as necessidades da população em geral, mais especialmente as dos grupos vulneráveis, devendo-se realizar estes estudos em conjunto com grupos de jovens, mulheres, idosos, entre outros. Para que se construam novos patamares de relações entre homens e mulheres no espaço da cidade, é também necessário fazer uma nova leitura ao feminino do espaço da cidade. Esse tipo de ação, além de ajudar a identificar problemas específicos, contribui para que estes setores se capacitem para participar de forma qualitativa dos processos de elaboração e decisão das políticas. (MOVIMENTO..., 1996, p. 2).

Partindo dessa afirmação, acredita-se que o Estado cujo papel principal é de direção seja através do consenso ou coerção, vem variando seus movimentos contraditoriamente entre a regulação como forma de controle e a emancipação como processo de liberdade e autonomia, no propósito de criar base social ao pretender “unir-se” com a sociedade civil, buscando assim, meios e métodos eficazes para melhorar as condições de vida da população com programas que beneficiem o povo, através das implementações de políticas urbanas.

Acredita-se ainda, que novas idéias amenizarão diferenças sociais construídas historicamente ao longo do tempo, principalmente se tratadas com seriedade, celeridade e transparência, vindas a ser salutares à superação de muitos problemas sócioambientais que vieram se alastrando nos espaços urbanos há décadas.

Discussões atuais sobre o papel do Estado e da sociedade civil através de vários segmentos da sociedade, facilitam a compreensão e formulações qualificadas sobre o desenvolvimento urbano. A parceria séria e comprometida com políticas de inclusão social combate a pobreza e preservação sustentável do meio ambiente, são importantes para o bem da sociedade, desde que estas parcerias não tenham como função principal disputas obsessivas e sectárias pelo poder, uma vez que isso prejudica os interesses da maioria da população.

No contexto do Projeto de Macrodrenagem há possibilidade de efetivar consensos desde que os envolvidos em protagonizar interesses se preocupem com a qualidade ambiental e de vida como conquista e ampliação dos direitos humanos e universais para todos. Nesse caso, movimentos sociais organizados devem continuar atuantes qualificando suas intervenções e reivindicações ainda mais, através de suas representações propondo políticas públicas que venham tornar mais eficazes os equipamentos urbanos, a fim de que esses atendam à demanda social.

Outro aspecto importante é volta-se para os encaminhamentos políticos que possam comprometer os interesses da maioria da população que se encontra em estado de vulnerabilidade social. Todavia é necessário, antes de tudo, a transparência de ações e o cumprimento dos planos de execução, respeitando os prazos estabelecidos.

A falta de transparência não estabelece uma ética solidária e democrática e impede a construção de uma cidade com garantia de direito e acesso para todos. O planejamento urbano de novo tipo, compreende e admite as diferenças, embora possa desenvolver e aperfeiçoar novas maneiras de relacionamento, atitudes e responsabilidades cidadãos no processo de ocupação do espaço urbano em permanente construção, redimensionamento e resignificação.

A ética no espaço de disputa e o aperfeiçoamento da dinâmica democrática na construção da cidade visam à criação de novos e mais interessantes modos de fazer políticas

voltadas para a equidade e para qualidade de vida da população. Porém, não parece ser viável uma leitura separatista que coloca, mecanicamente, Estado e sociedade civil como adversários inconciliáveis no tratamento das coisas públicas.

Por outro lado, é responsabilidade do Estado criar programas e projetos que defendam direitos humanos e exercícios amplos de cidadania, orientar a população através de campanhas sócio-educativas a cuidar dos patrimônios públicos do respeito com as pessoas e ao meio ambiente pode estabelecer um novo entendimento das relações entre o Estado e a sociedade civil.

Uma cidade deve estar dotada de infraestrutura urbana que acompanhe o crescimento demográfico, a garantia dos serviços essenciais (saúde, educação, transporte, habitação e saneamento básico), que promovam a segurança, e principalmente uma nova cultura de preservação do meio ambiente. Isto só é possível ser concretizado pela soma de esforços e sinergia entre o poder público, privado e a sociedade civil.

Assim o Projeto de Macrodrenagem, resguardadas as diferenças concebe que a participação de setores significativos na sociedade, atuando sobre os problemas urbanos, é fundamental embora não oculte as limitações, entraves e lacunas deixadas pelo projeto.

A conquista dos movimentos populares urbanos, mesmo que ainda modesta, possibilitou maior fiscalização, maiores debates com a presença dos interessados, descentralizou mais as informações, garantiu, em tese, a paridade e equidade dos princípios defendidos, pelos movimentos populares, além de ter propiciado o aperfeiçoamento e democratização das informações sobre o projeto.

## **5 PERCEPÇÕES E REAÇÕES DA POPULAÇÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO PROJETO**

### **5.1 PERCEPÇÕES E REAÇÕES DA POPULAÇÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO PROJETO**

Vivemos hoje num mundo globalmente interligado, no qual os fenômenos biológicos, psicológicos, sociais e ambientais são todos interdependentes. Para descrever esse mundo [...]. Precisamos, pois, de um novo 'paradigma' – uma nova visão da realidade, uma mudança fundamental em nossos pensamentos, percepções e valores (CAPRA, 1982, p. 14).

Analisar como percebem e reagem os moradores da Bacia do Una, frente aos impactos sócio-ambientais que ocorrem face aos serviços de execução do Projeto de Macrodrenagem será nossa tarefa neste momento para entender como se manifestam diante das modificações do espaço urbano de Belém, principalmente, nos trechos mais alagáveis consideradas baixadas.

Como veremos as reações e percepções da população envolvida diretamente com o Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una sobre os impactos, demonstram que as mudanças a serem processadas na área de abrangência trarão fortes repercussões em toda cidade de Belém.

Estas mudanças aceleradas culminaram com a saída de muitos moradores das faixas urbanas alagáveis, onde convivia um contingente bastante significativo de pessoas residindo em condições precárias e às vezes subumanas. Nestes locais, entendidos como sub-área, após acelerado processo de indenização e remanejamento de famílias, percebe-se a quase inexistência de pontes de estivas. Estas medidas de impactação na Bacia do Una têm provocado reações positivas e negativas na população com as alterações no solo e nas condições sociais das famílias.

Nesta seção mostraremos uma análise dos dados coletados da área em estudo: A Bacia do Una. Incorporando as percepções e reações da população envolvidas baseadas nos seguintes elementos: situação de moradia, os tipos de benefícios para a população, as vantagens e desvantagens das negociações, os processos de indenização, as condições para o remanejamento das famílias residentes na área de abrangência do projeto.

## 5.2 CONDIÇÕES DE MORADIA

De acordo com os dados pesquisados, as áreas alagadas da Bacia do Una apresentam graves problemas habitacionais decorrentes de processos históricos de exclusão social e negação de direitos por parte do poder público, principalmente para a população de baixo poder aquisitivo, limitado nível de escolarização exercendo atividades profissionais, em sua maioria, no mercado informal (comércio), dispendo de baixo salário ou nenhum tipo de renda para o sustento de suas famílias. Daí que os resultados sobre a reação dos membros das famílias envolvidas quanto a ser remanejado foram: (36,4%) acharam ótimo; (6,4%) irá, por não ter alternativa; (18,6%) acharam péssimo; (16,4%) não sabe e (22,1%) consideram que os maiores problemas desta remoção para eles, serão de adaptação ao novo espaço urbano de moradia, devido as perdas de laços afetivos construídos anteriormente e como terá que construir, se adaptar e resignificar seu novo espaço de sociabilidade. Quando perguntamos sobre suas preferências acerca das mudanças de local de moradia, assim responderam: (55,7%) desejavam ficar na área; enquanto (44,3%) optaram por sair. Torna-se paradoxal o resultado, demonstrando quanto à reação, quando alguns apostam na oportunidade de viver melhor, mesmo tendo que sacrificar ou abrir mão da situação em que vivem no momento, apesar das dificuldades enfrentadas cotidianamente seus destinos não parecem tão incertos, como mostra a (tabela 1).

**Tabela 1** – Conhecimento da área para remanejamento (Em números absolutos e percentuais)

Detalhamento por segmento		Amostra	Respostas/Alternativas					
			Sim		Não		Algumas	
			N	%	N	%	N	%
<b>Total Geral</b>		<b>140</b>	<b>22</b>	<b>15,7</b>	<b>90</b>	<b>64,3</b>	<b>28</b>	<b>20,0</b>
Sexo	Masculino	48	12	25,0	28	58,3	8	16,7
	Feminino	92	10	10,9	62	67,4	20	21,7

**Fonte:** Pesquisa de Campo (1997).

O remanejamento de populações é uma questão central sobre o problema da moradia, porque representa não somente a transferência da população com seus hábitos, costumes e crenças, como também dificuldades caso não se realize a adaptação das famílias a curto prazo, devido ao forte investimento do mercado imobiliário projetando acúmulo de capital a médio e longo prazo com a reforma urbana a ser procedida, elevando os custos das áreas urbanizadas

com a valorização do solo e dos imóveis que converterão esses locais de baixadas em áreas salubres e com maior qualidade e valorização nos preços dessas moradias.

A valorização dessas áreas acentua a corrida dos especuladores em investir na compra e venda destas casas neste mercado imobiliário promissor e improvável de ser extinto, uma vez que as moradias tornam-se um produto/mercadoria inesgotável de interesses principalmente quando se efetivam as reformas urbanas desejadas nas cidades. A pesquisa de campo revela que (55,7%) consideram que com a execução das obras, haverá forte especulação nas sub- bacias atingidas pelas obras do projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una, principalmente as sub-áreas 1, 2, embora (44,3%) achem que não. É o que demonstra a (tabela 02)

**Tabela 2** – Sobre especulações imobiliárias (Em números absolutos e percentuais)

Detalhamento por segmento		Amostra	Respostas/Alternativas			
			Sim		Não	
			N	%	N	%
<b>Total Geral</b>		<b>140</b>	<b>78</b>	<b>55,7</b>	<b>62</b>	<b>44,3</b>
Sexo	Masculino	48	26	54,2	22	45,8
	Feminino	92	52	56,5	40	43,5

**Fonte:** Pesquisa de Campo (1997)

Após a instalação dos serviços do Projeto Una novas perspectivas se apresentam em direção a esta questão. Contudo, parte da população residente não será beneficiada. Isso porque, a execução das obras de drenagem forçaria a imediata desapropriação das famílias que se estabeleceram nestes sítios e sua relocação em outros espaços garantindo a distância de 1500 m de seu antigo local de moradia, o que será muito difícil, devido a ocupação do espaço urbano ter acontecido de forma desenfreada e muitas vezes irregulares.

Rolnik (1988, p. 84) sobre esta situação acrescenta:

Estas operações implicam sempre deslocamentos de atividades e populações: transformação de zonas descaídas” em territórios conquistados (ou reconquistados) pelo capital. Enquanto ações de especulação imobiliária representam enorme capitalização da renda do solo, diretamente decorrente da valorização que os terrenos sofrem com a reforma, porções do espaço urbano que geravam pouco lucro para seus proprietários passam a ser valorizados, ocasionalmente uma redistribuição da propriedade urbana.

Como já enfatizamos, a execução das obras de drenagem e do sistema viário depende da liberação física das áreas por seus proprietários, após negociações e reembolsos dos valores por parte do Estado e da garantia formal (título de posse definitivo) as famílias a serem remanejadas que ocupam os imóveis localizados à margem dos canais e no interior da malha urbana, os quais constituem o universo das atividades de desapropriação. Nesse caso, a melhoria das condições de moradia no nível local está condicionada aos impactos da desapropriação de 4.824 famílias. Dentre estas, 2.780 terão que ser indenizadas e remanejadas para lotes ou locais urbanizados e colocados à disposição do projeto.

Esta desapropriação deverá estimular o poder público para que tome medidas sócio-ambientais imediatas, a fim de assegurar à população envolvida certa garantia e tranquilidade diante dos impactos a serem procedidos, mesmo que o problema da moradia esteja pouco definido pelos organizadores do projeto, principalmente quando se verifica em alguns casos, indefinições sobre o remanejamento, assentamento e as indenizações das famílias cujo imóveis já foram demolidos.

Quando inquiridos sobre a questão referente às condições de moradia na área de influência do projeto, as 140 famílias consultadas permitiram a observação do seguinte quadro: a maioria das pessoas entrevistadas (90,7%) possui casa própria, enquanto (8,6%) residem em casas alugadas, sendo as casas a maioria de madeira (92,1%), mista (2,9%) e alvenaria (5,0%), conforme demonstra a tabela 3.

**Tabela 3** - Condição de moradia (Em números absolutos e percentuais)

Detalhamento por segmento		Amostra	Respostas/Alternativas							
			Própria		Alugada		Quarto		Agregado	
			N	%	N	%	N	%	N	%
<b>Total Geral</b>		<b>140</b>	<b>127</b>	<b>90,7</b>	<b>12</b>	<b>8,6</b>	<b>00</b>	<b>0,0</b>	<b>01</b>	<b>0,7</b>
Sexo	Masculino	48	46	95,7	2	4,3	00	0,0	00	0,0
	Feminino	92	81	88,2	10	10,8	00	0,0	01	1,1

**Fonte:** Pesquisa de Campo (1997)

Ressaltamos, contudo, que muitos dos entrevistados julgam-se proprietários dos imóveis pelo tempo de residência e não pelo título de propriedade. Os recibos passados pelos vendedores, na maioria das vezes, não tem validade. Em alguns casos, as negociações têm como testemunho o vizinho, embora essa situação não seja geral, revela a efetivação da comercialização dos mesmos, porém sem qualquer respaldo jurídico.

De qualquer forma, grande parte dessas propriedades foi negociada ilegalmente. Isto significa que, foram negociações feitas de acordo com as necessidades dos interessados e a revelia dos poderes e instituições com competência inclusive jurídica para validar a formalização desses negócios voltados para a especulação imobiliária. Contudo, Abelém (1983, p. 85) por definição de seus estudos, considera essas áreas apesar de todos os contrastes como:

Um abrigo seguro para a época do desemprego, um lugar onde se pode plantar e criar e assim conseguir alimentação quando não despensa de dinheiro, um lugar para descansar na velhice ou na doença e, sobretudo a eliminação das despesas de aluguel que pesa enormemente em seu orçamento.

Sendo assim:

A casa passa a ter importância não apenas pelo seu valor de uso, embora para ele seja o principal, mas também por constituir-se em uma mercadoria, em um objeto de ação econômica com valor de troca, passível de ser usada para soluções adequadas a sua subsistência [...] Esse valor de troca, ampliado pelo programa de renovação urbana, gera uma demanda especulativa que carece cada vez mais o solo urbano, expulsando para a periferia a população de baixa renda (ABELÉM, 1983, p.86).

Conscientes dos problemas de titulação de terras em Belém, fundamentalmente em suas áreas periféricas, o poder municipal institui através do art. 226, do Plano Diretor da cidade, que:

Aquele que possuir como área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domicílio desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural (BELÉM, 1983).

Todavia, esse e outros aspectos dificultam o processo de indenização. Embora as primeiras famílias remanejadas já tenham assegurado melhores condições de moradia, as áreas para remanejamento prevêm título de propriedade dos lotes somente após dez anos, isto é, o projeto será responsável por garantir a transferência dos lotes em um prazo de dez anos, conforme prevê o processo de enfiteuse ou aforamento que garante ao remanejamento título provisório de ocupação, o que obriga a permanência na área.

Apesar desses problemas apresentados, ressalta-se que um número significativo de pessoas mudou para melhor suas condições de moradia com o remanejamento, ainda que sejam visíveis as diferenças no modo de viver, resultantes das formas de negociações e dos locais de moradia, principalmente daqueles que foram residir em áreas mais distantes como, por exemplo, a área da Companhia das Docas do Pará (CDP) ou Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB), face às precárias condições de equipamentos urbanos tais como escolas, saneamento, sistema de saúde, transporte, etc.

Inclusive não havendo a menor possibilidade de esses equipamentos serem garantidos de imediato, por vários motivos, entre eles, as indefinições quanto à total ocupação da área, a falta de uma política de habitação que venha a atender a toda demanda existente, etc. ou ainda não assegurados nestes locais pelo poder público (fotografia 2)



**Fotografia 2** - Área da CDP para Edificações

**Fonte:** Arquivo fotográfico do projeto doado gentilmente para registro (1997)

Vale ressaltar que a operacionalização dos equipamentos comunitários com recursos já disponíveis não foi iniciada, como por exemplo, os serviços de saúde prestados no CAIC, o posto policial, o reforço de segurança pública, além de dificuldades enfrentadas pelos

moradores quanto aos serviços, ainda restritos, de transportes coletivos em circulação e em poucos horários no período diurno e ainda inexistente no noturno para atender a população.

Há também o grave problema da indisponibilidade de taxistas que recusam corridas para os loteamentos principalmente no período noturno, por falta de segurança pública e o alto índice de violência ocorrido cotidianamente, tais situações vem deixando as famílias sem recursos e com poucas possibilidades e alternativas em situação de emergência, agravam-se tais problemas, nestes casos, a inexistência de telefones públicos e a precária iluminação pública, entre outros problemas socioambientais nestas áreas.

A falta desses equipamentos urbanos constitui-se em graves problemas para os moradores deste local. Portanto, o problema da moradia não pode ser desvinculado da dotação de infra-estrutura, e do reconhecimento por parte do poder público aos serviços sociais, ou ser tratado como paliativo assistencial, mas sim como garantia de direito e respeito ao cidadão e que também é contribuinte.

Por isso, é que parte dos moradores quando percebem a ausência destes equipamentos e de outros direitos assegurados, constitucionalmente, reagem reivindicando através de seus canais de organização e mobilização, como os centros comunitários, associação de moradores, entre outras formas de organizações populares.

Segundo Relatório do Plano de Reassentamento, documento de 17 de Dezembro de 1997, sobre os problemas acima citado aponta:

Na visita realizada nos alojamentos, observaram-se alguns problemas, sendo uns comuns a toda área da CDP como: a) a inexistência de serviços de coletas de lixo e problemas decorrentes como concentração de moscas, fedor, etc. b) Irregularidade da distribuição da água. A esses problemas, agregam-se outros, específicos aos alojamentos provisórios: c) Insuficiente drenagem dos terrenos, provocando poças d'água ao lado de parte dos tanques de lavar comunitário, e, em alguns casos das residências; d) Infiltração dos quartos contíguos aos banheiros em parte dos alojamentos devido ao declive do terreno e a não vedação de janelas e portas (BELÉM, 1997).

Diante deste quadro apresentado, torna-se compreensível as reações dos moradores, principalmente os que participam dos movimentos populares em defesa da moradia, quando resistem e querem superar problemas habitacionais sem grandes perspectivas de resolução a curto prazo no Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una.

### 5.3 BENEFICIADOS

O Projeto Una, busca beneficiar um contingente populacional de baixo poder aquisitivo significativo, residente em área de extensão geográfica do município de Belém são habitantes em sua maioria que constituíram famílias, criaram laços afetivos, hábitos, costumes e forma de convivência social em anos de permanência nestes locais, apesar de viverem em áreas, no geral, insalubres, alagadas ou alagáveis construíam com suas experiências significados as suas vidas apesar dos muitos desafios a serem enfrentados cotidianamente.

Apesar das contradições existentes na execução do Projeto Una, o mesmo aponta benefícios atribuídos à população diretamente envolvida, como por exemplo, a garantia de remanejamento para 1.500 metros de distância do seu antigo local de moradia com a garantia de implantação de infra-estrutura nos locais de reassentamento, além do desenvolvimento de programas complementares voltados para a educação ambiental. Com intuito de registro, torna-se de bom alvitre colocar em relevo um dos principais objetivos desta proposta pedagógica que será:

Desenvolver na comunidade a percepção da importância do saneamento ambiental e da saúde pública, correlacionando esses conceitos ao Projeto Una, de forma a torná-la consciente de sua importância e corresponsabilidade no processo, principalmente no que diz respeito à melhor utilização dos benefícios a ela proporcionados, nos aspectos de abastecimento de água, do esgoto sanitário, da drenagem e dos resíduos sólidos (PROGRAMA ... 1994, p.13).

Além dos benefícios acima, o projeto prevê a garantia de cesta básica de construção e um montante de R\$1.800 (o que corresponde a aproximadamente US\$ 1.600) do qual 80% será destinado à compra de material de construção e 20% a pagamento de mão-de-obra especializada para as famílias que vivem em casas cedidas ou inquilinos.

Outros benefícios foram conquistados pelos próprios moradores, diante de situações surgidas e que exigiam soluções imediatas dos gestores responsáveis pela execução das obras, tais como: 1) aluguel de uma residência pelo prazo de 01 (um) mês, podendo, no caso de excepcionalidade, estender-se até dois meses; 2) mão-de-obra para a demolição da antiga casa; 3) mão-de-obra especializada para a reconstrução da casa dentro do padrão de acessibilidade para pessoas, principalmente, com deficiências físicas, visuais ou com mobilidade reduzida, entre outros.

Por outro lado, o Programa de Reassentamento construiu no loteamento “CDP”, uma vila de alojamento provisório, composto de 48 pequenas unidades (sala, quarto e banheiro), a fim de viabilizar o remanejamento imediato, quando necessário, bem como facilitar o acompanhamento das obras de autoconstrução.

Apesar desses benefícios e conquistas provocados por iniciativas dos moradores, em particular, os engajados nos movimentos sociais urbanos, apenas (10%) dos universos amostrais pesquisados, acreditam que a população pobre será beneficiada, (27,1%) defendem que o projeto beneficiará toda população da bacia do Una, enquanto (16,4%) responderam que toda a população da área metropolitana de Belém será beneficiada. Mas, surpreendentemente, (32,9%) acreditam ser a classe média a beneficiada (tabela 4).

**Tabela 4** - Sexo por beneficiado após a conclusão da obra (Em números absolutos e percentuais)

Detalhamento por segmento	Amostra	Respostas/Alternativas										
		Toda população		Apenas a classe média		Apenas a classe pobre		Toda população da bacia		Ninguém		
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
<b>Total Geral</b>	<b>139</b>	<b>23</b>	<b>18,8</b>	<b>46</b>	<b>7,1</b>	<b>14</b>	<b>16,7</b>	<b>38</b>	<b>33,3</b>	<b>19</b>	<b>4,2</b>	
Sexo	Masculino	48	8	16,4	16	32,9	5	10,0	13	27,1	7	13,6
	Feminino	92	14	15,2	33	35,9	6	6,5	22	23,9	17	18,5

**Fonte:** Pesquisa de Campo (1997)

Estes dados apontam que o espaço urbano da área metropolitana de Belém, nessas últimas três décadas não foi contemplado com projetos de reforma Urbana das baixadas de Belém, principalmente para a população pobre que continua enfrentando sérios problemas de saneamento básico. Mesmo assim, a disputa pela reprodução redimensionamento e resignificação social no espaço urbano de Belém, possibilita que a população perceba de maneira mais transparente, as contradições e os interesses que estão por trás desses projetos.

Tendo como exemplo, a paralisação do projeto, as divulgações de que obras ficariam paradas, ou mesmo de que, até o momento, em algumas sub- bacias poucos serviços tenham sido realizados. Estas indefinições, inclusive técnicas, desmotivaram parte da população envolvida.

Os resultados da pesquisa de campo surpreendem, porque aponta à necessidade de ver concretizado a imediata ação do poder público, no sentido de garantir condições mais dignas de moradia. Mesmo com todos esses impasses, o Projeto de Macrodrenagem reiniciou no 1º semestre de 1997, quando o então Excelentíssimo Governador do Estado (Almir Gabriel - PSDB) reassume o projeto, juntamente com a prefeitura Municipal de Belém, durante a gestão do também ilustre Prefeito (Edmilson Rodrigues – PT). E resolvem pactuar interesses públicos, assumindo suas responsabilidades como gestores no sentido de concluírem as obras da Macrodrenagem beneficiando, de fato, a população de Belém e prioritariamente os de baixo poder aquisitivo.

Este projeto tomou um novo impulso, após o reordenamento do mesmo. Conforme relatório da Consultora do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Sra. Marie Madeleine de 10 de Novembro de 1997, denominado informe de monitoramento do Plano de Reassentamento das famílias incorporadas no programa do Projeto de Macrodrenagem, afirma que o mesmo ficou parado, comprometendo e desrespeitando a população afetada. Em face desses problemas sociais e ambientais foi, após sua redefinição, acontecendo um processo gradual e mais acelerado das etapas de execução da recuperação da Bacia do Una.

Segundo a consultora (efetivada quatro meses e meio após a retomada do projeto, que tinha por finalidade: I) Avaliar os avanços do plano de reassentamento em conformidade com as diretrizes estabelecidas; II) Verificar as condições de execução e de cumprimento dos prazos previstos; (III) Orientar a equipe para a atualização e aperfeiçoamento do referido plano (Informação verbal)<sup>1</sup>

A consultora aponta e apresenta a seguinte avaliação- síntese com dados quantitativos que demonstra um real quadro de impactação com o acelerar das obras, pois segundo a informante:

Os resultados alcançados até 31.10.1997 são significativos: 978 famílias reassentadas, das quais 930 localizadas nos canais (macro drenagem), correspondendo a 38,9% dessa categoria; desse subtotal, 514 foram atendidas de 93 à Maio de 1997 e 416 nos últimos meses, demonstrando uma aceleração significativa das obras, e, conseqüentemente do reassentamento (Informação verbal)<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Entrevista de Madeleine concedida em 10 de novembro de 1997 ao autor.

<sup>2</sup> Informações de Madeleine concedida ao autor em 10 de novembro de 1997.

Portanto, o reordenamento do projeto significou, nesta etapa, o deslocamento espacial do morador para outra área urbana a 1500 metros de seu antigo local de moradia. Sendo ainda mais enfática em seu relatório, prossegue a consultora: “A comparação dos resultados alcançados, nos canais, evidencia o cumprimento de 52,9% das metas estabelecidas. Prevê-se que, até 31/12/1997, haverá outro avanço significativo das metas estipuladas” (Informação verbal)<sup>3</sup>.

Confirmando dados da consultora basta verificar o quadro geral do remanejamento de famílias produzido e publicizado pela sub- gerência de relocação:

[...] Os resultados correspondentes às famílias localizadas em áreas de microdrenagem estão muito aquém das metas estabelecidas em maio. Até o momento, apenas 48 famílias foram rebocadas; essa baixa performance decorre da prioridade dada à macro – drenagem, da indisponibilidade de projetos executivos que possibilitem localizar e dimensionar acuradamente o número de famílias a serem reassentadas em decorrência das obras de microdrenagem [...] do total de famílias rebocadas 20,3% optaram pela indenização e relocação por conta própria; 23,4% permaneceram na área, sendo indenizado pelo recuo do imóvel, e, 56,3% receberam indenização e lote urbanizado em um dos 14 loteamentos (Informação verbal)<sup>4</sup>

Embora esses resultados possam dar credibilidade ao projeto, observamos receios por parte da população acerca dos discursos dos planejadores no momento em que esta percebe que os mesmos são incompatíveis com a prática, deixando incertezas quanto aos benefícios divulgados publicamente pelos técnicos do projeto. Outra fonte de receio é a falta de um cronograma para entrega de lotes e construção e atrasos nas indenizações.

As indenizações dos imóveis em alguns casos, com tantos pontos nevrálgicos, tem provocado insatisfações por parte de vários moradores, principalmente aqueles cujo valor da indenização de seu imóvel não tem permitido a compra de outro em área urbanizada e com condições iguais ou melhores que a sua anteriormente, devido os valores do mercado serem superiores aos recebidos de indenização, principalmente por causa de constantes oscilações de preços no mercado imobiliários.

As negociações, como vem acontecendo, acabam por gerar reações também constrangedoras para as famílias mais carentes que, inevitavelmente, não terão grandes opções a não ser deslocarem-se para as áreas distantes e com precárias infra estruturas

---

<sup>3</sup> Entrevista concedida ao autor (2007).

<sup>4</sup> Madeleine, 10 de novembro de 1997.

urbanas, como por exemplo, os lotes da CDP, para onde muitos se recusam a morar, devido à esse conjunto de situações desfavoráveis e aparentemente sem solução a curto prazo.



**Fotografia 3** - Áreas da CDP para edificações

**Fonte:** Arquivo fotográfico do Projeto de Macrodrenagem (1997).

Observamos pelos dados quantificados, que a população desconfia que as iniciativas de trabalho realizadas pelo Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una venham favorecer-lhes. Inquietações como essas trazem preocupações para estas pessoas, em decorrência das expectativas geradas pelos técnicos – planejadores. Por isso, a pesquisa de campo efetivada, ao questionar sobre o que o Projeto de Macrodrenagem representa para elas, revela o seguinte resultados: (54,3%) acreditam que o projeto indica mudança, para melhor, na qualidade de vida. Dos entrevistados, (58,7%) são mulheres confiantes no projeto; já (45,8%) dos homens apostam nesse tipo de representação positiva do mesmo.

Quanto ao índice negativista do projeto, mesmo ainda não concluídas as obras, foram pequenos os percentuais que focam nesta direção: (5,7%) consideram que o projeto vai piorar a qualidade de vida, (6,4%) atribuem que o projeto vai expulsar os moradores empurrando-os para locais mais insalubres e (13,6%) acreditam que este projeto não passará de politicagem e obras eleitoreiras (Tabela 5).

**Tabela 5** - Condição de moradia (Em números absolutos e percentuais)

Detalhamento por segmento	Amostra	Respostas/Alternativas														
		Mudança para melhor		Expulsão de moradores		Limpeza de canal		Politagem		Piora na qualidade de vida		Valorização		Outros		
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
<b>Total Geral</b>	<b>140</b>	<b>76</b>	<b>54,3</b>	<b>09</b>	<b>6,4</b>	<b>07</b>	<b>5,0</b>	<b>19</b>	<b>13,6</b>	<b>08</b>	<b>5,7</b>	<b>13</b>	<b>9,3</b>	<b>08</b>	<b>5,7</b>	
Sexo	Masculino	48	22	45,8	04	8,3	04	8,3	07	14,6	05	10,4	05	10,4	01	2,1
	Feminino	92	54	58,7	05	5,4	03	3,3	12	13,0	03	3,3	08	8,7	07	7,6

**Fonte:** Pesquisa de Campo (1997)

Por isso, com base nesses dados, chegamos à conclusão de que a população foi beneficiada, embora as expectativas de parte dos indivíduos envolvidos questionem se os objetivos e metas desse projeto não foram desvirtuados por outros interesses escusos que viessem a comprometer o mesmo. Mencionam entre eles, os superfaturamentos do material da construção, a falta de transparências nos processos licitatórios, a falta de planejamento e cronograma para a efetivação das indenizações, entre outras suspeitas de irregularidades possíveis de estarem acontecendo.

Na percepção dos moradores, nesse sentido, cabe aos novos planejadores terem de fato interesse na urbanização das baixadas, promovendo com transparência e responsabilidade social, possibilidades reais de construção de uma nova cidade com saneamento básico garantido para contemplar os interesses dos que ocupam o espaço urbano de Belém.



**Fotografia 4** – Canal da Bacia do Una  
**Fonte:** Pesquisa de campo (1997)

#### 5. 4 NEGOCIAÇÕES

Das pessoas entrevistadas, como conferem os dados da pesquisa de campo, (45%) preferem que a negociação para fins de indenização seja individual, enquanto que (54,3%) confirmam seus interesses em que a negociação seja coletiva. Isto configura um quadro de insegurança ou medo de serem enganados nas negociações, por não terem clareza sobre o valor verdadeiro de seus imóveis no mercado imobiliário, todavia é importante observar que fixado a quantia, essa será corrigida, ou seja, o preço equivalerá ao valor do mercado imobiliário levando em consideração a data da negociação. Por isso as condições da casa, o tipo e a localização são quesitos importantes na hora da avaliação do imóvel para se fechar negócio.

Portanto, todas essas variáveis que exigem cuidados e atenção na hora da tradicional lei da oferta/procura e que podem fazer a diferença nos negócios, é que colocam os moradores envolvidos em situação de evidente perplexidade. Daí demonstrarem suas preferências, conforme demonstram as tendências abaixo: (Tabela 6).

**Tabela 6** - Sobre como deve ser as negociações (Em números absolutos e percentuais)

Detalhamento por segmento		Amostra	Respostas/Alternativas			
			Individual		Coletiva	
			N	%	N	%
<b>Total Geral</b>		<b>140</b>	<b>63</b>	<b>41,7</b>	<b>76</b>	<b>54,3</b>
Sexo	Masculino	48	22	45,7	26	54,3
	Feminino	92	43	46,7	49	53,3

**Fonte:** Pesquisa de Campo (1997)

De acordo com os critérios técnicos do projeto, os valores das negociações variam de R\$ 3.000,00 (três mil reais) a R\$45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), podendo chegar de acordo com os critérios e quesitos para compra e venda ultrapassar esses valores previamente definidos, por tratar-se de casos excepcionais. É o caso de casas com reformas feitas, tais como: pinturas, mudanças de telhados, lajotamentos, reboco, entre outras coisas, antes de iniciarem-se as negociações.

Outro resultado importante da pesquisa de campo foi à preferência de acompanhantes no momento das negociações. Como podemos verificar pelos dados coletados que (40%) preferem a companhia de advogados, (4,3%) optam pelos corretores de imóveis, (12,1%) dão créditos aos agentes comunitários, (18,6%) preferem resolver sozinhos, (12,1%) acreditam que todos devem acompanhar (Tabela 7).

**Tabela 7** - Quem deve acompanhar as negociações (Em números absolutos e percentuais)

Detalhamento por segmento		Amostra	Respostas/Alternativas											
			Advogados		Corretor		Agentes		Todos		Ninguém		Não tem informação	
			N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
<b>Total Geral</b>		<b>140</b>	<b>56</b>	<b>40,0</b>	<b>06</b>	<b>4,3</b>	<b>17</b>	<b>12,1</b>	<b>18</b>	<b>12,9</b>	<b>26</b>	<b>18,6</b>	<b>17</b>	<b>12,1</b>
Sexo	Masculino	48	23	47,9	03	6,3	05	10,4	04	8,3	10	20,8	03	6,3
	Feminino	92	33	35,9	03	3,3	12	13,0	14	15,2	16	17,4	14	15,2

**Fonte:** Pesquisa de Campo (1997)

Esses dados indicam o importante papel que os advogados teriam no processo de negociação, considerando sua presença simbólica e institucional do Estado ou do direito constituído. Embora os moradores reajam com insegurança e desconfiança sobre quem

poderia acompanhá-los será a eles, preferencialmente que serão depositadas suas apostas em uma negociação transparente e justa, do contrário, e na dúvida preferem tomar para si as responsabilidades das negociações.

Este resultado é de certo modo surpreendente, mesmo reconhecendo que as corretoras de imóveis em muitos casos representam a ocupação licenciada. Isto se deve ao fato destas terem, em alguns casos, parceiros especuladores imobiliários que os subsidiam. Por isso, torna-se necessário considerar que as negociações podem ou não ser justas. O que dependerá do nível de acesso e transparência de seus interlocutores ou da imparcialidade do poder constituído. Do contrário, a possibilidade de garantir ou não a compra de outro imóvel em áreas urbanizadas pelas pessoas indenizadas, infelizmente se realizadas através da mão invisível do mercado, será hegemônico pelos especuladores imobiliários.

Sobre isto, Gottdiener (1993, p. 245), nos ensina:

A atividade imobiliária reflete o papel do espaço tanto como fonte de criação quanto de realização de mais-valia é relativamente impervia aos ciclos de acumulação de capital, exceto no tocante as mudanças em suas formas de investimento (digamos da habitação suburbana para os edifícios de escritórios e shopping Center na cidade) e representa um processo mais fundamental da criação da riqueza [...]. Os especuladores, portanto, constituem a vanguarda da expansão metropolitana.

Neste sentido, temos constatado que poucas pessoas têm conseguido comprar casas compatíveis ou melhores do que as que tinham, devido os valores das indenizações, em muitos casos, serem aquém dos valores do mercado.

Esta situação gera impactos negativos, visto que, a falta de recursos financeiros para a compra de um bom imóvel provoca um afastamento dessas famílias para lugares distantes, tornando-as insatisfeitas, infelizes e com baixa auto-estima. Algumas famílias passam até a viverem em situações piores que anteriormente, passando certo tempo para adaptarem-se as novas circunstâncias impostas pelo processo de urbanização.

Ainda assim, os impactos sociais do Projeto de Macrodrenagem resgatam a credibilidade da população, apesar dos entraves nas negociações, inseguranças quanto ao remanejamento, assentamento e indenizações. Mesmo assim, os dados quantificados referentes à reação da população têm demonstrado que, apesar da ansiedade (26,4%), o medo (23,6%), as perspectivas positivas apontam percentuais de (33,6%) (Tabela 8).

**Tabela 8** - Sobre como tem reagido (Em números absolutos e percentuais)

Detalhamento por segmento	Amostra	Respostas/Alternativas										
		Com ansiedade		Com medo		Com perspectiva		Com preocupações		outros		
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
<b>Total Geral</b>	<b>139</b>	<b>37</b>	<b>26,4</b>	<b>33</b>	<b>23,6</b>	<b>47</b>	<b>33,6</b>	<b>05</b>	<b>3,6</b>	<b>17</b>	<b>12,1</b>	
Sexo	Masculino	48	13	27,1	09	18,8	17	35,4	03	6,3	06	12,5
	Feminino	91	24	26,1	24	26,1	30	32,6	02	2,2	11	12,0

**Fonte:** Pesquisa de Campo (1997)

Os dados acima projetados apontam credibilidade ao projeto, especialmente se as fases de execução previstas forem cumpridas a rigor. Daí podermos afirmar que, a população envolvida diretamente é simpática as medidas que solucionem as necessidades de melhoria de vida, de construção de espaços sociais com maior segurança e tranqüilidade, de uma cidade limpa, urbanizada, mesmo correndo o risco do isolamento e da exclusão social devido à difícil localização e o acesso as esses lotes urbanos carentes de infra-estrutura e equipamentos urbanos.

A ocupação espacial cujo critério principal para o sucesso de aquisição de áreas urbanas está no fator econômico. Este se torna um vetor de grandes desigualdades sociais, pelo fato de, poder selecionar e discriminar quem pode ou não ocupar os espaços urbanizados de maior visibilidade e localização. Isto, portanto, deixa entrever que a ocupação social do espaço segue a lógica do capital, tornando a área urbana uma grande mercadoria a mercê da lei da oferta e da procura e do poder econômico das classes sociais. Portanto, constituindo-se numa mercadoria de grande valor que proporciona excelente rentabilidade aos seus especuladores, porém seu efeito inverso, na área em estudo, desapropria 4.800 famílias onde somente 3% deste serão remanejadas.

## 5.5 INDENIZAÇÃO

O processo de indenização que vem ocorrendo durante a execução do projeto tem sido bastante burocrático. Para que o mesmo se realize, os procedimentos necessários, conforme

pensam seus formuladores, seguem precedidos de grandes e excessivas formalidades, exigindo-se, portanto, a assinatura dos seguintes documentos: declaração de acordo da venda do imóvel, recibo pago pela COSANPA, declaração de construção (se for necessário), termo de renúncia do lote, preenchimento de fichas cadastrais, pesquisa sócio econômico que satisfaça completamente o escritório do Projeto de Macrodrenagem; documentação com laudo de avaliação do imóvel, avaliação da construção, avaliação de benfeitoria, além de relatório contendo a planta da área para assentamento e o levantamento físico territorial. Embora pareçam necessárias tais exigências, o referido processo de burocratização sucinta algumas questões:

(1) O poder público dificulta as indenizações, de acordo com a situação, há muitos casos de excepcionalidade, devido o relato histórico para aquisição do imóvel feito pelo próprio morador ou testemunho dissecar situações em que existem casos que para determinados imóveis, às vezes aparece mais de um proprietário, face aos laços de parentescos, como podemos constatar pessoas que moram nas condições de agregados ou como inquilinos, e acabam por se intitular também proprietários, este tipo de situação exige do poder público, averiguação cautelosa evitando maiores problemas e constrangimentos e a viabilidade da negociação tendo que parar em outras instâncias jurídicas.

(2) Observa-se que em nível de impactação social, a proposta inicial de remanejamento e assentamento a 1 500 metros do antigo local de moradia, conforme explicita o projeto, parece ser interessante, o que de certo modo, facilita para que as negociações sejam isoladas ou coletivas, variando os valores da indenização. Estas negociações, embora sejam legais, pulverizam as tentativas de ações coletivas, facilitando com isto o uso de estratégias de compra/venda imorais por oportunizar-se do baixo índice de informação e experiências em negócios desse porte por parte de alguns moradores mais apressados em resolver tais problemas.

Estes procedimentos legais que garantem a sentença homologatória, ainda que necessários para efeito de organização dos despachos dos serviços realizados, podem acumular impasses que acontecem constantemente no momento da indenização. Seja pela falta de documentos, pelas dificuldades de entendimento para o preenchimento dos instrumentais ou cláusulas processuais, entre outros.

Por outro lado, quando os valores estão defasados e são insuficientes para garantir o valor real do imóvel, isto propicia também retração e impedimentos para se concluir com êxito tais negociações. Belém (1977, p. 22) sobre as indenizações apresenta o seguinte: “As

negociações são processadas de maneira a permitir alternativas de solução, considerando a diversificação de situações concretas”.

A indenização pode ocorrer por uma das três modalidades abaixo:

a) Proporção do proprietário para adquirir outra unidade habitacional em outro bairro ou fora do município e corresponde ao valor da benfeitoria somado ao valor de um lote.

Neste caso, a indenização corresponde ao valor da benfeitoria somado ao valor de um lote (atualmente o valor do lote corresponde a R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais). Informo que este valor já foi atualizado correspondendo o valor do lote a R\$3.000,00 (três mil reais), devido às inúmeras reclamações dos moradores por considerarem muito abaixo de suas perspectivas,

b) Por concessão de um lote de terras: O proprietário é indenizado pela benfeitoria e recebe um lote de terras, cuja área equivale ao mínimo de 90m<sup>2</sup> (já atualizado para 100m<sup>2</sup> – geralmente o dobro do que ocupa);

c) Por parcela de unidade habitacional: A indenização da benfeitoria é parcial, no caso de haver área disponível para a reconstrução da parte atingida.

Com relação às casas alugadas, o proprietário recebe a indenização correspondente ao imóvel e o lote de terras é doado ao inquilino, bem como o material da casa demolida, denominado de cesta básica.

Com relação às casas de comércio, é indenizado o fundo do comércio e o valor correspondente a avaliação da estrutura. Neste caso, o comerciante recebe um lote de terras.

Com relação às instituições (associação de moradores, centros comunitários, etc.) segue o mesmo procedimento dispensado aos demais proprietários.

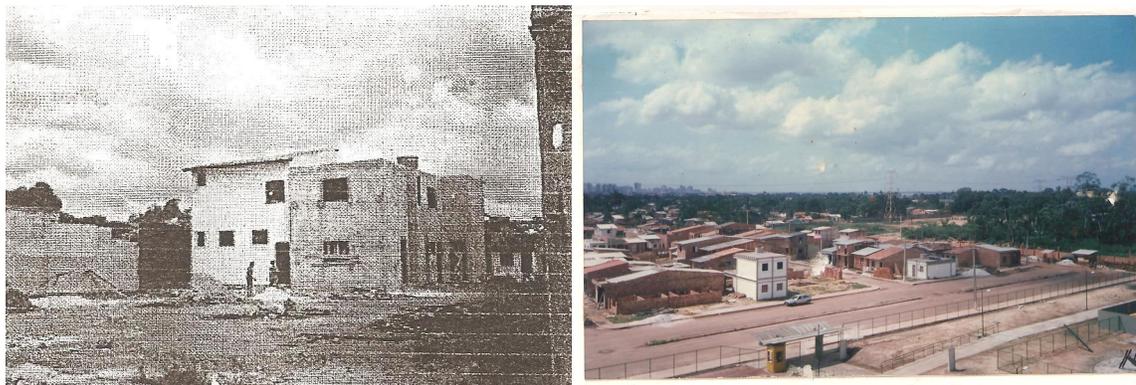
As famílias conviventes não se enquadram no programa para efeito de remanejamento, enquanto para as casas cedidas os procedimentos são idênticos aos adotados para os inquilinos.

## 5.6 REMANEJAMENTO

O processo de remanejamento da população envolvida com o Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una iniciou-se em maio de 1994, seguindo um cronograma extenso, para cumprimento das etapas.

As primeiras famílias remanejadas passaram a residir em áreas de terra firme, conforme previsto no projeto oficial a uma distância de 1.500 metros do seu antigo local de

moradia. As estruturas dessas novas residências são melhores que as anteriores onde moravam antes do início do projeto. Quase todas construídas em alvenaria com ótima localização no espaço urbano de Belém, situadas em lugares próximos de supermercados, escolas, postos de saúde, feiras livres, etc.



**Fotografia 5** – Sub- área 01 – loteamento – Rua Diogo Moia  
**Fonte:** Arquivo fotográfico do projeto doado gentilmente para registro (1997)

No entanto, apesar das transformações para melhor, em suas condições de vida, algumas dificuldade podem ser registradas entre elas:

1) Os critérios para remanejamento das famílias, em muitos casos, teriam que passar pelo sorteio aleatório dos lotes e localização das áreas. Esta situação provocou certa desorganização na transferência das famílias, causando impactos negativos.

Apesar de ser um critério democrático, às vezes, haviam reclamações em função da localização, da falta de infraestrutura, equipamentos urbanos e do afastamento de seus antigos vizinhos ou parentes. Com o método do sorteio, alguns moradores demonstravam insatisfação com o resultado por não ser o esperado. Mesmo passando a residir lugares melhores que os anteriores, os moradores tendo a sorte grande ou não, ainda assim, estavam sujeitos:

a) falta de espaços para a criação de áreas de serviços para lavagem de roupas, entre outros serviços domésticos;

b) péssima distribuição do espaço físico, expondo as famílias à intranquilidade, devido à situação pouco confortável, como a falta de planejamento destas áreas, por exemplo, os banheiros de algumas casas ficam próximos ao quarto, sala ou outros cômodos de outras casas.

O aumento de impostos como: IPTU, taxas de água e luz. A maioria dessas famílias não pagava regularmente por estes serviços. Esta reação provém das irregularidades nos fornecimentos desses serviços, ou ainda para escapar de suas péssimas condições de vida. Por esta razão, aplicavam medidas irregulares como o não pagamento mensal da luz, fazendo em suas residências ligações clandestinas para o fornecimento desses serviços ou a utilizando outros mecanismos para burlar o sistema de cobranças de várias taxas de serviço, principalmente: água e luz.

Os dados oficiais do município de Belém, apresentado pela PMB – SEGEP, chamam atenção para o seguinte:

A população das áreas de baixadas de abrangência do Projeto de Macrodrenagem reage conforme as medidas acima relacionadas pelos seguintes fatores: baixo poder aquisitivo; descrédito na oferta dos serviços públicos em função das péssimas qualidades oferecidas; por perceberem a inoperância do poder público quanto ao padrão de qualidade; as taxas de cobrança, a falta de assistência e manutenção da rede.

Portanto, não é de admirar que nestes casos, embora a população reconheça que as mudanças foram positivas, percebem novas situações contraditórias nos atuais locais de moradia que surgem e exigem tanto por parte do poder público quanto da população remanejada, responsabilidade pública, respeito à cidadania conquistada, diálogo e parceria constante para a promoção e proteção social como consolidação e ampliação da garantia de direito para todos, prevista na recente a Constituição Brasileira.

Apesar do Plano de Reassentamento, atualizado em 1997, ter apresentado todas essas informações acerca das formas de remanejamento, deve ser ressaltado que uma série de metas planejadas ainda não foram executadas. Um projeto definitivo quanto ao remanejamento parece não existir. Há suspeitas que somente agora a população afetada esteja tomando conhecimento do desenho urbano (planta do projeto real de relocação). O interesse por parte da população consiste em ter garantia sobre o local para onde serão remanejados.

Estas incertezas deixam as famílias afetadas, vulneráveis e inseguras quanto ao seu destino e de seus membros. Isto acarreta outros problemas, principalmente quando é cogitada a venda deste imóvel, ou quando se registra casos de óbitos na família dos reais donos, tornando a negociação mais difícil por ter que ser tratado com os herdeiros do imóvel. Em vista disso, somente após 10 anos, aproximadamente, é que o comprador terá o título definitivo do imóvel.

Além disso, foi verificada também a existência de casas em péssimas condições, em que famílias foram impedidas (proibidas) de reformar a residência, pois seriam remanejadas, para não haver especulação.



**Fotografia 6** - Canal da Visconde de Inhaúma

**Fonte:** Arquivo fotográfico do projeto doado gentilmente para registro (1997).

Constataram-se também, demarcações erradas de casas que não teriam que sair ou serem recuadas, mas acabaram saindo de forma irregular. Nestes casos específicos, certamente caberia processo judicial, a fim de indenizar os danos causados, mas, nestes casos, as respostas dos técnicos não são transparentes sobre este assunto.

Nestes dados podem ser inseridos outros mais graves, por exemplo, (64,3%) das pessoas entrevistadas não têm conhecimento da área para remanejamento, apenas (15,7%) sabe para onde, provavelmente, seriam remanejados e (20%) sabem de algumas áreas. (tabela 9).

**Tabela 9** - Distribuição de percentuais dos indivíduos envolvidos com conhecimento das áreas para remanejamento das famílias

Detalhamento por segmento		Conhecimento da área para remanejamento (Em números absolutos e percentuais)						
		Amostra	Respostas/Alternativas					
			Sim		Não		Algumas	
N	%	N	%	N	%			
<b>Total Geral</b>		<b>140</b>	<b>22</b>	<b>15,7</b>	<b>90</b>	<b>64,3</b>	<b>28</b>	<b>20,0</b>
♂ ×	Masculino	48	12	25,0	28	58,3	08	16,7

Feminino	92	10	10,9	62	67,4	20	21,7
----------	----	----	------	----	------	----	------

**Fonte:** Pesquisa de Campo (1997).

Estas informações revelam incompatibilidade no que diz respeito à população afetada, membros do comitê assessor, movimentos em defesa da Macro drenagem e técnicos do projeto. Visto que, em particular, no caso do Comitê assessor é de competência dos representantes atribuições como:

Assessorar a gerência do projeto em relação às preocupações da comunidade; servir como órgão de consulta em relação ao desenho de urbanização dos lotes; cumprir código de normas mínimas de autoconstrução adaptado ao projeto; proceder ao deslocamento; localizar pontes para pedestres; ações de educação ambiental e outras matérias de interesse direto da comunidade.

O comitê deverá, também, promover uma campanha de conscientização dos grupos comunitários, para evitar a especulação imobiliária, através do exame de informações relativas aos custos imobiliários, na área do Projeto. (BELÉM, 1997, p.79).

Portanto, o distanciamento dos representantes das 114 entidades comunitárias não torna os problemas públicos, dificultando a decisão da população a estar esclarecida e ter segurança sobre seu novo local de moradia.

Quando perguntamos da idéia de serem remanejado, as respostas foram às seguintes: (20,7%) acharam ótimo, (44,3%) bom, (5,7%) regular, (29,3%) péssimo (tabela 10).

**Tabela 10** - Sobre o que achou de ser remanejado (Em números absolutos e percentuais)

Detalhamento por segmento		Amostra	Respostas/Alternativas							
			Ótimo		Bom		Regular		Péssimo	
			N	%	N	%	N	%	N	%
<b>Total Geral</b>		<b>140</b>	<b>29</b>	<b>20,7</b>	<b>62</b>	<b>44,3</b>	<b>08</b>	<b>5,7</b>	<b>41</b>	<b>29,3</b>
Sexo	Masculino	48	10	20,8	19	39,6	02	4,2	17	35,4
	Feminino	92	19	20,7	43	46,7	06	6,5	24	26,1

**Fonte:** Pesquisa de Campo (1997)

Isto justifica, de certo modo, a credibilidade para com o projeto, como havíamos afirmado anteriormente. Principalmente porque este prevê o remanejamento da população às

margens dos canais. Segundo Monteiro (1997, p. 36), baseando-se em dados do projeto oficial para remanejamento confirma:

O programa de saneamento das baixadas do Una prevê 4.824 desapropriações, dentre estas 2.780 famílias serão alocadas em lotes disponíveis pelo projeto, e o restante continuarão no local urbanizado pelo projeto, mas terão indenização pelo recuo do seu imóvel. O projeto Una estabelece que a população seja remanejada para 1.500 metros de distância, fator este considerado como benéfico no processo de remanejamento atual realizado pelo projeto do Una, já que os projetos nas décadas anteriores não levavam em consideração na sua elaboração o lado social.

Para termos a certeza dessas percepções sobre o processo de remanejamentos recorremos ao relatório da representante no Brasil do BID de 17 de Dezembro de 1997, que de acordo com suas afirmações, deixa claro o que acima mencionamos, fazendo os seguintes comentários:

[...] no período. A assessoria da gerência elaborou a versão preliminar da atualização do Plano de Reassentamento [...], Os dados preliminares apresentados confirmam uma redução significativa [...] do número total estimado de famílias a serem reassentadas em decorrência das obras de macro e microdrenagem, de 4465 para 3744 (2636 nos canais, e 1358 nas vias); a redução de 1070 afetadas equivale a 27,3% da estimativa inicial. [...] Os resultados no período são um pouco inferiores ao previsto em decorrência dos seguintes fatores: a) atraso de duas semanas na entrega dos primeiros lotes urbanizados por parte da COHAB, em número inferior ao programado (126 em vez de 200); b) Morosidade da COSANPA em operacionalizar o novo sistema de água da CDP, inviabilizando, dessa forma, o sorteio e ocupação efetiva dos lotes por parte de 77 famílias (já indenizadas) e de outras 151 (com processo de negociação concluído, aguardando a indenização); c) contratempo na elaboração, negociação e aprovação do Projeto de Relocação da Feira do Barreiro (309 feirantes) adiando do início para o fim de novembro a decisão final (BANCO INTERAMERICANO ..., 1997).

Aos fatores supramencionados, somam-se outros relativos às dificuldades de gerenciar o Plano de Reassentamento no contexto atual, como: sobrecarga de trabalho, pressão das frentes de obras; a falta de definição clara das atribuições e funções a serem desempenhadas pelas diversas partes envolvidas (Governo do Estado/PMB, respectivas equipes técnicas, mistas ou não), e Comitê assessor, que vem alastrando-se desde a fase de retomada do projeto. A tendência desse quadro é agravar-se, prejudicando a execução do projeto.

“Essa dificuldade, debatida com a gerência do projeto e sub-gerência de relocação, deverá ser encaminhada às instâncias superiores para adoção das medidas requeridas”.

(BELÉM, 1997, p. 1).

O Plano de Reassentamento atualizado (BELÉM, 1997, p. 101) apresenta a seguinte situação em relação ao remanejamento:

#### I – Forma de Indenização dos imóveis:

a) Indenização total – Os resultados demonstram, de acordo com a sub- bacia, canal ou via, o número de imóveis que correspondem à indenização total, por encontrarem-se totalmente ou em grande parte, nas faixas de obras.

b) Indenização parcial - O número de imóveis por sub – bacia, canal ou via, que correspondem à indenização parcial, de acordo com as possibilidades de edificação.

#### II – Situação em relação à propriedade:

a) Propriedade da benfeitoria e do lote – Os informes referem-se ao número de proprietários das benfeitorias e dos lotes expropriados, demonstrando a legalidade da ocupação;

b) Proprietário da benfeitoria em lote do poder público – Neste caso os expropriados são posseiros em terras do município, Estado ou da União;

c) Proprietário da benfeitoria em lotes de terceiros – Estas informações demonstram o número de expropriados que são posseiros em terras particulares;

d) Proprietário de lote – demonstram os terrenos que possuem propriedade, sem benfeitorias construídas e os terrenos próprios com benfeitorias de terceiras construídas.

#### III – Tipo de Utilização dos imóveis:

Essas informações identificam a forma de utilização dos imóveis, se são residenciais, comerciais, industriais, instituições, ou escolas, templos, centros comunitários e outros similares.

#### IV- Tipo de ocupação dos imóveis desapropriados:

Esses resultados demonstram quem ocupa os imóveis desapropriados, se são proprietários, inquilinos ou cessionários.

#### V. Remanejamento das famílias:

Essa tabela demonstra o resultado do remanejamento das famílias estabelecidas pelos critérios da desapropriação ou por decisão própria dos usuários desapropriados:

a) Remanejamento para loteamento da sub- bacia - quando o lote de terras utilizado para remanejamento da família for localizado no loteamento definido para a sub-bacia;

- b) Remanejamento no mesmo lote – Quando o imóvel for remanejado para o lote remanescente;

Remanejamento decidido pelos próprios moradores:

- c) Remanejamento para loteamento de outra sub- bacia, ocorre quando o desapropriado resolve reconstruir seu imóvel em loteamento de outra sub – bacia, caso tenha lote disponível, por exemplo, o loteamento da CDP;
- d) Remanejamento para outro imóvel – ocorre quando o desapropriado prefere comprar outro imóvel já edificado na Bacia do Una;
- e) Remanejamento para outro bairro fora da Bacia. Ocorre quando o desapropriado prefere comprar outro imóvel já edificado em bairro da Bacia do Una;
- f) Remanejamento para outro município - Quando o desapropriado prefere mudar-se para outro município.

Inserir o conjunto destas informações acerca das tipologias de remanejamento acima apresentado demonstra que o Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una, embora vise à recuperação e reforma das baixadas da área urbana de Belém, ainda deixará marcas profundas de seus impactos socioambientais aos herdeiros da história da urbanização no Estado do Pará com reflexos para toda Região Amazônica.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A situação social e ambiental das populações residentes na área afetada pelo Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una, que a princípio não haveria solução a curto e médio prazo, hoje já é uma realidade. Deparamo-nos com problemas sociais historicamente não superados pelo poder público, principalmente sobre a qualidade de vida da população envolvida.

Neste sentido, o presente trabalho sobre o processo de urbanização foi gratificante por ter-nos possibilitado realizar uma análise sociológica consistente acerca dos impactos sociais e ambientais. E poderemos constatar situações de profundos atrasos, nem sempre condizentes com as propagandas de caráter ideológicos sobre o desenvolvimento regional e seus impactos em benefícios da maioria da população, como sendo positivo ao saldar uma antiga dívida social.

Neste estudo foram constatadas as vantagens e desvantagens, limites e avanços para a população de Belém, oferecidos pelo Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una. O que em geral, através dos testemunhos de partes das pessoas envolvidas, não parece confirmar a superação em definitivo de antigos e crônicos problemas sociais nas áreas de baixadas da cidade.

Diante do exposto, ao longo deste estudo, chegamos a seguintes conclusões:

Em primeiro lugar, este projeto apresenta como função principal saldar uma antiga dívida social para com a população residente nas áreas consideradas de baixadas. Ainda assim deixou a desejar, por falta de maiores definições sobre o projeto, atropelos nos encaminhamentos, inclusive com atrasos do plano de execução conforme previsto, por razões cujas justificativas não são convincentes as principais pessoas e segmentos sociais envolvidos.

Apesar de o projeto ter melhorado e superado grande parte dos problemas de saneamentos e drenagem dessas áreas em Belém, ainda parece fraco e indefinido quanto a uma política de urbanização e principalmente de habitação que contemple outras demandas

sociais tirando em definitivo a população de situações de riscos sociais provocados não somente por faltas de políticas públicas quanto pela estrutura desigual imposta por uma lógica capitalista sobre a reprodução do espaço urbano como não sendo da garantia de direito de todos, mas de alguns privilegiados. De acordo com os dados, são deficitárias as decisões acerca da política de reassentamento, o que confirma o acima dito, mesmo com as oportunas preocupações de seus dirigentes, gestores e técnicos em não prejudicar a população afetada.

Em segundo lugar, este processo de urbanização das cidades amazônicas, e em particular Belém, como sendo a capital do Estado do Pará, teve poucos avanços históricos, principalmente na relação poder público/sociedade. Ainda que considerando as várias investidas de inovação, ancoradas em relações aparentemente democráticas, nas tentativas de pactuações de interesses e maiores cuidados com os destinos das famílias envolvidas, isto não nos pareceu suficiente na garantia de direitos e no compromisso com a qualidade de vida da população por parte do Estado. Este parece, em muitos casos, inflexível e com muitas dificuldades ao interagir com os segmentos propositivos. Na verdade, o Estado teme que a forte participação da população inverta a lógica de comando, controle e regulação, pois historicamente o poder público as conduziu, de forma centralizada e indiferente aos anseios do povo através das manifestações de suas lideranças.

O que vem a confirmar que ainda não existe uma política direcionada exclusivamente para resolver, de fato, os problemas sociais e ambientais sem restrições à participação efetiva dos interessados. Conforme os dados pesquisados, estes problemas poderiam ser resolvidos através de ações conjuntas de todos, mas principalmente das autoridades envolvidas, por serem representantes oficiais (executivo/legislativo) legais e legitimamente constituídos através do voto, para cumprir o papel político de defender os interesses gerais da população afetada.

Apesar das limitações constatadas, o Projeto de Macrodrenagem, deu sim, um passo à frente após suas obras concluídas, atendendo grande parte das famílias envolvidas. Porém, lamentavelmente, não será desta vez que se eliminará a desigualdade social, as diferenças espaciais, a exclusão social, a negação do direito a moradia e o saneamento básico onde historicamente os grandes beneficiados têm sido aqueles que detêm maior poder aquisitivo.

Os dados mostram que o projeto tentou, ainda que de forma tímida, despertar a população para uma nova consciência ecológica, levando-a a se preocupar com o desenvolvimento humano.

Deste ponto de vista, concluímos que houve mudanças na infra – estrutura para a cidade, conseguindo evitar os problemas essenciais urbanos, sem, contudo superá-los. E entre

eles, destaque para o transporte, saneamento, educação, saúde. É possível conceber que a melhoria nas condições de vida foi restrita, se compararmos e admitirmos que as desigualdades sociais nos centros urbanos ainda são acentuadas.

Manter as famílias de baixo poder aquisitivo nestas áreas depois das dotações de infraestrutura é muito difícil, pois a expulsão torna-se compulsória, como exemplo, num passado não muito recente na cidade, o que aconteceu com os moradores que residiam às proximidades dos canais da Tamandaré. A maioria das famílias, por não terem recursos compatíveis com as mudanças exigidas pela urbanização, sem grandes opções, se curvam às investidas dos especuladores de capital imobiliário e vendem suas residências por valores, muitas das vezes, incompatíveis e irrisórios e até insuficientes para aquisição de outro imóvel.

Por isso, admitimos que esta lógica de urbanização ainda é seletiva, centralizadora e exclusiva de quem tem maior poder econômico. Estas novas situações apresentam contradições diante das condições sócio-econômicas da maioria da população. Daí, uma vez as áreas urbanizadas, torna-se quase insustentável a permanência dessas famílias nestes locais.

Mesmo que o projeto de recuperação das baixadas do Una expresse interesse em garantir o remanejamento e assentamento das antigas famílias, a 1.500 metros de distância de sua residência anterior como está previsto no documento oficial, fica comprometido o deslocamento das mesmas. Na década de 80, outro projeto de recuperação de baixada de Belém, apresentava justificativas semelhantes de remoção das famílias. No entanto, as mesmas foram removidas para áreas geograficamente muito distantes das suas anteriores, como exemplo, famílias serem removidas do Bairro do Acampamento para o Conjunto Providência.

Outro fator comprovado pelos dados, refere-se ao crescimento dos problemas ambientais que prejudicam o ecossistema por falta de implementação de uma política de educação ambiental, pela quase inexistência de segurança pública, além da ineficiência de estrutura urbana. Todos esses problemas continuarão, mesmo reconhecendo que o projeto de recuperação já tenha sido um grande passo em busca de um efetivo e planejado processo de urbanização.

Comprovamos também, que a participação do movimento popular no processo de transformação urbana foi muito importante na medida em que fiscalizou, monitorou e acompanhou o desenvolvimento das etapas de execução do projeto, embora pudesse ter demonstrado maior capacidade de articulação e mobilização para ampliar a participação democrática e frear as tentativas de cooptação de lideranças populares por parte do poder público.

Mas constatamos ainda, que certo distanciamento entre a população envolvida e as lideranças, o que demonstrou pouca mobilização e poder de pressão acerca dos problemas urbanos como, moradia, saneamento, transporte, saúde, educação. Além, de um certo grau de desconfiança e indiferença dada à acirrada disputa política interna pela condução do processo através da ocupação dos espaços nas instâncias de poder.

Reivindicações desses movimentos populares urbanos têm acontecido tardiamente diante do poder público local, como por exemplo, a escolha inicial para participar no Comitê Assessor. Portanto, cabe enfatizar, que a participação organizada dos movimentos populares foi de certo modo, insuficiente quando deveriam ter sido incisivos. Sendo assim Amman (1991, p. 22) afirma que: “Os movimentos populares e sociais por ser uma ação coletiva de caráter contestador no âmbito das relações sociais, objetivam a transformação ou a preservação da ordem estabelecida na sociedade”.

Afirmamos baseados em nossos dados, que é possível o poder público urbanizar uma cidade com infra-estrutura capaz de atender às necessidades da população, respeitando sua condição de cidadão e contribuintes e vendo-os como atores sociais principais nos interesses da cidade.

Por fim, constatamos ancorado nos resultados da pesquisa de campo, que a percepção da população residente na Bacia do Uma, acerca dos impactos, mostrou que tais mudanças repercutirão positiva e negativamente em toda cidade de Belém. Negativamente, devido aos imprevistos e decisões precipitadas, como confirmam os relatórios supracitados, que acarretaram desperdícios por falta de um planejamento melhor definido. E positivamente, o fato de a população ter percebido a importância do projeto e da participação efetiva no controle e nas instâncias decisórias, como o Comitê Assessor para garantir a qualidade sócio-ambiental das áreas envolvidas no sítio urbano de Belém.

## REFERÊNCIAS

ABELÉM, Aurélia Gomes. **Urbanização e remoção: por quê? E para quem?** Belém: UFPa /NAEA,1982.

ALVES, Saphyra; SANTOS, Kátia. **Políticas públicas urbanas: a ocupação urbana como um espaço de disputa de diferentes interesses sociais.** 1995. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) - Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 1995.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Espaço Polarização e Desenvolvimento: uma introdução à economia regional.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1978.

AMMANN, Safira Bezerra. **Movimento popular de bairro de frente para o Estado em busca do parlamento.** São Paulo: Cortez, 1991.

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico.** 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, Rio de Janeiro. **NBR 9.649 - Projeto de redes coletoras de esgoto sanitário.** Rio de Janeiro, 1986. 13 p.

\_\_\_\_\_. **NBR 6023- Informação e Documentação- Referências-Elaboração.** Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. **NBR 6024- Informação e Documentação-Numeração progressiva das seções de um documento escrito,** Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. **NBR 6027-Informação e documentação- Sumário-Apresentação,** Rio de Janeiro, 2003.

\_\_\_\_\_. **NBR 10520-Informação e documentação- Citações-Apresentação,** Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. **NBR 14724-Informação e documentação- Trabalhos acadêmicos -Apresentação,** Rio de Janeiro, 2005.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Relatório da representante no Brasil do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)**. [ S. l. ], 1997

BELÉM. Prefeitura. **Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do comitê assessor do Projeto de Drenagem, Recuperação e Urbanização da Bacia do Una de Nº s, 8ª, 10ª, 12ª, 13ª, 17ª, 18ª, 19ª, 20ª, 21ª** . 1994.

\_\_\_\_\_. **Departamento Nacional de Obras e Saneamento**. 1997.

\_\_\_\_\_. **Lei Orgânica do Município de Belém**. 2. ed. Belém: CEJUP, 1994.

\_\_\_\_\_. **Nºs, 16ª, 17ª, 18ª, 40ª, 41ª, 42ª, 43ª**. 1997.

\_\_\_\_\_. **Plano de Reassentamento Plano Diretor**. 1997.

\_\_\_\_\_. **Projeto de Lei do Plano Diretor de Belém**. 1991.

\_\_\_\_\_. **Relatório de reassentamento do Plano Diretor**. 1997.

BOBBIO, Norberto. **O Conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

BONDUKI, Nabil. **Habitação e autogestão, construindo território de utopia**. Rio Janeiro: Fase, 1992.

BRUSEKE, Franz Josep. **A crítica da razão do caos global**. Belém: UFPA: NAEA: SEPEQ, 1993.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 1996.

\_\_\_\_\_. **O ponto de mutação, a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. São Paulo: Cultrix, 1982.

CARDOSO, Luciano Aduino et al. **Plano Diretor Instrumento Reforma Urbana**. Rio de Janeiro: Fase, 1990.

CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. 3. ed. Campinas: Papyrus, 1990.

CARVALHO, Maria Cecília Mariagoni de. **Construindo o saber: metodologia científica fundamentos e técnicas**. 4. ed. Campinas: Cortez, 1995.

CASTELLS, Manuel. **Problema de investigação em sociologia urbana**. Lisboa: Presença, 1975.

CHAUÍ, Marilena et al. **Ideologia e mobilização popular**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra: CEDEC, 1978.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

COSTA, Edmilda da; REIS Neide dos Santos. **Movimento popular em Belém e a Unificação das lutas dos centros comunitários e associações de moradores da Sacramenta pelo canal da Pirajá Belém**, 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso de (Graduação em Ciências Sociais) - Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 1995.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e Política: a dualidade de poderes e outros ensaios**. São Paulo: Cortez, 1994.

O DIÁRIO DO PARÁ. Belém, 15, mar. 1994.

ENGELS, Friedrich. **A questão da Habitação**. Belo Horizonte: Aldeia Global, 1979.

FEITOSA, Dantas. **Macro drenagem e água potável em Belém do Pará: documento Histórico - COSANPA**. Belém: Multsol, 1994.

FÓRUM Metropolitano de Reforma Urbana. In: ENCONTRO POPULAR SOBRE PROJETO DE MACRO DRENAGEM DA BACIA DO UNA, 1., 1993, Belém, **Anais...** Belém, 1993.

\_\_\_\_\_. Relatório de Reunião. 1993.

FORTI, Reginaldo (Org.). **Marxismo e Urbanismo capitalista**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

FRANCO, Augusto. **Ação Local**: A nova política de contemporaneidade. Brasília: Ágora, 1995.

\_\_\_\_\_. **O novo partido**: A crise da forma-partido tradicional e o surgimento de novos sujeitos políticos na sociedade Brasileira. Brasília: Instituto de Política, 1997.

GEORGE. **A antropologia de grupos urbanos**. Petrópolis: Vozes, 1992.

GOHN, Maria da Glória: **Movimentos sociais e luta pela moradia**. São Paulo: Loyola, 1991.

GONÇALVES, Maria Flora. (Org.). **O novo Brasil Urbano**: impasses, dilemas perspectivas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

GOTTDIENER, Mark: **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: USP, 1993.

GRUPPI, Luciano. **Conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

\_\_\_\_\_. **Projeto de Saneamento para recuperação das baixadas do una**. v. 1 (Síntese).

HAMBERMAS, Jueger. **A crise da legitimação do capitalismo tardio**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980.

IDESP. Coordenadoria de Estatística estadual- CEE. Setor de coleta e tratamento de dados. Município Belém.

INGRAM, David. **Habermas e dialética da razão**. Brasília: Universidade de Brasília, 1993.

IPEA. **Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil**. Publicado para o programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Brasília, 1996.

JACOBI, Pedro. **Movimentos sociais e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1993.

JORNAL Popular. Goiás, fev.1993.

KOWARICH, Lúcio (Org.) et al. **Lutas Sociais e a cidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LAFE, Betty Mindlin. **Planejamento no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Perspectivas, 1987.

O LIBERAL. Belém, fev. 1993.

\_\_\_\_\_. Belém, mar. 1994.

\_\_\_\_\_. Belém, set. 1996.

LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1988.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. Lisboa: Presença, 1976.

MARICATO, Ermínia. **Habitação e as políticas fundiárias, urbana e ambiental: diagnóstico e recomendações**. Rio de Janeiro: Cortez, 1995.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Os construtores da cidade**. Rio de Janeiro: Fase, 1986.

MITSCHEIN, Thomas A. et al. **Urbanização selvagem e proletarização passiva na Amazônia: o caso de Belém**. Belém: Cejup, 1989.

MONTEIRO, Márcia. **Políticas públicas, participação popular: análise do Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una**. 1997. 95 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal do Pará, Belém, 1997.

MOVIMENTO em defesa do projeto de Macro Drenagem e Sindicato dos Urbanitários. Propostas dos Moradores da bacia do Una: Encontro com os candidatos à Prefeitura. Belém, 1996.

OLIVEIRA, Francisco de. **Estado, sociedade, movimentos sociais e políticas públicas no limiar do século XXI**. Rio de Janeiro: Fase/PIC, 1993.

OLIVEN, Ruben George. **A antropologia de grupos urbanos**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

PARÁ. Governo. **Relatório de Impacto do Meio Ambiente - RIMA**. v. 2  
PENTEADO, Antonio Rocha. **Estudo de geografia urbana**. Belém: UFPA, 1968.

PEREIRA, Luiz (Org.) **Urbanização e desenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1973.

PEREIRA, Maria Lúcia Carneiro; DAIBES, Nádia do Socorro de Souza. **Projeto de Macro Drenagem e o remanejamento urbano**: limites e possibilidades da cidadania: um estudo de caso no Bairro da Pedreira. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 1995.

PINTO, Lúcio Flávio. **Carajás, o ataque ao coração da Amazônia**. 2. ed. ampl. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

PROGRAMA de educação em saneamento ambiental, dez., 1994.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. Belém, mar. 1993.

QUEIROZ, Maria Isaura et al. **A luta pelo espaço**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979. (Textos de sociologia urbana).

RAICHELIS, Raquel. **Legitimidade popular e poder público**. São Paulo: Cortez, 1988.

REGIÃO Metropolitana de Belém. **Concepção e estruturação do sistema gestor metropolitano**. 1997. (proposta).

RESCHE, Alexandre et al. **Direito de Cidadania e meio ambiente**. Rio de Janeiro: Fórum Metropolitano de Reforma Urbana: Fase, 1993.

RIBEIRO, Luis César de Queirós et al. **O que é a questão da moradia**. São Paulo: Nova cultural; Brasiliense, 1985.

RODRIGUES, Eliene Jaques. **Banidos da Cidade, unidos na condição**. Dissertação de Mestrado, 100 f. 1998. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1995.

SANTOS, Milton. **Economia espacial críticas e alternativas**. São Paulo: Hucitec, 1979.

SEVERINO, Antônio Joaquim, **Metodologia do trabalho científico**. 19. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

SILVA, Lilian Vasconcelos; SOARES, Soraya de Jesus. **O remanejamento e a organização dos Moradores da subárea 2 do projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una**: algumas reflexões. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) -. Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 1995.

SINGER, Paul et al. **Produção capitalista da casa e da cidade no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa Omega, 1982.

\_\_\_\_\_. **Pobreza urbana**. São Paulo: Hucitec, 1979.

\_\_\_\_\_. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

\_\_\_\_\_. **Por uma economia políticas da cidade**: o caso de São Paulo. São Paulo, Hucitec, 1994.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **Vida urbana e gestão da pobreza**. São Paulo: Cortez, 1988.

TRINDADE JÚNIOR, Saint - Clair Cordeiro da. **Produção do espaço e diversidade do solo em sua baixada saneada**. Belém: [s.n.] 1993.

VASCONCELLOS, Eliane J. Gody et al. **Terra de habilitação terra de espoliação**. São Paulo: Cortez, 1984.

VELHO, Gilberto. **A utopia urbana**: um estudo de Antropologia Social. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

\_\_\_\_\_. **Economia espacial críticas e alternativas**. São Paulo: Hucitec, 1979.

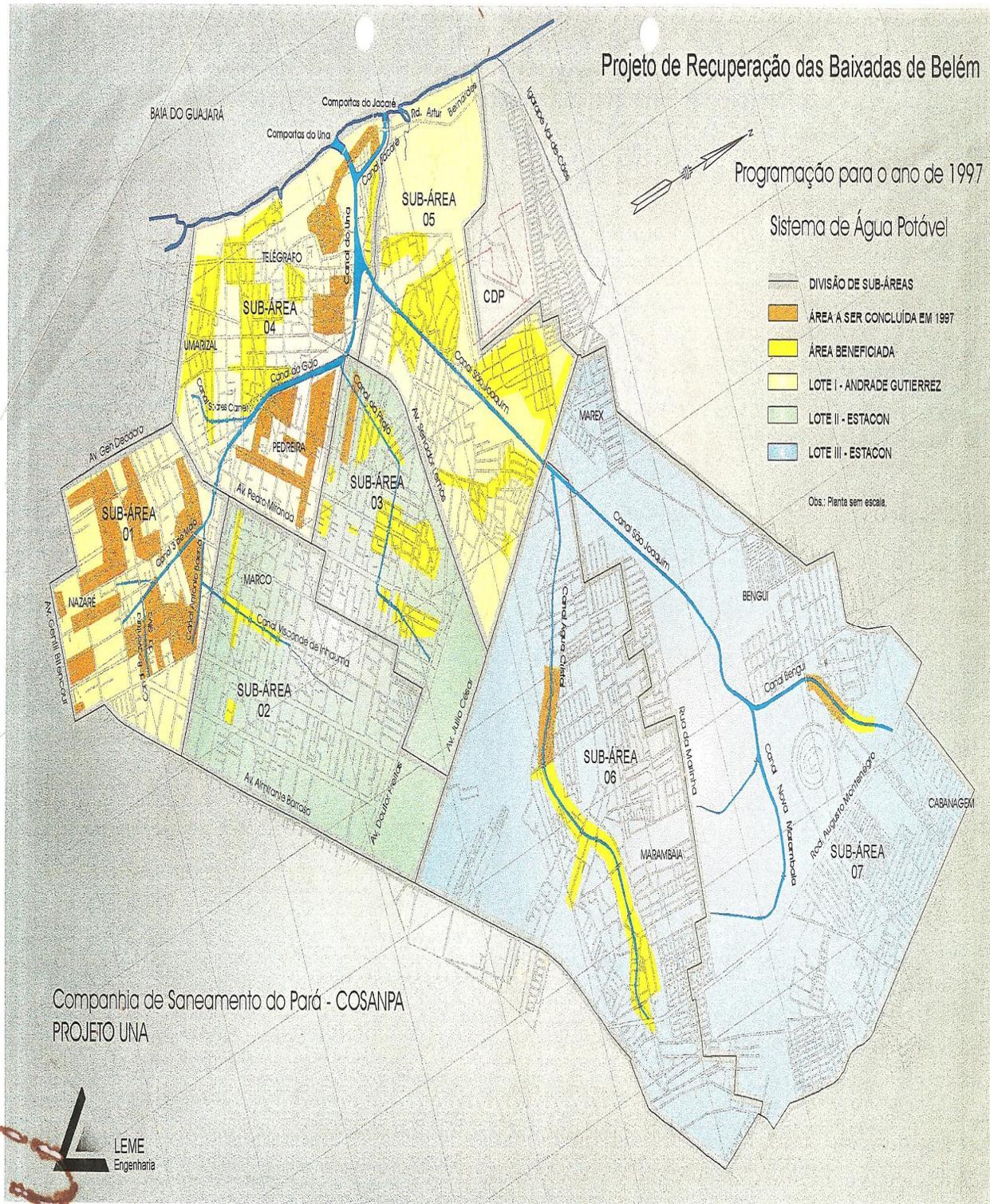
\_\_\_\_\_. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico - científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **Por uma economia política da cidade.** São Paulo: Hucitec, 1994.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta:** as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.

## **ANEXOS**

**ANEXO A – Mapa do Projeto de recuperação das baixadas de Belém**



**Fonte:** Companhia de Saneamento do Pará / Projeto Una (1997).



## **APÊNDICES**

## APÊNDICE A - Resultados da pesquisa de campo

### CRUZAMENTO DAS QUESTÕES 1 A 10

Detalhamento por segmento		Amostra	Respostas/Alternativas			
			Sim		Não	
			N	%	N	%
<b>Total Geral</b>		<b>140</b>	<b>62</b>	<b>44,3</b>	<b>78</b>	<b>55,7</b>
Sexo	Masculino	47	28	59,6	19	40,4
	Feminino	93	34	36,6	59	63,4
Grupo de idade	15 a 25	42	08	19,0	34	81,0
	26 a 35	31	16	51,6	15	48,4
	36 a 45	30	21	70,0	09	30,0
	46 a 55	19	10	52,6	09	47,4
	56 a 65	08	06	75,0	02	25,0
	66 ou mais	10	01	10,0	09	90,0

**Fonte:** Pesquisa de campo (1997)

Detalhamento por segmento		Amostra	Respostas/Alternativas			
			Sim		Não	
			N	%	N	%
<b>Total Geral</b>		<b>140</b>	<b>17</b>	<b>12,1</b>	<b>123</b>	<b>87,9</b>
Sexo	Masculino	47	08	17,0	39	83,0
	Feminino	93	09	9,7	84	90,3
Grupo de idade	15 a 25	42	02	4,8	40	95,2
	26 a 35	31	07	22,6	24	77,4
	36 a 45	30	05	16,7	25	83,3
	46 a 55	19	02	10,5	17	89,5
	56 a 65	08	01	12,5	07	87,5
	66 ou mais	10	00	0,0	10	100,0

**Fonte:** Pesquisa de campo (1997)

		Natural (Em números absolutos e percentuais)				
Detalhamento por segmento		Amostra	Respostas/Alternativas			
			Sim		Não	
			N	%	N	%
<b>Total Geral</b>		<b>140</b>	<b>78</b>	<b>55,7</b>	<b>62</b>	<b>44,3</b>
Sexo	Masculino	47	28	59,6	19	40,4
	Feminino	93	50	53,8	43	46,2
Grupo de idade	15 a 25	42	27	64,3	15	35,7
	26 a 35	31	18	58,1	13	41,9
	36 a 45	30	20	66,7	10	33,3
	46 a 55	19	5	26,3	14	73,7
	56 a 65	08	3	37,5	5	62,5
	66 ou mais	10	5	50,0	5	50,0

Fonte: Pesquisa de campo (1997)

		Condição de moradia (Em números absolutos e percentuais)								
Detalhamento por segmento		Amostra	Respostas/Alternativas							
			Própria		Alugada		Quarto		Agregado	
			N	%	N	%	N	%	N	%
<b>Total Geral</b>		<b>140</b>	<b>127</b>	<b>90,7</b>	<b>12</b>	<b>8,6</b>	<b>00</b>	<b>00,0</b>	<b>01</b>	<b>0,7</b>
Sexo	Masculino	47	45	95,7	02	4,3	00	0,0	00	0,0
	Feminino	93	82	88,2	10	10,8	00	0,0	01	1,1
Grupo de idade	15 a 25	42	36	85,7	5	11,9	00	0,0	01	2,4
	26 a 35	31	28	90,3	3	9,7	00	0,0	00	0,0
	36 a 45	30	28	93,3	2	6,7	00	0,0	00	0,0
	46 a 55	19	18	94,7	1	5,3	00	0,0	00	0,0
	56 a 65	08	8	100,0	0	0,0	00	0,0	00	0,0
	66 ou mais	10	9	90,0	1	10,0	00	0,0	00	0,0

Fonte: Pesquisa de campo (1997)

Modelo casa										
(Em números absolutos e percentuais)										
Detalhamento por segmento		Amostra	Respostas/Alternativas							
			Madeira		Taipa		Mista		Alvenaria	
			N	%	N	%	N	%	N	%
<b>Total Geral</b>		<b>140</b>	<b>129</b>	<b>92,1</b>	<b>00</b>	<b>0,0</b>	<b>04</b>	<b>2,9</b>	<b>07</b>	<b>5,0</b>
Sexo	Masculino	47	39	83,9	00	0,0	03	6,4	05	10,6
	Feminino	93	90	96,8	00	0,0	01	1,1	02	2,2
Grupo de idade	15 a 25	42	36	85,7	00	0,0	02	4,8	04	9,5
	26 a 35	31	29	93,5	00	0,0	00	0,0	02	6,5
	36 a 45	30	27	90,0	00	0,0	02	6,7	01	3,3
	46 a 55	19	19	100,0	00	0,0	00	0,0	00	0,0
	56 a 65	08	8	100,0	00	0,0	00	0,0	00	0,0
	66 ou mais	10	10	100,0	00	0,0	00	0,0	00	0,0

Fonte: Pesquisa de campo (1997)

Documentos						
(Em números absolutos e percentuais)						
Detalhamento por segmento		Amostra	Respostas/Alternativas			
			Sim		Não	
			N	%	N	%
<b>Total Geral</b>		<b>140</b>	<b>93</b>	<b>66,4</b>	<b>47</b>	<b>33,6</b>
Sexo	Masculino	47	31	66,0	16	34,0
	Feminino	93	62	66,7	31	33,3

Fonte: Pesquisa de campo (1997)

Ramo de trabalho								
(Em números absolutos e percentuais)								
Detalhamento por segmento		Amostra	Respostas/Alternativas					
			Comércio		Indústria		Outro	
			N	%	N	%	N	%
<b>Total Geral</b>		<b>140</b>	<b>15</b>	<b>32,2</b>	<b>23</b>	<b>16,4</b>	<b>72</b>	<b>51,4</b>
Grupo de idade	15 a 25	42	11	26,2	06	14,4	25	59,5
	26 a 35	31	10	32,2	07	22,6	14	45,2
	36 a 45	30	15	50,0	04	13,3	11	36,7
	46 a 55	19	04	21,1	05	26,3	10	52,6
	56 a 65	08	04	50,0	01	12,5	03	37,5
	66 ou mais	10	01	10,0	00	0,0	09	90,0

Fonte: Pesquisa de campo (1997)

Reforma						
(Em números absolutos e percentuais)						
Detalhamento por segmento		Amostra	Respostas/Alternativas			
			Sim		Não	
			N	%	N	%
<b>Total Geral</b>		<b>140</b>	<b>67</b>	<b>47,9</b>	<b>73</b>	<b>52,1</b>
Grupo de idade	15 a 25	42	22	52,4	20	47,6
	26 a 35	31	13	41,9	18	58,1
	36 a 45	30	13	43,3	17	56,7
	46 a 55	19	10	52,6	09	47,4
	56 a 65	08	05	62,5	03	37,5
	66 ou mais	10	04	40,0	06	60,0

Fonte: Pesquisa de campo (1997)

Documentos						
(Em números absolutos e percentuais)						
Detalhamento por segmento		Amostra	Respostas/Alternativas			
			Sim		Não	
			N	%	N	%
<b>Total Geral</b>		<b>140</b>	<b>93</b>	<b>66,4</b>	<b>47</b>	<b>33,6</b>
Sexo	Masculino	47	31	66,0	16	34,0
	Feminino	93	62	66,7	31	33,3

Fonte: Pesquisa de campo (1997)

O entrevistado trabalha						
(Em números absolutos e percentuais)						
Detalhamento por segmento		Amostra	Respostas/Alternativas			
			Sim		Não	
			N	%	N	%
<b>Total Geral</b>		<b>140</b>	<b>62</b>	<b>44,3</b>	<b>78</b>	<b>55,7</b>
Grupo de idade	15 a 25	42	08	19,0	34	81,0
	26 a 35	31	16	51,6	15	48,4
	36 a 45	30	21	70,0	09	30,0
	46 a 55	19	10	52,6	09	47,4
	56 a 65	08	06	75,0	02	25,0
	66 ou mais	10	01	10,0	09	90,0

Fonte: Pesquisa de campo (1997)

Possui carteira de trabalho (Em números absolutos e percentuais)						
Detalhamento por segmento		Amostra	Respostas/Alternativas			
			Sim		Não	
			N	%	N	%
<b>Total Geral</b>		<b>140</b>	<b>17</b>	<b>12,1</b>	<b>123</b>	<b>87,9</b>
Grupo de idade	15 a 25	42	02	4,8	40	95,2
	26 a 35	31	07	22,6	24	77,4
	36 a 45	30	05	16,7	25	83,3
	46 a 55	19	02	10,5	17	89,5
	56 a 65	08	01	12,5	07	87,5
	66 ou mais	10	00	0,0	10	100,0

Fonte: Pesquisa de campo (1997)

Ramo de trabalho (Em números absolutos e percentuais)								
Detalhamento por segmento		Amostra	Respostas/Alternativas					
			Comércio		Indústria		Outro	
			N	%	N	%	N	%
<b>Total Geral</b>		<b>140</b>	<b>45</b>	<b>32,2</b>	<b>23</b>	<b>16,4</b>	<b>72</b>	<b>51,4</b>
Grupo de idade	15 a 25	42	11	26,2	06	14,4	25	59,5
	26 a 35	31	10	32,2	07	22,6	14	45,2
	36 a 45	30	15	50,0	04	13,3	11	36,7
	46 a 55	19	04	21,1	05	26,3	10	52,6
	56 a 65	08	04	50,0	01	12,5	03	37,5
	66 ou mais	10	01	10,0	00	0,0	09	90,0

Fonte: Pesquisa de campo (1997)

Renda familiar										
Detalhamento por segmento		Amostra	Respostas/Alternativas							
			0 a 2		3 a 5		6 a 8		+ de 8	
			N	%	N	%	N	%	N	%
<b>Total Geral</b>		<b>140</b>	<b>81</b>	<b>57,9</b>	<b>54</b>	<b>38,6</b>	<b>02</b>	<b>1,4</b>	<b>03</b>	<b>2,1</b>
Grupo de idade	15 a 25	42		50,0		47,6		0,0		2,4
	26 a 35	31		58,0		35,5		3,3		6,5
	36 a 45	30		56,7		40,0		5,3		0,0
	46 a 55	19		73,7		21,1		0,0		0,0
	56 a 65	08		37,5		62,5		0,0		0,0
	66 ou mais	10		80,0		20,0		0,0		0,0

Fonte: Pesquisa de campo (1997)

Natural (Em números absolutos e percentuais)						
Detalhamento por segmento		Amostra	Respostas/Alternativas			
			Sim		Não	
			N	%	N	%
<b>Total Geral</b>		<b>140</b>	<b>78</b>	<b>55,7</b>	<b>62</b>	<b>44,3</b>
Grupo de idade	15 a 25	42	27	64,3	15	35,7
	26 a 35	31	18	58,1	13	41,9
	36 a 45	30	20	66,7	10	33,3
	46 a 55	19	5	26,3	14	73,7
	56 a 65	08	3	37,5	5	62,5
	66 ou mais	10	5	50,0	5	50,0

Fonte: Pesquisa de campo (1997)

Condição de moradia (Em números absolutos e percentuais)										
Detalhamento por segmento		Amostra	Respostas/Alternativas							
			Própria		Alugada		Quarto		Agregado	
			N	%	N	%	N	%	N	%
<b>Total Geral</b>		<b>140</b>	<b>127</b>	<b>90,7</b>	<b>12</b>	<b>8,6</b>	<b>00</b>	<b>00,0</b>	<b>01</b>	<b>0,7</b>
Grupo de idade	15 a 25	42	36	85,7	5	11,9	00	0,0	01	2,4
	26 a 35	31	28	90,3	3	9,7	00	0,0	00	0,0
	36 a 45	30	28	93,3	2	6,7	00	0,0	00	0,0
	46 a 55	19	18	94,7	1	5,3	00	0,0	00	0,0
	56 a 65	08	8	100,0	0	0,0	00	0,0	00	0,0
	66 ou mais	10	9	90,0	1	10,0	00	0,0	00	0,0

Fonte: Pesquisa de campo (1997)

Modelo casa (Em números absolutos e percentuais)										
Detalhamento por segmento		Amostra	Respostas/Alternativas							
			Madeira		Taipa		Mista		Alvenaria	
			N	%	N	%	N	%	N	%
<b>Total Geral</b>		<b>140</b>	<b>129</b>	<b>92,1</b>	<b>00</b>	<b>0,0</b>	<b>04</b>	<b>2,9</b>	<b>07</b>	<b>5,0</b>
Grupo de idade	15 a 25	42	36	85,7	00	0,0	02	4,8	04	9,5
	26 a 35	31	29	93,5	00	0,0	00	0,0	02	6,5
	36 a 45	30	27	90,0	00	0,0	02	6,7	01	3,3
	46 a 55	19	19	100,0	00	0,0	00	0,0	00	0,0
	56 a 65	08	8	100,0	00	0,0	00	0,0	00	0,0
	66 ou mais	10	10	100,0	00	0,0	00	0,0	00	0,0

Fonte: Pesquisa de campo (1997)

Reforma (Em números absolutos e percentuais)						
Detalhamento por segmento		Amostra	Respostas/Alternativas			
			Sim		Não	
			N	%	N	%
<b>Total Geral</b>		<b>140</b>	<b>67</b>	<b>47,9</b>	<b>73</b>	<b>52,1</b>
Grupo de idade	15 a 25	42	22	52,4	20	47,6
	26 a 35	31	13	41,9	18	58,1
	36 a 45	30	13	43,3	17	56,7
	46 a 55	19	10	52,6	09	47,4
	56 a 65	08	05	62,5	03	37,5
	66 ou mais	10	04	40,0	06	60,0

Fonte: Pesquisa de campo (1997)

O entrevistado trabalha (Em números absolutos e percentuais)						
Detalhamento por segmento		Amostra	Respostas/Alternativas			
			Sim		Não	
			N	%	N	%
<b>Total Geral</b>		<b>140</b>	<b>62</b>	<b>44,3</b>	<b>78</b>	<b>55,7</b>
Escolaridade	Nunca freqüentou a escola	08	2	25,0	6	75,0
	1º grau completo	38	17	44,7	21	55,3
	1º grau incompleto	67	30	44,8	37	55,2
	2º grau completo	07	3	42,9	4	57,1
	2º grau incompleto	20	10	50,0	10	50,0

Fonte: Pesquisa de campo (1997)

Possui carteira de trabalho (Em números absolutos e percentuais)						
Detalhamento por segmento		Amostra	Respostas/Alternativas			
			Sim		Não	
			N	%	N	%
<b>Total Geral</b>		<b>140</b>	<b>17</b>	<b>12,1</b>	<b>123</b>	<b>87,9</b>
Escolaridade	Nunca freqüentou a escola	08	2	25,0	6	75,0
	1º grau completo	38	4	10,5	34	89,5
	1º grau incompleto	67	8	11,9	59	88,1
	2º grau completo	07	1	14,3	6	85,7
	2º grau incompleto	20	2	10,0	18	90,0

Fonte: Pesquisa de campo (1997)

		Ramo de trabalho (Em números absolutos e percentuais)						
Detalhamento por segmento		Amostra	Respostas/Alternativas					
			Comércio		Indústria		Outro	
			N	%	N	%	N	%
<b>Total Geral</b>		<b>140</b>	<b>45</b>	<b>32,2</b>	<b>23</b>	<b>16,4</b>	<b>72</b>	<b>51,4</b>
Escolaridade	Nunca freqüentou a escola	08	0	0,0	2	25,0	6	75,0
	1º grau completo	38	12	31,6	8	21,1	18	47,4
	1º grau incompleto	67	20	29,9	10	14,9	37	55,2
	2º grau completo	07	3	42,9	1	14,3	3	42,9
	2º grau incompleto	20	10	50,0	2	10,0	8	40,0

Fonte: Pesquisa de campo (1997)

		Renda familiar								
Detalhamento por segmento		Amostra	Respostas/Alternativas							
			0 a 2		3 a 5		6 a 8		+ de 8	
			N	%	N	%	N	%	N	%
<b>Total Geral</b>		<b>140</b>	<b>81</b>	<b>57,9</b>	<b>54</b>	<b>38,6</b>	<b>02</b>	<b>1,4</b>	<b>03</b>	<b>2,1</b>
Escolaridade	Nunca freqüentou a escola	08	8	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
	1º grau completo	38	23	60,5	13	34,2	1	2,6	1	2,7
	1º grau incompleto	67	38	56,7	28	41,8	1	1,5	0	0,0
	2º grau completo	07	4	57,1	3	42,9	0	0,0	0	0,0
	2º grau incompleto	20	8	40,0	10	50,0	0	0,0	2	10,0

Fonte: Pesquisa de campo (1997)

		Condição de moradia (Em números absolutos e percentuais)								
Detalhamento por segmento		Amostra	Respostas/Alternativas							
			Própria		Alugada		Quarto		Agregado	
			N	%	N	%	N	%	N	%
<b>Total Geral</b>		<b>140</b>	<b>127</b>	<b>90,7</b>	<b>12</b>	<b>8,6</b>	<b>00</b>	<b>00,0</b>	<b>01</b>	<b>0,7</b>
Escolaridade	Nunca freqüentou a escola	08	8	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
	1º grau completo	38	36	94,7	2	5,3	0	0,0	0	0,0
	1º grau incompleto	67	58	86,6	8	11,9	0	0,0	1	1,5
	2º grau completo	07	6	85,7	1	14,3	0	0,0	0	0,0
	2º grau incompleto	20	19	95,0	1	5,0	0	0,0	0	0,0

Fonte: Pesquisa de campo (1997)

Modelo casa (Em números absolutos e percentuais)										
Detalhamento por segmento		Amostra	Respostas/Alternativas							
			Madeira		Taipa		Mista		Alvenaria	
			N	%	N	%	N	%	N	%
<b>Total Geral</b>		<b>140</b>	<b>129</b>	<b>92,1</b>	<b>00</b>	<b>0,0</b>	<b>04</b>	<b>2,9</b>	<b>07</b>	<b>5,0</b>
Escolaridade	Nunca freqüentou a escola	08	8	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
	1º grau completo	38	38	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
	1º grau incompleto	67	62	92,5	0	0,0	2	3,0	3	4,5
	2º grau completo	07	6	85,7	0	0,0	0	0,0	1	14,3
	2º grau incompleto	20	15	75,0	0	0,0	2	10,0	3	15,0

Fonte: Pesquisa de campo (1997)

Reforma (Em números absolutos e percentuais)						
Detalhamento por segmento		Amostra	Respostas/Alternativas			
			Sim		Não	
			N	%	N	%
<b>Total Geral</b>		<b>140</b>	<b>67</b>	<b>47,9</b>	<b>73</b>	<b>52,1</b>
Escolaridade	Nunca freqüentou a escola	08	4	50,0	4	50,0
	1º grau completo	38	15	39,5	23	60,5
	1º grau incompleto	67	35	52,2	32	47,8
	2º grau completo	07	3	42,9	4	57,1
	2º grau incompleto	20	10	50,0	10	50,0

Fonte: Pesquisa de campo (1997)

Documentos (Em números absolutos e percentuais)						
Detalhamento por segmento		Amostra	Respostas/Alternativas			
			Sim		Não	
			N	%	N	%
<b>Total Geral</b>		<b>140</b>	<b>93</b>	<b>66,4</b>	<b>47</b>	<b>33,6</b>
Escolaridade	Nunca freqüentou a escola	08	6	75,0	2	25,0
	1º grau completo	38	29	76,3	9	23,7
	1º grau incompleto	67	37	55,2	30	44,8
	2º grau completo	07	5	71,4	2	28,6
	2º grau incompleto	20	16	80,0	4	20,0

Fonte: Pesquisa de campo (1997)

Modelo casa (Em números absolutos e percentuais)										
Detalhamento por segmento		Amostra	Respostas/Alternativas							
			Menos de 1		1 a 5		6 a 10		Mais de 10	
			N	%	N	%	N	%	N	%
<b>Total Geral</b>		<b>140</b>	<b>10</b>	<b>7,1</b>	<b>44</b>	<b>31,1</b>	<b>30</b>	<b>21,4</b>	<b>55</b>	<b>40,1</b>
Sexo	Masculino	47	2	4,2	13	27,1	10	20,8	23	47,9
	Feminino	93	8	8,7	31	33,7	20	21,7	33	35,9

Fonte: Pesquisa de campo (1997)

O que representa o projeto (Em números absolutos e percentuais)																
Detalhamento por segmento		Amostra	Respostas/Alternativas													
			Mudança melhor		Expulsão dos moradores		Limpeza canal		Politicagem		Piora qualidade de vida		Valorização		Outros	
			N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
<b>Total Geral</b>		<b>140</b>	<b>76</b>	<b>54,3</b>	<b>09</b>	<b>6,4</b>	<b>07</b>	<b>5,0</b>	<b>19</b>	<b>13,6</b>	<b>08</b>	<b>5,7</b>	<b>13</b>	<b>9,3</b>	<b>08</b>	<b>5,7</b>
Sexo	Masculino	48	22	45,8	4	8,3	4	8,3	7	14,6	5	10,4	5	10,4	1	2,1
	Feminino	92	54	58,7	5	5,4	3	3,3	12	13,0	3	3,3	8	8,7	7	7,6

Fonte: Pesquisa de campo (1997)

Participa de reuniões (Em números absolutos e percentuais)								
Detalhamento por segmento		Amostra	Respostas/Alternativas					
			Sim, todas		Não		As vezes	
			N	%	N	%	N	%
<b>Total Geral</b>		<b>140</b>	<b>26</b>	<b>18,6</b>	<b>79</b>	<b>56,4</b>	<b>35</b>	<b>25,0</b>
Sexo	Masculino	48	7	14,6	28	58,3	13	27,1
	Feminino	92	19	20,7	51	55,4	22	23,9

Fonte: Pesquisa de campo (1997)

O que representa o projeto (Em números absolutos e percentuais)																
Detalhamento por segmento	Amostra	Respostas/Alternativas														
		Mudança melhor		Expulsão dos moradores		Limpeza canal		Politicagem		Piora qualidade de vida		Valorização		Outros		
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
<b>Total Geral</b>	<b>140</b>	<b>76</b>	<b>54,3</b>	<b>09</b>	<b>6,4</b>	<b>07</b>	<b>5,0</b>	<b>19</b>	<b>13,6</b>	<b>08</b>	<b>5,7</b>	<b>13</b>	<b>9,3</b>	<b>08</b>	<b>5,7</b>	
Grupo de idade	15 a 25	42	20	48,8	1	2,4	2	4,9	7	17,1	3	7,3	5	12,2	3	7,3
	26 a 35	31	17	56,3	3	9,4	1	3,1	4	12,5	1	3,1	1	3,1	4	12,5
	36 a 45	30	16	53,3	3	10,0	4	13,3	3	10,0	1	3,3	3	10,0	0	0,0
	46 a 55	19	10	52,6	1	5,3	0	0,0	2	10,5	1	5,3	4	21,1	1	5,3
	56 a 65	08	6	75,0	1	12,5	0	0,0	0	0,0	1	12,5	0	0,0	0	0,0
	66 ou mais	10	6	60,0	0	0,0	0	0,0	3	30,0	1	10,0	0	0,0	0	0,0

Fonte: Pesquisa de campo (1997)

Sobre especulações imobiliárias (Em números absolutos e percentuais)						
Detalhamento por segmento	Amostra	Respostas/Alternativas				
		Sim		Não		
		N	%	N	%	
<b>Total Geral</b>	<b>140</b>	<b>78</b>	<b>55,7</b>	<b>62</b>	<b>44,3</b>	
Sexo	Masculino	48	26	54,2	22	45,8
	Feminino	92	52	56,5	40	43,5

Fonte: Pesquisa de campo (1997)

Sexo por beneficiado após a conclusão da obra (Em números absolutos e percentuais)												
Detalhamento por segmento	Amostra	Respostas/Alternativas										
		Toda população		Apenas a classe média		Apenas a classe pobre		Toda população da bacia		Ninguém		
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
<b>Total Geral</b>	<b>140</b>	<b>23</b>	<b>16,4</b>	<b>46</b>	<b>32,9</b>	<b>14</b>	<b>10,0</b>	<b>38</b>	<b>27,1</b>	<b>19</b>	<b>13,6</b>	
Sexo	Masculino	48	8	16,4	16	32,9	5	10,0	13	27,1	7	13,6
	Feminino	92	14	15,2	33	35,9	6	6,5	22	23,9	17	18,5

Fonte: Pesquisa de campo (1997)

Sobre como tem reagido (Em números absolutos e percentuais)												
Detalhamento por segmento	Amostra	Respostas/Alternativas										
		Com ansiedade		Com medo		Com perspectiva		Com preocupações		outros		
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
<b>Total Geral</b>	<b>139</b>	<b>37</b>	<b>26,4</b>	<b>33</b>	<b>23,6</b>	<b>47</b>	<b>33,6</b>	<b>05</b>	<b>3,6</b>	<b>17</b>	<b>12,1</b>	
Sexo	Masculino	48	13	27,1	09	18,8	17	35,4	03	6,3	06	12,5
	Feminino	91	24	26,1	24	26,1	30	32,6	02	2,2	11	12,0

Fonte: Pesquisa de campo (1997)

Sobre especulações imobiliárias (Em números absolutos e percentuais)						
Detalhamento por segmento	Amostra	Respostas/Alternativas				
		Sim		Não		
		N	%	N	%	
<b>Total Geral</b>	<b>140</b>	<b>78</b>	<b>55,7</b>	<b>62</b>	<b>44,3</b>	
Grupo de idade	15 a 25	42	23	53,7	19	46,3
	26 a 35	31	15	46,9	16	53,1
	36 a 45	30	20	66,7	10	33,3
	46 a 55	19	8	42,1	11	57,9
	56 a 65	08	7	87,5	1	12,5
	66 ou mais	10	6	60,0	4	40,0

Fonte: Pesquisa de campo (1997)

Beneficiado após a conclusão da obra (Em números absolutos e percentuais)												
Detalhamento por segmento	Amostra	Respostas/Alternativas										
		Toda população		Apenas a classe média		Apenas a classe pobre		Toda população da bacia		Ninguém		
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
<b>Total Geral</b>	<b>140</b>	<b>23</b>	<b>16,4</b>	<b>46</b>	<b>32,9</b>	<b>14</b>	<b>10,0</b>	<b>38</b>	<b>27,1</b>	<b>19</b>	<b>13,6</b>	
Grupo de idade	15 a 25	42	7	17,1	8	19,5	6	14,6	11	26,8	13	32,0
	26 a 35	31	5	15,6	13	40,6	1	3,1	9	28,1	4	12,5
	36 a 45	30	6	20,0	11	36,7	3	10,0	8	26,7	2	6,7
	46 a 55	19	2	10,5	9	47,4	4	21,1	4	21,1	0	0,0
	56 a 65	08	1	12,5	4	50,0	0	0,0	2	25,0	1	12,5
	66 ou mais	10	2	20,0	1	10,0	0	0,0	4	40,0	3	30,0

Participa de reuniões (Em números absolutos e percentuais)								
Detalhamento por segmento		Amostra	Respostas/Alternativas					
			Sim, todas		Não		As vezes	
			N	%	N	%	N	%
<b>Total Geral</b>		<b>140</b>	<b>26</b>	<b>18,6</b>	<b>79</b>	<b>56,4</b>	<b>35</b>	<b>25,0</b>
Grupo de idade	15 a 25	42	5	12,2	28	65,9	9	22,0
	26 a 35	31	8	25,0	18	59,4	5	15,6
	36 a 45	30	4	13,3	15	50,0	11	36,7
	46 a 55	19	3	15,8	10	52,6	6	31,6
	56 a 65	08	3	37,5	4	50,0	1	12,5
	66 ou mais	10	3	30,0	4	40,0	3	30,0

Fonte: Pesquisa de campo (1997)

Sobre como tem reagido (Em números absolutos e percentuais)												
Detalhamento por segmento		Amostra	Respostas/Alternativas									
			Com ansiedade		Com medo		Com perspectiva		Com preocupações		outros	
			N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
<b>Total Geral</b>		<b>139</b>	<b>37</b>	<b>26,4</b>	<b>33</b>	<b>23,6</b>	<b>47</b>	<b>33,6</b>	<b>05</b>	<b>3,6</b>	<b>17</b>	<b>12,1</b>
Grupo de idade	15 a 25	42	10	24,4	11	26,8	12	29,3	2	4,9	6	14,6
	26 a 35	31	10	31,3	5	15,6	13	40,6	0	0,0	4	12,5
	36 a 45	30	7	23,3	8	26,7	8	26,7	2	6,7	5	16,7
	46 a 55	19	6	31,6	3	15,8	8	42,1	0	0,0	2	10,5
	56 a 65	08	1	12,5	3	37,5	3	37,5	1	12,5	0	0,0
	66 ou mais	10	3	30,0	3	30,0	3	30,0	0	0,0	1	10,0

Fonte: Pesquisa de campo (1997)

Quem deve ser acompanhada as negociações (Em números absolutos e percentuais)														
Detalhamento por segmento	Amostra	Respostas/Alternativas												
		Advogados		Corretor		Agetnes		Todos		Ninguém		Não tem informação		
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
<b>Total Geral</b>	<b>140</b>	<b>56</b>	<b>40,0</b>	<b>06</b>	<b>4,3</b>	<b>17</b>	<b>12,1</b>	<b>18</b>	<b>12,9</b>	<b>26</b>	<b>18,6</b>	<b>17</b>	<b>12,1</b>	
Grupo de idade	15 a 25	42	22	51,2	3	7,8	2	4,9	6	14,6	7	17,1	2	4,8
	26 a 35	31	12	37,5	1	3,1	6	18,8	4	12,5	6	18,8	3	9,4
	36 a 45	30	16	53,3	1	3,3	3	10,0	3	10,0	2	6,7	5	16,7
	46 a 55	19	4	21,1	0	0,0	1	5,3	2	10,5	5	26,8	5	26,3
	56 a 65	08	0	0,0	0	0,0	3	37,5	1	12,5	3	37,5	1	12,5
	66 ou mais	10	4	39,0	1	10,0	2	20,0	2	20,0	1	10,0	1	10,0

Fonte: Pesquisa de campo (1997)

O que representa o projeto (Em números absolutos e percentuais)																
Detalhamento por segmento	Amostra	Respostas/Alternativas														
		Mudança melhor		Expulsão dos moradores		Limpeza canal		Politagem		Piora qualidade de vida		Valorização		Outros		
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
<b>Total Geral</b>	<b>140</b>	<b>76</b>	<b>54,3</b>	<b>09</b>	<b>6,4</b>	<b>07</b>	<b>5,0</b>	<b>19</b>	<b>13,6</b>	<b>08</b>	<b>5,7</b>	<b>13</b>	<b>9,3</b>	<b>08</b>	<b>5,7</b>	
Escolaridade	Nunca freqüentou a escola	08	7	87,5	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	12,5	0	0,0
	1º grau completo	38	21	55,3	1	2,6	1	2,6	7	18,4	2	5,3	5	13,2	1	2,6
	1º grau incompleto	67	36	53,7	7	10,4	4	6,0	9	13,4	4	6,0	4	6,0	3	4,5
	2º grau completo	07	2	28,6	1	14,3	0	0,0	0	0,0	2	28,6	0	0,0	2	28,6
	2º grau incompleto	20	10	50,0	0	0,0	2	10,0	3	15,0	0	0,0	3	15,0	2	10,0

Fonte: Pesquisa de campo (1997)

Sobre especulações imobiliárias (Em números absolutos e percentuais)						
Detalhamento por segmento	Amostra	Respostas/Alternativas				
		Sim		Não		
		N	%	N	%	
<b>Total Geral</b>	<b>140</b>	<b>78</b>	<b>55,7</b>	<b>62</b>	<b>44,3</b>	
Escolaridade	Nunca freqüentou a escola	08	4	50,0	4	50,0
	1º grau completo	38	19	50,0	19	50,0
	1º grau incompleto	67	40	59,7	27	40,3
	2º grau completo	07	4	57,1	3	42,9
	2º grau incompleto	20	11	55,5	9	45,5

Fonte: Pesquisa de campo (1997)

Beneficiado após a conclusão da obra (Em números absolutos e percentuais)												
Detalhamento por segmento	Amostra	Respostas/Alternativas										
		Toda população		Apenas a classe média		Apenas a classe pobre		Toda população da bacia		Ninguém		
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
<b>Total Geral</b>	<b>140</b>	<b>23</b>	<b>16,4</b>	<b>46</b>	<b>32,9</b>	<b>14</b>	<b>10,0</b>	<b>38</b>	<b>27,1</b>	<b>19</b>	<b>13,6</b>	
Escolaridade	Nunca freqüentou a escola	08	1	12,5	3	37,5	1	12,5	2	27,5	0	0,0
	1º grau completo	38	7	18,4	16	42,1	6	15,8	7	18,4	2	5,3
	1º grau incompleto	67	12	17,9	21	31,3	5	7,5	20	29,9	9	13,4
	2º grau completo	07	0	0,0	2	28,6	1	14,3	2	28,6	2	28,6
	2º grau incompleto	20	3	15,0	4	20,0	1	5,0	6	30,0	6	30,0

Fonte: Pesquisa de campo (1997)

Quem deve ser acompanhada as negociações (Em números absolutos e percentuais)													
Detalhamento por segmento	Amostra	Respostas/Alternativas											
		Advogados		Corretor		Agetnes		Todos		Ninguém		Não tem informação	
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
<b>Total Geral</b>	<b>140</b>	<b>56</b>	<b>40,0</b>	<b>06</b>	<b>4,3</b>	<b>17</b>	<b>12,1</b>	<b>18</b>	<b>12,9</b>	<b>26</b>	<b>18,6</b>	<b>17</b>	<b>12,1</b>
Escolaridade	Nunca frequentou a escola	08	25,2	2	0,0	0	0,0	1	12,5	2	25,0	3	37,5
	1º grau completo	38	28,9	11	0,0	4	10,5	5	13,2	17	44,7	1	2,6
	1º grau incompleto	67	44,8	30	4,5	10	14,9	11	16,4	3	4,5	10	14,9
	2º grau completo	07	14,3	1	0,0	2	28,6	0	0,0	2	28,6	2	28,6
	2º grau incompleto	20	60,0	12	3	15,0	1	5,0	1	5,0	2	10,0	1

Fonte: Pesquisa de campo (1997)

Indenizações têm sido justas (Em números absolutos e percentuais)										
Detalhamento por segmento	Amostra	Respostas/Alternativas								
		Sim		Não		+ ou -		Não sabe		
		N	%	N	%	N	%	N	%	
<b>Total Geral</b>	<b>140</b>	<b>26</b>	<b>18,6</b>	<b>56</b>	<b>40,0</b>	<b>10</b>	<b>7,1</b>	<b>48</b>	<b>34,3</b>	
Sexo	Masculino	47	4	8,3	22	45,8	6	12,5	16	33,3
	Feminino	93	22	23,9	34	37,0	4	4,3	32	34,8

Fonte: Pesquisa de campo (1997)

		Valor da indenização (Em números absolutos e percentuais)										
Detalhamento por segmento		Amostra	Respostas/Alternativas									
			500 a 1.500		1.600 a 2.500		2.600 a 3.500		3.600 a 4.500		Acima de 5.000	
			N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
<b>Total Geral</b>		<b>140</b>	<b>04</b>	<b>2,9</b>	<b>04</b>	<b>2,9</b>	<b>04</b>	<b>2,9</b>	<b>05</b>	<b>3,6</b>	<b>123</b>	<b>87,9</b>
Sexo	Masculino	48	2	4,2	1	2,1	2	4,2	1	2,1	42	87,5
	Feminino	92	2	2,2	3	3,3	2	2,2	4	4,3	81	88,0

Fonte: Pesquisa de campo (1997)

		Remanejamento decidido pelos membros do projeto (Em números absolutos e percentuais)					
Detalhamento por segmento		Amostra	Respostas/Alternativas				
			Sim		Não		
			N	%	N	%	
<b>Total Geral</b>		<b>140</b>	<b>09</b>	<b>6,4</b>	<b>131</b>	<b>93,6</b>	
Sexo	Masculino	48	1	2,1	47	97,9	
	Feminino	92	8	8,7	84	91,3	

Fonte: Pesquisa de campo (1997)

		Optar (Em números absolutos e percentuais)					
Detalhamento por segmento		Amostra	Respostas/Alternativas				
			Sim		Não		
			N	%	N	%	
<b>Total Geral</b>		<b>140</b>	<b>78</b>	<b>55,7</b>	<b>62</b>	<b>44,3</b>	
Sexo	Masculino	48	29	60,4	19	39,6	
	Feminino	92	49	53,3	43	46,7	

Fonte: Pesquisa de campo (1997)

Indenizações têm sido justas (Em números absolutos e percentuais)										
Detalhamento por segmento		Amostra	Respostas/Alternativas							
			Sim		Não		+ ou -		Não sabe	
			N	%	N	%	N	%	N	%
<b>Total Geral</b>		<b>140</b>	<b>26</b>	<b>18,6</b>	<b>56</b>	<b>40,0</b>	<b>10</b>	<b>7,1</b>	<b>48</b>	<b>34,3</b>
Grupo de idade	15 a 25	42	12	29,3	15	36,6	2	4,9	12	29,3
	26 a 35	31	9	28,1	11	34,4	2	6,3	10	31,3
	36 a 45	30	5	16,7	12	40,0	3	10,0	10	33,3
	46 a 55	19	0	0,0	7	36,8	3	15,8	9	47,4
	56 a 65	08	0	0,0	5	62,5	0	0,0	3	37,5
	66 ou mais	10	0	0,0	6	60,0	0	0,0	4	40,0

Fonte: Pesquisa de campo (1997)

Valor da indenização (Em números absolutos e percentuais)												
Detalhamento por segmento		Amostra	Respostas/Alternativas									
			500 a 1.500		1.600 a 2.500		2.600 a 3.500		3.600 a 4.500		Acima de 5.000	
			N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
<b>Total Geral</b>		<b>140</b>	<b>04</b>	<b>2,9</b>	<b>04</b>	<b>2,9</b>	<b>04</b>	<b>2,9</b>	<b>05</b>	<b>3,6</b>	<b>123</b>	<b>87,9</b>
Grupo de idade	15 a 25	42	1	2,4	3	7,3	1	2,4	2	3,6	37	87,9
	26 a 35	31	0	0,0	0	0,0	1	3,1	1	2,4	26	85,4
	36 a 45	30	1	3,3	0	0,0	1	3,3	2	6,3	27	90,6
	46 a 55	19	1	5,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	18	93,3
	56 a 65	08	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	12,5	7	87,5
	66 ou mais	10	1	10,0	1	10,0	1	10,0	1	10,0	6	60,0

Fonte: Pesquisa de campo (1997)

Remanejamento decidido pelos membros do projeto (Em números absolutos e percentuais)						
Detalhamento por segmento		Amostra	Respostas/Alternativas			
			Sim		Não	
			N	%	N	%
<b>Total Geral</b>		<b>140</b>	<b>09</b>	<b>6,4</b>	<b>131</b>	<b>93,6</b>
Grupo de idade	15 a 25	42	2	4,9	40	95,1
	26 a 35	31	3	9,4	28	90,6
	36 a 45	30	1	3,3	29	96,7
	46 a 55	19	2	10,5	17	89,5
	56 a 65	08	0	0,0	8	100,0
	66 ou mais	10	1	10,0	9	90,0

Fonte: Pesquisa de campo (1997)

Indenizações têm sido justas (Em números absolutos e percentuais)										
Detalhamento por segmento		Amostra	Respostas/Alternativas							
			Sim		Não		+ ou -		Não sabe	
			N	%	N	%	N	%	N	%
<b>Total Geral</b>		<b>140</b>	<b>26</b>	<b>18,6</b>	<b>56</b>	<b>40,0</b>	<b>10</b>	<b>7,1</b>	<b>48</b>	<b>34,3</b>
Escolaridade	Nunca freqüentou a escola	08	0	0,0	3	37,5	0	0,0	5	62,5
	1º grau completo	38	5	13,2	16	42,1	1	2,6	16	42,1
	1º grau incompleto	67	17	25,4	27	40,3	7	10,0	16	23,9
	2º grau completo	07	1	14,3	1	14,3	1	14,3	4	57,1
	2º grau incompleto	20	3	15,0	9	45,0	1	5,0	7	35,0

Fonte: Pesquisa de campo (1997)

		Valor da indenização (Em números absolutos e percentuais)										
Detalhamento por segmento	Amostra	Respostas/Alternativas										
		500 a 1.500		1.600 a 2.500		2.600 a 3.500		3.600 a 4.500		Acima de 5.000		
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
<b>Total Geral</b>		<b>140</b>	<b>04</b>	<b>2,9</b>	<b>04</b>	<b>2,9</b>	<b>04</b>	<b>2,9</b>	<b>05</b>	<b>3,6</b>	<b>123</b>	<b>87,9</b>
Escolaridade	Nunca freqüentou a escola	08	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	8	100,0
	1º grau completo	38	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	2,6	37	97,4
	1º grau incompleto	67	2	3,0	3	4,5	3	4,5	4	6,0	55	82,1
	2º grau completo	07	1	14,3	0	0,0	1	14,3	0	0,0	5	71,4
	2º grau incompleto	20	1	5,0	1	5,0	0	0,0	0	0,0	18	90,0

Fonte: Pesquisa de campo (1997)

		Remanejamento decidido pelos membros do projeto (Em números absolutos e percentuais)				
Detalhamento por segmento	Amostra	Respostas/Alternativas				
		Sim		Não		
		N	%	N	%	
<b>Total Geral</b>		<b>140</b>	<b>09</b>	<b>6,4</b>	<b>131</b>	<b>93,6</b>
Escolaridade	Nunca freqüentou a escola	08	1	12,5	7	87,5
	1º grau completo	38	1	2,6	37	97,4
	1º grau incompleto	67	7	10,4	60	89,6
	2º grau completo	07	0	0,0	7	100,0
	2º grau incompleto	20	0	0,0	20	100,0

Fonte: Pesquisa de campo (1997)



6 ( ) 3º grau completo

7 ( ) 3º grau incompleto

#### 4. CREDO RELIGIOSO

1. ( ) Católico

2. ( ) protestante

3. ( ) Outros

#### CONDIÇÕES SÓCIO -ECONÔMICAS

##### Você trabalha?

1. ( ) Sim

2. ( ) Não

-Qual a sua profissão? .....

-Está exercendo?.....

-Possui carteira de trabalho assinada?.....

1. ( ) Sim

2. ( ) Não

Quantas pessoas trabalham em sua casa? N° .....

-Qual o seu ramo de trabalho?

1. ( ) Comércio

2. ( ) Industria

3. ( ) Outros

-É sindicalizado?

1. ( ) Sim

2. ( ) Não

-Qual a renda total da sua família?

1. ( ) 0 a 2 salários

2. ( ) 3 a 5 salários

3. ( ) 6 a 8 salários

4. ( ) mais de 8 salários

Diga três graves problemas enfrentados pelos moradores (Você) em sua área?

1. ( ) falta de alimentação 2. ( ) falta de vestuário 3. ( ) Moradia

4. ( ) Higiene ambiental 5. ( ) Higiene sanitária 6. ( ) Escola

7. ( ) Transporte 8. ( ) Espaço de Lazer 9. ( ) Segurança

10. ( ) Outros

Quais? .....

Você é natural de Belém?

1. ( ) Sim

2. ( ) Não

De onde?.....

A quanto tempo mora em Belém?

E na área do Canal?.....(meses/anos)

Caso não saiba, aproximadamente?.....(meses/anos)

Qual a sua condição de moradia?

1. ( ) Casa própria

2. ( ) Casa alugada

3. ( ) Quarto Alugado

4. ( ) Mora agregado

Valor do aluguel?.....

Nos últimos cinco anos você fez reforma na casa?

1. ( ) Sim Quantas?..... 2. ( ) Não

Qual o estilo/modelo de sua a casa ou quarto?

1. ( ) Madeira

2. ( ) Taipa

3. ( ) Mista

4. ( ) Alvenaria

-Quantas pessoas residem em sua casa?

Números; ( ) Homens

( ) Mulheres

Entre: 0 até 14 anos .....

15 a 30 anos .....

Acima de 30 anos.....

Possui algum documento do imóvel?

1. ( ) Sim Qual?..... 2. ( ) Não

**-Possui escritura da casa?**

1. ( ) Sim            2. ( ) Não

**-Recebe a cobrança do IPTU?**

1. ( ) Sim            2. ( ) Não

**-Há quanto tempo?**

1. ( ) Menos de 1 ano
- 
2. ( ) 1 a 5 anos
- 
3. ( ) 6 a 10 anos
- 
4. ( ) mais de 10 anos

**-Paga o IPTU?**

1. ( ) Sim            2. ( ) Não

**-Paga conta de luz?**

1. ( ) Sim            2. ( ) Não

**-Há quantos anos?**

1. ( ) menos de 1            2. ( ) 1 a 5            3. ( ) 6 a 10            4. ( ) mais de 10

**-Qual a origem da água consumida?**

1. ( ) COSAMPA            2. ( ) Torneira pública            3. ( ) Poço            4. ( ) Outros

**-Paga água?**

1. ( ) Sim            2. ( ) Não

**-Há quantos anos ?**

1. ( ) menos de 1            2. ( ) 1 a 5            3. ( ) 6 a 10            4. ( ) mais de 10

**A MACRODRENAGEM****Você sabe o que significa Macro drenagem da Bacia do Una?**

1. ( ) Sim            2. ( ) Não            3. ( ) Mais ou menos

**O que representa pra você Projeto de Macro drenagem?**

- ( ) Mudança para melhor nas condições de moradia
- 
- ( ) Expulsão dos moradores pelo governador
- 
- ( ) Limpeza do canal
- 
- ( ) Politicagem do governo
- 
- ( ) Piora na qualidade de vida e do meio ambiente
- 
- ( ) Valorização do espaço urbano de Belém
- 
- ( ) Outro.
- Qual?.....**

**Você acha que o projeto vai ser concluído no prazo previsto pelo governo?(4 anos)**

1. ( ) Sim            2. ( ) Não            3. ( ) Talvez

**Você acha que com o surgimento do Projeto de Macro drenagem aumentou a especulação imobiliária na sua área?**

1. ( ) Sim            2. ( ) Não

**Quem você acha que será beneficiado após concluídas as obras do Projeto de Macro drenagem?**

- ( ) Toda população de Belém
- 
- ( ) Apenas a classe média
- 
- ( ) Apenas a classe pobre
- 
- ( ) Toda população da Bacia do Uma
- 
- ( ) Ninguém

**Você tem conhecimento dos órgãos e entidades envolvidas diretamente no Projeto de Macro drenagem?**

1. ( ) Sim            2. ( ) Não            3. ( ) Não tenho interesse            4. ( ) Sei apenas alguns

Quais?.....

**Você acompanha as reuniões sobre o Projeto de Macro drenagem em sua área?**

1. ( ) Sim,todas            2. ( ) Não            3. ( ) Às vezes

**O que desmotiva (va ) sua participação nas reuniões sobre o Projeto de Macro drenagem?**

- ( ) As lideranças da comunidade  
 ( ) Os políticos  
 ( ) As explicações dos técnicos do projeto que são muito difíceis  
 ( ) As divergências entre comunitários,técnicos do projeto e o comitê assessor  
 ( ) Porque não entendo nada de política  
 ( ) Porque tenho vergonha de participar  
 ( ) Porque prefiro cuidar da minha vida e deixar que Deus resolva

**Como você tem reagido diante das obras do projeto?**

- ( ) Com ansiedade  
 ( ) Com medo de ser expulso  
 ( ) Com perspectiva de ganhar nova casa  
 ( ) Com preocupações com os vizinhos  
 ( ) Outro Qual?.....

**INDENIZAÇÃO**

**Como você acha que deveriam ser as negociações para avaliar o valor do seu imóvel?**

- ( ) Individual            ( ) coletiva

**Que deveria acompanhar você nas negociações?**

- ( ) Advogados            ( ) Corretor imobiliário            ( ) Agentes comunitários  
 ( ) Todos            ( ) Ninguém            ( ) Não tenho informação a respeito

**Que documento você recebeu após as negociações?**

- ( ) Título provisório            ( ) Título definitivo            ( ) Recibo  
 ( ) Outro            ( ) Nenhum            ( ) Não tenho informação a respeito

**Você acha que as indenizações tem sido justas?**

- ( ) Sim            ( ) Não            ( ) Às vezes            ( ) Não sei dizer

**Quanto tem sido aproximadamente o valor das negociações?**

- ( ) 500 a 1.500  
 ( ) 1.600 a 2.500  
 ( ) 2.600 a 3.500  
 ( ) 3.600 a 4.500  
 ( ) Acima de 5.000

**Quanto você acha que deve ser sua indenização?**

.....

**REMANEJAMENTO**

**Você sabe dizer quantas famílias já foram remanejadas em sua área?**

- ( ) Sim            ( ) Não

**Você acha que será remanejado?**

- ( ) Sim            ( ) Não            ( ) Talvez

**O que você acha de ser remanejado ?**

- ( ) Ótimo            ( ) Bom            ( ) Regular            ( ) Péssimo            ( ) Depende de onde eu vou morar

**O que você acha ( achou ) do crédito de sorteio para remanejamento?**

- ( ) Justo            ( ) Injusto

**Você tem (tinha) conhecimento das áreas para remanejamento?**

Sim  Não

**Diga três fatores que você acha indispensáveis a para nova área (caso tenha que ser remanejado)**

- Permanente coleta de lixo
- Proximidade de postos de saúde
- Baixas taxas de pagamentos de impostos(luz, água, etc...)
- Higiene Ambiental
- Espaço para lazer
- Local que facilite melhor acesso a feira e supermercado
- Adaptação climática favorável( área com boa ventilação)
- Melhores vias de trafegabilidade áreas para trabalhos domésticos (lavagem de roupas)

**Se você pudesse optar, preferiria:**

- Ficar na área onde reside
- Sai da área onde reside

**Na sua opinião, caso a família tenha que ser remanejada, qual será a sua reação?**

- Achará ótimo, porque tem facilidade em adaptar-se
- Irá por não ter saída no momento, mas em breve deverá vender a casa
- Achará péssimo porque dificultará as coisas para a família (escola, contato com os vizinhos antigos, trabalho, etc...)
- Não sei. O tempo é quem dirá.
- Achará péssimo, porque terá que adaptar-se a novos hábitos e costumes.